

em Linguagem Discurso

ISSN 1982-4017

volume 19, número 3, set./dez. 2019

ISSN 1982-4017 (eletrônica)

em Linguagem (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina



Tubarão – SC

v. 19, n. 3, p. 373-504, set./dez. 2019

Dados Postais/Mailing Address

Revista Linguagem em (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Unisul

A/C: Comissão Editorial

Avenida José Acácio Moreira, 787

88.704-900 – Tubarão, Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (48) 3621-3000 - Fax: (55) (48) 3621-3036

E-mail: lemd@unisul.br

Site: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/index.htm>

Portal de Periódicos: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso

SciELO: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1518-7632&nrm=iso&lng=pt

Ficha Catalográfica

Linguagem em (Dis)curso/Universidade do Sul de Santa Catarina. -
v. 1, n. 1 (2000) - Tubarão: Unisul, 2000 -

Quadrimestral

ISSN 1518-7632; 1982-4017

1. Linguagem - Periódicos. I. Universidade do Sul de
Santa Catarina.

CDD 405

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Indexação/Indexation

Os textos publicados na revista são indexados em: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA – Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES); Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil); Cabell's Database.

The journal and its contents are indexed in: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES, Brazil); and Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministry of Science and Technology, Brazil); Cabell's Database.



Reitor

Mauri Luiz Heerdt

Vice-Reitor

Lester Marcantonio Camargo

Chefe de Gabinete

Ademar Schmitz

Secretária Geral da Unisul

Mirian Maria de Medeiros

Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Extensão e Inovação

Hércules Nunes de Araújo

Pró-Reitor de Administração e Operações

Heitor Wensing Júnior

Assessor de Marketing, Comunicação e Relacionamento

Fabiano Ceretta

Assessor Jurídico

Lester Marcantonio Camargo

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

Rafael Ávila Faraco

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Zacaria Alexandre Nassar

Diretor do Campus Universitário Unisul Virtual

Ana Paula Reusing Pacheco

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

Fábio José Rauen (Coordenador)

Nádia Régia Maffi Neckel (Coordenadora Adjunta)

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: www.unisul.br

Editores/Editors

Fábio José Rauen (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Maria Marta Furlanetto (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Silvânia Siebert – Editora Associada (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Secretária Executiva/Executive Secretary

Kellen Oliveira (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Comitê Editorial/Editorial Committee

Adair Bonini (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Andréia da Silva Daltoé (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Carmen Rosa Caldas-Coulthard (University of Birmingham, Birmingham, Inglaterra)
Débora de Carvalho Figueiredo (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Freda Indursky (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (Univ. Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Conselho Consultivo/Advisory Board

Aleksandra Piasecka-Till (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Alessandra Baldo (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Ana Cristina Ostermann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil)
Ana Cristina Pelosi (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Ana Elisa Ribeiro (Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, Brasil)
Anna Christina Bentes (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil)
Anna Flora Brunelli (Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, Brasil)
Angela Paiva Dionísio (Universidade Federal do Pernambuco, Recife, Brasil)
Antônio Carlos Soares Martins (Instituto Fed. do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, Brasil)
Aparecida Feola Sella (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
Belmira Rita da Costa Magalhães (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil)
Cleide Inês Wittke (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Conceição Aparecida Kindermann (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Cristiane Gonçalves Dagostim (Faculdade SATC, Criciúma, Brasil)
Cristina Teixeira Vieira de Melo (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)
Danie Marcelo de Jesus (Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil)
Danielle Barbosa Lins de Almeida (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil)
Désirée Motta-Roth (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil)
Enio Clark de Oliveira (Texas Christian University – TCU, Fort Worth, Texas, United States)
Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Fernanda Mussalim (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil)
Gisele de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil)
Heronides Maurílio de Melo Moura (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
João Carlos Cattelan (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
José Luiz Vila Real Gonçalves (Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil)
Júlio César Araújo (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Lilian Cristine Hübner (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. Alegre, Brasil)
Luiz Paulo da Moita Lopes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marci Fileti Martins (Universidade Federal de Rondônia, Guajará-Mirim, Brasil)

Maria Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Univ. Federal de Minas Gerais, B. Horizonte, Brasil)
Maria da Conceição Fonseca-Silva (Univ. Est. do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil)
Maria de Fátima Silva Amarante (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Ester Moritz (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Maria Inês Ghilardi Lucena (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Izabel Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Maria Otília Ninin (Universidade Paulista, Santana de Parnaíba, Brasil)
Mariléia Silva dos Reis (Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, Brasil)
Marly de Bari Matos (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Mônica Magalhães Cavalcante (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Mônica Santos de Souza Melo (Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil)
Nicolás Bermúdez (Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional del Arte, Buenos Aires, Argentina)
Nívea Rohling (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Onici Claro Flôres (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Orlando Vian Jr. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil)
Patrícia da Silva Meneghel (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Pedro de Moraes Garcez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Raquel Bambirra (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Renilson Menegassi (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil)
Ricardo Moutinho (Universidade de Macau, Macau, China)
Richarles Souza de Carvalho (Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil)
Roberto Leiser Baronas (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil)
Rosângela Gabriel (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Rossana de Felipe Böhlke (Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Sebastião Lourenço dos Santos (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil)
Sílvia Ines C. C. de Vasconcelos (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Simone Padilha (Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil)
Solange Leda Gallo (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil)
Sônia Maria de Oliveira Pimenta (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Susana Borneo Funck (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Vanessa Wendhausen Lima (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Lopes Cristovão (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
Wilson José Leffa (Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Wagner Alexandre dos Santos Costa (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Brasil)
Wander Emediato (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Equipe Técnica/Technical Team

Tradução e revisão/Translation and Revision

Editores (português); Elita de Medeiros (inglês e espanhol)

Bolsista/Trainee

Israel Vieira Pereira

Diagramação/Layout

Fábio José Rauhen

SUMÁRIO
CONTENTS
CONTENIDO

EDIÇÃO CORRENTE
CURRENT EDITION
EDICIÓN CORRIENTE

Editorial | *Editorial* | *Editorial*

Produção e divulgação de periódicos científicos

Production and dissemination of scientific journals

Producción y difusión de revistas científicas

Silvânia Siebert

381

Artigos de Pesquisa | *Research Articles* | *Artículos de investigación*

Análise discursiva de *Governo coloca ideologia de gênero*

no ENEM do pastor Silas Malafaia: discurso político, da natureza e do ódio

Discursive analysis of Government puts gender ideology

in ENEM by pastor Silas Malafaia: political, nature and hate speech

Análisis discursivo de Gobierno pone la ideología de género

en el ENEM por el pastor Silas Malafaia: discurso político, de naturaleza y de odio

Letícia Jovelina Storto

Reinaldo César Zanardi

383

Corpos que discursivizam (na) arte (televisiva)

Bodies which discursivize (in television) art

Cuerpos que discursivizan (en) arte (televisión)

Renata Marcelle Lara

401

Como é que a gente diz? Uma análise das estratégias textual-interativas
na narrativa de uma pessoa com doença de Alzheimer

How do you say? An analysis of textual-interactive strategies

in the narrative of a person with Alzheimer's

¿Cómo decimos? análisis de las estrategias textual-interactivas

en la narrativa de una persona con enfermedad de Alzheimer

Caio Mira

419

Conhecimentos gramaticais na escola:

entre a manutenção do normativismo e a gaseificação conceitual

Grammatical knowledges at school:

between the maintenance of normativism and the conceptual loosening

Conocimientos gramaticales en la escuela:

entre el mantenimiento del normativismo y la gasificación conceptual

Leticia Mello Giacomini

Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti

435

Casa de família e casa de prostituição: embate de sentidos que dividem a cidade

House of family (family home) and house of prostitution (brothel):

meanings collision that divide the city

Casa familiar y casa de prostitución:

combate de sentidos que dividen la ciudad

Marielly Ferreira

451

Continuum de piadas: das narrativas planejadas à espontaneidade do humor

Jokes continuum: from planned narratives to the humour spontaneity

Continuum de chistes: de narrativas planificadas hasta la espontaneidad del humor

Ana Cristina Carmelino

Paulo Ramos

471

Sistematicidade na organização interna de segmentos tópicos mínimos
em editoriais de jornais paulistas do século XXI

Systematicity in internal organization of minimal topic segments

in newspapers editorials of the state of São Paulo in 21st century

*Sistematicidad en la organización interna de segmentos tópicos mínimos en editoriales
de periódicos del estado de São Paulo en el siglo XXI*

Aline Gomes Garcia

487

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017/190301-00-00>

PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS
PRODUCTION AND DISSEMINATION OF SCIENTIFIC JOURNALS
PRODUCCIÓN Y DIFUSIÓN DE REVISTAS CIENTÍFICAS

Silvânia Siebert*

Universidade do Sul de Santa Catarina

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem

Tubarão, SC, Brasil

A divulgação científica especializada é o tema a que vamos nos dedicar nesta edição, iniciando uma discussão que deve prolongar-se nas próximas. É pensada em um momento histórico em que a digitalização de arquivos – texto, imagem, som, etc. – permite o armazenamento em “nuvens” comandadas pela linguagem binária. Neste entrelugar associando autor, editor e leitor, situa-se o dispositivo tecnológico que converte a linguagem da escrita, da revista científica, em dados que serão convertidos e reconvertidos para serem acessados, processados e compartilhados.

No século XXI, consultar uma fonte de informação passou a ser possível em múltiplas telas que determinam onde e como vai ser “consumida” a ciência. Essa convergência tecnológica, além de constituir uma realidade singular, determina, entre outras coisas, novas rotinas de produção e divulgação científica. Se, em boa parte do século XX, divulgar ciência estava associada à prensa, temos no século XXI o computador e o celular como suportes. Do material gráfico passamos para o domínio da linguagem digital. Aqui e neste momento, interessa-nos perspectivar a revista científica especializada.

Tomamos a revista especializada como um bem social comum, responsável em divulgar ciência para leitores especializados e também para não especializados, por permitir livre acesso. Sobre a importância dos periódicos científicos, Barata (2015) explana que eles “interferem fortemente na produção científica das nações, são o carro-chefe da produtividade de acadêmicos e o meio pelo qual a ética na pesquisa se delineia”.

De grande relevância para a produtividade e a ética, a cada dia mais periódicos são lançados, um efeito que se dá também porque servem como critério para a análise de qualidade de programas de pós-graduação. Publicar não é uma necessidade apenas no sentido de divulgar ciência, mas também de acompanhar e avaliar o desempenho de pesquisadores e grupos de pesquisa. Nesta lógica, quanto mais citações mais exposição, consequentemente mais reconhecimento de relevância da pesquisa, do pesquisador e do periódico.

O acesso livre e amplo dado aos leitores de todos os cantos do planeta, em função da grau de ocorrência de periódicos de livre acesso, constitui um grande avanço para a divulgação científica, um campo que começou a ser desenhado a partir da troca de

* Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Editora de Linguagem em (Dis)curso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7852-0968>. E-mail: silvania@cinemaistv.com.br.

correspondência entre cientistas, e posteriormente pela divulgação de atas dos encontros das sociedades científicas. O primeiro periódico científico data de 1665, intitulado *Le Journal des Sçavants* (Paris). De acordo com Stumpf (1996, p. 2):

O periódico científico, que caracterizou uma nova forma de comunicação, no século XVII, era constituído de alguns artigos mais breves e específicos que as cartas e as atas, uma vez que possuía poucas páginas onde era resumido todo [o] processo de investigação. Além disso, eliminava qualquer conotação pessoal na forma de exposição.

No intervalo de tempo que nos separa do século XVII, houve um aumento considerável das formas, gêneros e suportes para divulgar ciência, sendo a mídia impressa de grande importância até o século XX. Com a descoberta da linguagem binária e a criação dos computadores, esta realidade começa a ser redesenhada. Um dos fatores que fizeram os periódicos científicos abandonarem o modelo impresso foram os custos de produção e de distribuição. De acesso aberto aos leitores, sem cobrança de anuidade ou assinatura, as revistas especializadas encontraram na digitalização uma forma de distribuir cada nova edição de forma mais rápida e barata.

Mas, se na transição da mídia impressa para a digital os periódicos científicos sentiram alívio nos custos de produção – eliminando a impressão e a distribuição de volumes de papel –, a digitalização, por sua vez, trouxe a pressão pela conversão para novos formatos, tal como o xml (Extended Markup Language). Neste formato a ciência chega aos leitores na tela do celular, ampliando a portabilidade da ciência. De outro lado, obriga a que editores antecipem o fechamento da edição com maior antecedência, porque a conversão, embora pareça simples, requer um técnico especialista nesta linguagem e um tempo maior no calendário de produção para realizar tal tarefa.

A revista científica de acesso aberto é ainda muito popular no Brasil, mas depende, em sua grande maioria, do apoio institucional para existir e sobreviver. As Universidades entendem que, ao investir, além de promover a distribuição de conhecimento para todos, fazem da revista científica um espaço de prestígio social, cultural e político.

A Linguagem em (Dis)curso é um periódico que existe graças ao apoio institucional da Unisul, mas pensamos que, além do apoio institucional, os periódicos científicos devam contar com políticas públicas que incentivem sua produção, circulação e excelência; e entender que, mais que uma conversa entre pares, os periódicos se constituem em espaços de legitimação da ciência extracampus, como lugar privilegiado de diálogo entre a ciência e a sociedade.

Avançaremos na discussão na primeira edição de 2020, passando a tratar, mais especificamente, do funcionamento das revistas especializadas e das de divulgação científica.

REFERÊNCIAS

- BARATA, R. Periódicos científicos marcam autoria, difundem conhecimento e buscam reinvenção. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 67, n.1, jan./mar. 2015.
- STUMPF, I. R. C. Passado e futuro das revistas científicas. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 3, 1996.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190302-4918>

**ANÁLISE DISCURSIVA DE GOVERNO COLOCA IDEOLOGIA
DE GÊNERO NO ENEM DO PASTOR SILAS MALAFAIA:
DISCURSO POLÍTICO, DA NATUREZA E DE ÓDIO
DISCURSIVE ANALYSIS OF GOVERNMENT PUTS
GENDER IDEOLOGY IN ENEM BY PASTOR SILAS MALAFAIA:
POLITICAL, NATURE AND HATE SPEECH
ANÁLISIS DISCURSIVO DE GOBIERNO PONE LA IDEOLOGÍA
DE GÉNERO EN EL ENEM POR EL PASTOR SILAS MALAFAIA:
DISCURSO POLÍTICO, DE NATURALEZA Y DE ODIO**

Letícia Jovelina Storto***Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)****Cornélio Procópio, PR, Brasil****Reinaldo César Zanardi******Universidade Estadual de Londrina (UEL)****Londrina, PR, Brasil****RECEBIDO EM: 24/07/18****APROVADO EM: 05/06/19**

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar, segundo a Análise do Discurso, o texto do vídeo *Governo coloca ideologia de gênero no Enem*, do pastor Silas Malafaia. O vídeo foi publicado na página oficial do religioso no Facebook e em seu canal no YouTube, em novembro de 2015. A polêmica, na prova, foi gerada a partir de uma questão abordando uma frase da escritora francesa Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. No texto do pastor, emergem traços discursivos significativos: o discurso da natureza, o discurso político e o discurso de ódio. O discurso da natureza atesta que o gênero é determinado pelo sexo biológico; o discurso político atribui a destruição de valores da família à esquerda e ao Governo Federal, com propaganda eleitoral para grupos conservadores de direita; o discurso de ódio é manifestado na qualificação dos partidários da esquerda e no enejo de que eles sejam aniquilados pela política brasileira.

Palavras-chave: Análise do discurso. Discurso religioso. Mídia.

Abstract: The objective of this work is to analyze, grounded in Discourse Analysis, the text of the video *Government puts gender ideology in Enem*, by Pastor Silas Malafaia. The video was published on the official page of the religious on Facebook and on his YouTube channel, in November 2015. The controversy over the exam was caused by a question that approached a phrase of the French writer Simone de Beauvoir "One is not born, but rather becomes a

* Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7175-338X>. E-mail: leticiajstorto@gmail.com.

** Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor do curso de Jornalismo da UEL. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2890-4063>. E-mail: rczanardi@gmail.com.

woman". In the pastor's text, significant discursive traits emerge: nature's discourse, political discourse and hate discourse. The discourse of nature assures that gender is determined by biological sex; political discourse attributes the destruction of family values to the leftist parties and to the Federal Government, with electoral propaganda for right-wing conservative parties; the hate speech is manifested in the qualification of leftist supporters and in the wish to annihilate them by Brazilian politics.

Keywords: Discourse analysis. Religious discourse. Media.

Resumen: El objetivo de este trabajo es analizar, según el Análisis del Discurso, el texto del video Gobierno coloca ideología de género en el Enem, del pastor Silas Malafaia. El video fue publicado en la página oficial del religioso en Facebook y en su canal de YouTube, en noviembre de 2015. La polémica, en la prueba, fue generada a partir de una cuestión, la cual abordó una frase de la escritora francesa Simone de Beauvoir, "Nadie nace mujer: se convierte en mujer". En el texto del pastor emergen rasgos discursivos significativos: el discurso de la naturaleza, el discurso político y el discurso de odio. El discurso de la naturaleza atestigua que el género es determinado por el sexo biológico; el discurso político atribuye la destrucción de valores de la familia a la izquierda y al Gobierno Federal, con propaganda electoral para grupos conservadores de derecha; el discurso de odio se manifiesta en la calificación de los partidarios de izquierda y en la oportunidad de ser aniquilados por la política brasileña.

Palabras clave: Análisis del discurso. Discurso religioso. Medios de comunicación.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na sociedade atual, um instrumento de produção e de disseminação de discursos é a mídia, entendida como o conjunto de veículos de comunicação em diferentes suportes: impresso, eletrônico e digital. Aliás, nos últimos anos, os veículos digitais têm ganhado mais audiência que os veículos tradicionais impressos, porque “a tecnologia digital permitiu que a distribuição da notícia passasse a ser de forma contínua e precisa, multiplicando a capacidade de transmissão de conteúdos” (MATTOS, 2013, p. 22). Além disso, a internet revolucionou vários aspectos da vida cotidiana, e não pode ser desprezado o papel desse meio na constituição discursiva.

Vários setores já perceberam a importância da internet na veiculação da informação, na disseminação da propaganda, na promoção do debate, na venda de produtos e na difusão de ideias. As igrejas também aderiram ao meio para levar seu discurso, difundir textos bíblicos e fazer pregações e propagandas. As páginas da *web* pertencentes a grupos religiosos proliferam no ambiente virtual, ocorrendo a “emergência de um ativismo político evangélico, não institucionalizado, com forte presença nas mídias digitais” (CUNHA, 2017, p. 221). Com isso, “não é mais possível compreender as religiões no mundo contemporâneo sem relacioná-las à comunicação e às mídias, nem é mais possível tratar as mídias sem levar em conta a sua relação com as religiões.” (CUNHA, 2017, p. 219). E é nas redes sociais que o campo religioso disputa ainda mais espaço com suas variadas denominações. No *Facebook* e no *YouTube*, por exemplo, as páginas são oficiais, não oficiais, criadas e mantidas por instituições, por apoiadores e simpatizantes das lideranças religiosas. Nesse contexto, grupos religiosos de vertente evangélica estão em maior evidência, especialmente em mídias noticiosas sobre mídia, religião e política (CUNHA, 2017), temáticas abordadas no vídeo em análise neste artigo.

Nesse sentido, com a finalidade de identificar os sentidos produzidos pelo discurso do pastor Silas Malafaia, analisamos, segundo a Análise de Discurso de orientação francesa, o vídeo *Governo coloca ideologia de gênero no Enem* (8'52'')¹, publicado em seu canal oficial no *YouTube*, em sua página no *Facebook* e na página “Admiradores do pr. Silas Malafaia”², no *Facebook*. Ao buscar o pastor na rede social, muitas páginas são disponibilizadas ao internauta com diferentes nomes. É considerada oficial a página Pastor Silas Malafaia (Figura Pública) na qual a declaração de autoria atesta que a página é “Administrada pela Assessoria de Imprensa do Pr. Silas Malafaia”³.

No vídeo *Governo coloca ideologia de gênero no Enem*, o pastor aborda a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizada nos dias 24 e 25 de outubro de 2015. A prova teve grande repercussão por abordar assuntos do campo feminista. Grupos progressistas aplaudiram a iniciativa, enquanto segmentos conservadores acusaram o governo de promover uma doutrinação ideológica por meio do exame. Uma das questões da prova daquele ano, a de número 5 (Figura 1), apresentou um excerto de autoria de Simone de Beauvoir, retirado de sua obra *O segundo sexo*. A escritora francesa refletiu, décadas atrás, a respeito da condição da mulher.

QUESTÃO 05 ◇◇◇◇◇

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca o(a)

- A** ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.
- B** pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.
- C** organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero.
- D** oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos.
- E** estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.

Figura 1 – Questão 5 da prova do Enem de 2015

Fonte: INEP/ MEC (2015a, p. 3).

¹ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x4HEOO6GS94>. Acesso em: ago. 2019

² Disponível em: <https://www.facebook.com/AdmiradoresSilasMalafaia/>. Acesso em: ago. 2019.

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/SilasMalafaia/>. Acesso em: ago. 2019.

A questão geradora de polêmica reproduz o seguinte trecho da escritora francesa Simone de Beauvoir: “*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher*. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.” (BEAUVOIR, 1980, p. 9, grifo nosso). No decorrer do vídeo, o pastor elenca vários argumentos para se contrapor à fala de Beauvoir, retomando o primeiro enunciado da citação.

Santos (2010) resgata a trajetória da escritora francesa Simone de Beauvoir, que nasceu em Paris em 1908 e morreu também na capital francesa, em 1986. A escritora viveu em período de transformação social, marcado por duas grandes guerras mundiais e por toda a evolução da sociedade do século 20. Antes de Beauvoir, a questão da mulher era tratada por ciências como a Biologia, a Psicanálise e a História. Foi a escritora, como filósofa existencialista, que inaugurou a discussão da mulher como um processo social de construção da identidade feminina, ou seja, o *gênero*.

Sua análise é profunda. Aponta tanto a opressão que pesa sobre as mulheres, quanto as suas dificuldades em se desvencilharem dos laços que as prendem a tal servidão. Beauvoir entende que a mulher assumiu, ao longo dos tempos, o lugar do outro, da pura alteridade com valoração negativa, cuja identidade é determinada pelo homem. (SANTOS, 2010, p.116)

O tema da redação foi **A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira**. Os textos motivadores traziam dados estatísticos da violência contra a mulher, tipos de violência relatados pelas vítimas, cartaz de protesto e o impacto da Lei Maria da Penha (INEP/ MEC, 2015b, p.2).

A respeito da questão 5 (Figura 1), o pastor Silas Malafaia gravou o vídeo *Governo coloca ideologia de gênero no Enem*, com duração de 8’52”, e o publicou em seu canal oficial no *YouTube* em 14 de novembro de 2015 e em sua página pessoal do *Facebook*. Em agosto de 2019, após quase quatro anos de sua divulgação, o vídeo no *YouTube* contava com mais de 24 mil visualizações; cerca de 100 comentários; mais de 1.600 curtidas (*likes*, gostei); e havia apenas 150 “não gostei” (*deslike*). Os números demonstram que o material tem sido bem recebido e aprovado pela grande maioria dos avaliadores.

2 SILÊNCIO, ATO FALHO E IDEOLOGIA DE GÊNERO

No vídeo, que transcrevemos grafematicamente para a análise, o pastor não contextualiza a questão do Enem discutida por ele, a qual é debatida sem ter sido reproduzido seu enunciado ou suas alternativas. Ele também não apresenta a escritora francesa Simone de Beauvoir, autora da frase polêmica, a quem ele chama de “*uma filósofo [sic], uma feminista*”. A ausência de apresentação da escritora francesa e da contextualização da frase no exame consiste em um esquecimento (PÊCHEUX, 1995), um lapso de memória (FREUD, 1916). Como a prova do Enem foi um fato marcante daquele momento, tendo repercutido nas mídias, supõe-se que os ouvintes do vídeo tenham conhecimento da questão. Isso pode ter levado o sujeito falante ao julgamento de ser desnecessário apresentá-la em seu vídeo, por entender tratar-se de uma informação que já faz parte do domínio discursivo de que ele e seus interlocutores participam, pois

“o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva.” (ORLANDI, 2015, p. 83).

Também podemos entender esse não dito como um silêncio (ORLANDI, 2015), mais especificamente como um silêncio local, a censura, silêncio relativo a “aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura” (ORLANDI, 2015, p. 83). Isso porque, no discurso religioso de viés conservador, é proibido dizer que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

Outro esquecimento (PÊCHEUX, 1995) ou lapso de memória (FREUD, 1916) ocorre no discurso do pastor: ele não cita o Partido dos Trabalhadores (PT), mas ao usar os termos *comuna* e *petralha*, vinculados ao partido por meio das mídias digitais nacionais, com viés depreciativo, cria efeitos de sentido de rejeição e também de ódio ao PT e à esquerda. Essa substituição de termos, segundo Silva et al. (2011), configura-se como um recurso utilizado no discurso de ódio para persuadir o interlocutor a acreditar naquilo que é dito. Essa polarização (nós x eles; direita x esquerda; gente de bem x petralha) é reflexo do que temos assistido no Brasil nos últimos anos: confrontos físicos e virtuais entre grupos políticos conservadores e progressistas, em um contexto alimentado e retroalimentado pelo Congresso Nacional, pela mídia, pela igreja e por outras instituições.

Se apresentasse Simone de Beauvoir, sua frase polêmica ou o partido, o discurso do pastor Silas Malafaia poderia gerar outros efeitos de sentido. Assim, podemos admitir que o esquecimento, nesse caso, não é sem intenção, ainda que inconsciente, porque, como Freud mesmo disse: “nos basta o fato de a intenção se haver denunciado por meio do esquecimento” (FREUD, 1916, p. 79), ou seja, esse ato falho revela o desejo inconsciente de apagar a prova, a citação e a escritora não somente do discurso do sujeito falante, mas da memória de todo o auditório.

Considerando que “os atos falhos parecem revelar sentido próprio” (FREUD, 1916, p. 41), o esquecimento do pastor pode manifestar sua falta de consideração pela figura de Beauvoir, buscando anulá-la em seu discurso, assim como o faz com a questão. O ato falho significaria o desejo do falante de apagar da História recente a prova do Enem e, com isso, metaforicamente apagar da sociedade a discussão de gênero. Para Freud (1916), o lapso verbal pode apresentar um propósito difamatório. Tal objetivo pode ser direcionado facilmente ao ato falho do pastor: difamar tanto o exame quanto a escritora citada nele. Difamando-os, ele retira deles seu valor social, seu teor de verdade, passando a ser desacreditados por aqueles que aceitam o discurso do pastor.

O texto do pastor Silas Malafaia inicia-se assim: “*Preste atenção pra esse negócio. Saiu na prova do Enem, né... uma filósofo, uma feminista, né... Ela diz que ninguém nasce mulher, torna-se mulher*” (MALAFAIA, 2015). Já nesse primeiro enunciado, o sujeito-falante apresenta sua opinião a respeito do tópico em pauta, mostrando-se contrário à discussão de/sobre gênero, pejorativamente denominada por ele *ideologia de gênero*. O termo, de cunho depreciativo, é utilizado no discurso religioso e político-conservador para se referir aos estudos de gênero, que são relativos a um longo processo nacional e internacional de “*promoção da equidade entre os gêneros e para o respeito à diversidade sexual*, no qual o papel da educação é visto como essencial para se atingir esse objetivo.” (REIS; EGGERT, 2017, p. 14, grifos nossos). Não se trata de algo restrito à identidade de gênero, como dá a entender a afirmação do pastor no excerto que segue. Os estudos de gênero discutem também o papel de homens e mulheres na sociedade,

buscando a equiparação salarial e de igualdade de condições de trabalho e de vida. Esses estudos combatem a violência de gênero, seja contra a mulher, seja contra gays, lésbicas, transgêneros ou outros. Ademais, defendem os direitos da mulher em relação a seu corpo e a sua identidade.

A não concordância de gênero (*uma filósofo*), do ponto de vista discursivo, representa um ato falho configurado como um *lapso verbal* (*Versprechen*), “que ocorre quando alguém, pretendendo dizer uma palavra, diz outra em seu lugar” (FREUD, 1916, p. 2). O pastor queria ter dito *filósofa*, mas disse *filósofo*, não marcando a distinção de gênero entre o artigo *uma* e substantivo *filósofo*. Nesse caso, por meio desse lapso linguístico, o falante afirma algo que não pretendia expressar de forma intencional, porque o discurso estava no nível do inconsciente, e de lá foi relevado de modo espontâneo no discurso.

O pastor Malafaia trai-se ao não realizar a concordância de gênero, já que esse sistema regulador da língua estaria em acordo com seu discurso de que homens e mulheres seriam diferentes e determinados pela natureza, isso já em seu nascimento. Logo, ao não tecer a relação de gênero no enunciado, ele faz crer não haver essa ambivalência entre feminino e masculino, que para ele seria natural. Com isso, engendra-se um efeito cômico (FREUD, 1916), porque o falante mostra concordar inconscientemente com a inexistência de distinção natural de gênero, algo que ele afirma conscientemente discordar. Nesse caso, “a manifestação soa aí como uma contração ou redução, como uma condensação de várias frases em uma só” (FREUD, 1916, p. 43).

Todavia, nas últimas décadas, difundiu-se, mais intensamente na Europa e na América Latina, a existência de uma *ideologia de gênero*, cuja origem pode ser encontrada “no seio da Igreja Católica, mais especificamente nos textos [de 1997] do então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 726), mais conhecido hoje como Papa Emérito Bento XVI. A essa “guerra ideológica” católica se juntaram outras denominações religiosas, especialmente evangélicas e, também, grupos políticos mais conservadores, que passaram a nomear a perspectiva de gênero de *ideologia* e apresentá-la como a mais radical forma de ideologia (SCALA, 2011), porque sua imposição seria o aniquilamento do ser humano por meio da eliminação da família (SCALA, 2011). Assim, aqueles que se opõem à *ideologia de gênero* defendem uma visão tradicional e conservadora da família, que seria estruturada patriarcalmente, sendo o homem o centro da família, o provedor e protetor; à mulher caberia a função de reprodutora, de cuidadora do lar e dos filhos. Essa visão mais conservadora prevalece nas mídias noticiosas e religiosas (CUNHA, 2017), evidenciando uma perspectiva hegemônica sobre temáticas como família, controle e libertação dos corpos, estado laico, liberdade de crença e outros (CUNHA, 2017).

Para Scala (2011), a *ideologia de gênero* seria mais sutil, porém mais perigosa que o marxismo e o nazismo, pois essa ideologia teria um discurso ambíguo e enganoso (SCALA, 2011). Tratar-se-ia, para o autor, de uma perspectiva falsa e antinatural (SCALA, 2011). Essa perspectiva de oposição é contrária às ideias feministas, ao ensino de sexualidade (educação sexual) nas escolas, ao casamento homoafetivo, ao reconhecimento de identidades não heterossexuais e temas afins (MISKOLCI; CAMPANA, 2017), tomados como vícios da natureza, como desrespeito às regras naturais e divinas. Na sequência do texto, o pastor lembra que

eu... nesses últimos seis anos... debati em audiências públicas... sabe... com o ativismo gay eles afirmando... não é... que o cara nasce gay... e agora... a ideologia de gênero diz que ninguém nasce nem masculino nem feminino... nem menino... nem menina... nem homem... nem mulher... (MALAFAIA, 2015, s.p.)

O sujeito falante associa a fala de Beauvoir à *ideologia de gênero*, atribuindo ao discurso certas “verdades” por meio de enunciados afirmativos e do uso do verbo *ser* no presente do indicativo, como a “*ideologia de gênero é favor do sexo livre... sexo... hã!... bestial... com animais... eles são a favor... pedofilia... eles são a favor... incesto... pai com filho... irmão com irmão... homossexualismo... eles só falam disso aqui...*” (MALAFAIA, 2015, s.p., grifos nossos). Zoofilia, pedofilia, incesto e homossexualidade têm especificidades e são distintos tanto do ponto de vista da saúde quanto do ponto de vista jurídico. A inserção concatenada desses itens no discurso do pastor e o resumo dos artigos por meio da expressão “todo esse livro moral” (em “e a ideologia de gênero é a favor de todo esse lixo moral” (MALAFAIA, 2015, s.p.), em que o pastor incluiu homossexualidade, pedofilia e incesto, podem levar o interlocutor à interpretação equivocada de que se trata de uma mesma categoria. Além disso, o pastor categoriza esses itens de “vício da natureza”, colocando-os em uma mesma classe.

A zoofilia, por exemplo, é enquadrada na Classificação Internacional de Doenças (CID10) no item *Parafilia*, que trata de alterações e transtornos da sexualidade. A homossexualidade não é considerada doença e, no Brasil, nem crime. Ela foi retirada da lista de doenças, em nível internacional, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 17 de maio de 1990, mas em muitos países a homossexualidade era encarada, bem antes disso, como uma questão de opção sexual. Hoje, a homossexualidade, assim como a bissexualidade, é definida como uma orientação sexual do indivíduo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999). Já a pedofilia, além de ser considerada doença pela CID 10 no item Transtornos da Preferência Sexual, pode gerar condenação penal.

A pedofilia em si não é crime, no entanto, o código penal considera crime a relação sexual ou ato libidinoso (todo ato de satisfação do desejo, ou apetite sexual da pessoa) praticado por adulto com criança ou adolescente menor de 14 anos. Conforme o artigo 241-B do ECA é considerado crime, inclusive, o ato de “adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, s.d., s.p.)

Ao associar o debate sobre gênero a outras situações, como pedofilia, o pastor Malafaia revela um discurso do senso comum, o qual gera em seu auditório, formado em geral por pessoas vinculadas à igreja evangélica neopentecostal, efeitos de sentido de indignação, de repulsa e de protesto. Esse efeito de sentido emerge do posicionamento ideológico do pastor que se materializa em sua linguagem. A não contextualização das informações colabora para isso. Também contribui para esse efeito a afirmação de que, na opinião do pastor, os adeptos da *ideologia de gênero* “*são a favor... pedofilia... eles são a favor... incesto... pai com filho... irmão com irmão...*”.

Na verdade, a perspectiva de gênero não defende zoofilia, pedofilia ou incesto, como alega o pastor. A perspectiva de gênero busca “a erradicação das iniquidades de gênero, que fazem uma distinção binária entre masculino e feminino, relegando o feminino a um plano inferior, estabelecendo papéis inflexíveis de gênero para o masculino e o feminino que apenas servem para reforçar as desigualdades [...]” (REIS; EGGERT, 2017, p. 20). Com isso, visa à promoção de da equidade “em que masculino e feminino tenham condições de estar em pé de igualdade, inclusive para combater as violências contra o gênero feminino, consideradas por alguns como inelutáveis ou inerentes à condição masculina” (REIS; EGGERT, 2017, p. 21). No seguinte trecho, Malafaia afirma que

[...] o Conselho Federal de Psicologia... HÃ... que proibiu que um camarada que não se sente em com o comportamento que tem ser tratado por um psicólogo... e inventaram e a imprensa caiu nessa esparrela de cura gay... sabe?... e agora como é que fica o Conselho Federal de Psicologia... hein?... (MALAFAIA, 2015, s.p.)

O pastor traz à tona um discurso de doença para a homossexualidade, pois, a se ver, esse traço de sexualidade deveria ser tratado por psicólogos, o que vai contra o Conselho Federal de Psicologia (1999). De acordo com o Conselho (1999, p. 1), a homossexualidade “não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”; por conseguinte, o sujeito homossexual não deve receber tratamento psicológico, já que esse é um profissional da saúde. Ao ir contra o Conselho, o pastor, que é formado em Psicologia, afasta-se do discurso médico e científico, buscando alicerçar seu discurso no senso comum e em ideias há muito ultrapassadas.

3 DISCURSO DA NATUREZA, DISCURSO POLÍTICO E DISCURSO DE ÓDIO

O texto audiovisual do pastor Silas Malafaia é constituído por três principais traços discursivos. Primeiro, o discurso da ordem natural e biológica das coisas, ou seja, o discurso da natureza; já o segundo é marcado por um discurso político; e o terceiro por um discurso de ódio. Naquele discurso, os efeitos de sentido são interpretados a partir da definição do papel do homem e da mulher como algo inerente ao ser humano, e não como um constructo social. Nesse contexto, o comportamento social é uma consequência da própria natureza. Por sua vez, o discurso político aborda a defesa de posições que passam por um viés ideológico marcadamente partidário, ou seja, o discurso político, nesse sentido, é uma defesa partidária de propostas conforme as agremiações políticas que as apresentam. Já o discurso de ódio manifesta-se na busca de segregação entre o grupo evangélico, das “pessoas de bem” e os “esquerdopatas⁴”, os defensores da *ideologia de gênero*. Também se projeta por meio da qualificação negativa desses sujeitos e no desejo de erradicá-los da política brasileira.

⁴ Neologismo pejorativo resultante da junção de “esquerda” com sufixo relativo a “patia”, doença. É uma gíria, que, segundo o discurso do senso comum, refere-se ao sujeito que defende a posição política à esquerda contra evidências de corrupção. É “utilizado para se referir aos que têm posição política à esquerda, vinculando-os a uma patologia ou doença mental grave.” (CESAR; CUNHA, 2018, p.13).

O discurso da natureza, o primeiro traço discursivo marcante no texto do pastor, produz no material analisado um efeito de sentido de ordem natural das coisas. Para o sujeito falante, a pessoa nasce homem ou mulher, não cabendo dúvidas nem ambiguidade: “*que conversa é essa que ninguém nasce masculino ou feminino?... a criança quando nasce... isso aqui é ciência... tem uma predisposição de herdar características psicológicas do sexo que veio*” (MALAFAIA, 2015, s.p.).

Na argumentação, para reforçar a dualidade homem/mulher, Malafaia apropria-se do discurso científico – “*isso aqui é ciência*” – para provar a tese de que o ser humano nasce menino ou menina. No entanto, ele não apresenta suporte material (estudos científicos) para provar sua tese. A defesa da ideia é feita apenas com sua palavra e a autoridade de religioso. A mesma ciência que o pastor nega, na questão de gênero, é usada para legitimar seu discurso.

...o que existe é **macho e fêmea**... o resto... o resto?... é **vício contra a natureza... a natureza do macho e a natureza da fêmea**... que eles se completam... a sexualidade nas diferentes espécies... eu tenho dito aqui no programa... **isso é ciência**... cumpre três funções... principais... e na humana também... **TÁ**... nas diferentes espécies e na humana... ok?... dualismo... complementariedade e fecundação... **TÁ**... (MALAFAIA, 2015, s.p., grifos nossos)

[...] uma prova do Enem querendo induzir que ninguém nasce **macho e fêmea**... **HÃ**... nasce o quê?... é **interplanetário**?... que que nasce?... a questão biológica... **HÃ**... a questão da predisposição... a questão hormonal... **QUE QUE É ISSO**?... É **HOMEM**?... homem fica menstruado por algum acaso? homem tem variações hormonais como a mulher?... as mesmas/os mesmos hormônios funcionam no homem e na mulher?... [...] (MALAFAIA, 2015, s.p., grifos nossos)

A dualidade homem/mulher surge em outro trecho quando o pastor questiona novamente o posicionamento de que ninguém nasce mulher: “[...] uma prova do Enem querendo induzir que ninguém nasce macho e fêmea... **HÃ**... nasce o quê?...” Neste trecho, o pastor não utiliza os termos *homem* e *mulher*, mais vinculados à esfera social, porém *macho* e *fêmea*, mais comuns no discurso da natureza, da biologia, da botânica e da zoologia.

É importante ressaltar que, no enunciado da questão do Enem, a escritora Simone de Beauvoir trata da mulher e da construção social (“o conjunto da civilização”) que produz o feminino, e não de sua formação biológica. Contudo, essa informação não foi apresentada pelo sujeito falante em seu discurso. Logo, o esquecimento colabora, aqui, para reforçar a tese afirmada pelo pastor, que insiste textualmente em abordar o masculino juntamente com feminino, como se fizesse parte da questão do Enem, e cujo discurso gera um efeito de sentido de confusão, que poderia ser dissipado caso ele apresentasse o texto de base.

O mesmo traço discursivo – o da natureza – repete-se em outro trecho, mas, desta vez, o pastor lança questionamentos, reproduzindo o discurso do senso comum. Tais questionamentos em nível discursivo geram efeito de sentido de diferenças entre os sexos, determinadas obrigatoriamente pelo nascimento e por questões hormonais e fisiológicas. Ao empregar o termo *interplanetário*, o pastor dá a entender que o sujeito homossexual

ou o sujeito transgênero (aquele que não se entende como pertencente a seu gênero de nascimento; contrário de cisgênero) seria um ser estranho, no sentido de estrangeiro, de extraterreste. Tal visão pejorativa colabora para a construção de um discurso empregado por achismos e pré-concebidos: o pastor enxerga tais aspectos relativos à sexualidade como “vícios contra a natureza”, ou seja, como elementos anormais. Vício é carregado de sentido negativo, sendo definido no dicionário como: “dependência física e/ou psicológica de determinada substância ou prática”, “costume, mania”, “defeito capaz de incapacitar uma pessoa ou uma coisa para determinada atividade”, “costume moralmente censurável; DEVASSIDÃO; LIBERTINAGEM”, “costume nocivo à saúde ou ao convívio humano” (AULETE DIGITAL, 2019, s.p., grifos no original). Portanto, no discurso do pastor, o sujeito homossexual ou transgênero pratica ações nocivas, devassas, libertinas, e moralmente condenáveis.

Para Butler (1986, p. 35, tradução nossa), “a formulação de Simone de Beauvoir distingue sexo de gênero e sugere que gênero é um aspecto de identidade gradualmente adquirido.”⁵ Essa afirmação é fundamental para o movimento feminista e para a desconstrução do discurso de que, naturalmente, os seres humanos são homens ou (ou com único valor de exclusão) mulheres biologicamente determinados em sua formação no ventre materno. Para Butler (1986, p. 35, tradução nossa grifos no original), a partir de Beauvoir, “*sexo* é entendido como aspectos invariantes, anatomicamente distintos e relativos ao corpo feminino, enquanto *gênero* é o significado cultural e a forma que o corpo adquire, os modos variáveis de aculturação do corpo.”⁶ Com isso, segundo o ponto de vista de Beauvoir (1980) e de Butler (1986), a questão de gênero sai do discurso da natureza e passa a figurar no discurso da identidade, porque não “podemos nos referir significativamente ao comportamento de gênero natural ou não natural: todo gênero é, por definição, não natural.”⁷ (BUTLER, 1986, p. 35, tradução nossa).

Ainda sobre a afirmação de Beauvoir, Butler (1986) considera que há ambiguidade no verbo *tornar-se*, de modo que se tornar mulher não é apenas uma imposição da identidade, mas a construção intencional e adequada de ser uma mulher. Trata-se, como disse a autora, da conquista de uma habilidade que culmina na apresentação de um estilo e significado do corpo feminino.

A ambiguidade presente no “torna-se mulher” como parte do gênero, em um processo de construção social, não encontra ressonância no posicionamento discursivo do pastor Silas Malafaia. Os efeitos de sentido (deterministas) gerados pelo discurso da natureza, “nasce-se homem ou mulher”, com toda a predisposição psicológica do sexo biológico, não permitem a ambiguidade sustentada por Beauvoir no papel definido socialmente para a mulher.

⁵ Original inglês: “Simone de Beauvoir's formulation distinguishes sex from gender and suggests that gender is an aspect of identity gradually acquired.”

⁶ Original inglês: “Sex is understood to be the invariant, anatomically distinct, and factic aspects of the female body, whereas gender is the cultural meaning and form that body acquires, the variable modes of that body's acculturation.”

⁷ Original inglês: “and neither can we refer meaningfully to natural or unnatural gendered behavior: all gender is, by definition, unnatural.”

Associado ao discurso da natureza, ou seja, de que o ser humano é naturalmente homem ou mulher segundo uma predeterminação biológica e natural, aparecem com força significativa traços do discurso político no texto do pastor Silas Malafaia. Ele não chega a nominar diretamente partido político, mas associa a ideologia de gênero a projetos do Governo Federal, via Ministério da Educação, o qual desenvolve o Enem, e à esquerda brasileira, a quem nomina de “esquerdopatas”, gerando efeito de sentido de doentes, visto que “patia”, do grego *páthe*, exprime a noção de doença, sofrimento e infortúnio e também de paranoia, porque os adeptos da nomenclatura acreditam que os “esquerdopatas” apresentam distúrbios psicológicos (CESAR; CUNHA, 2018).

...a ciência não tem nada a ver com ideologia... ideologizaram... os **esquerdopatas...** o Conselho Federal de Psicologia... HÃ... que proibiu que um camarada que não se sente bem com o comportamento que tem ser tratado por um psicólogo... e inventaram e a imprensa caiu nessa esparrela de cura gay... sabe?... e agora como é que fica o Conselho Federal de Psicologia... hein?... QUE VERGONHA... hã e **esses esquerdopatas...** que a ideologia de gênero é a destruição da família pra uma massa de informes pra ser manipulada por uma elite política... (MALAFAIA, 2015, s.p., grifos nossos)

Na argumentação de que o sexo é definido biologicamente no nascimento, o pastor Silas Malafaia afirma que a pessoa não nasce homossexual, nem pedófila, nem incestuosa, mas que esses são *vícios da natureza*, adquiridos em vida (MALAFAIA, 2015): “*e a ideologia de gênero é a favor de todo esse lixo moral... eles não falam porque a sociedade rejeita*” (MALAFAIA, 2015, s.p.). Para o pastor Malafaia, eles são os “esquerdopatas”, ou seja, são pessoas doentes que se vinculam a uma política partidária de esquerda.

O viés político do discurso do pastor apresenta também elementos do debate eleitoral, na medida em que ele conclama os fiéis a não votarem em candidatos favoráveis à “ideologia de gênero”, ou seja, a não votarem em nomes da esquerda. Como efeito de sentido lógico, fica o pedido de voto em candidatos conservadores da direita. Ademais, cria-se uma oposição entre o “povo de bem” (evangélicos⁸ e demais que se opõem à “ideologia de gênero”) e “cambada, petralha, esquerdopata” (a favor da “ideologia de gênero”). Essa oposição bem marcada leva o interlocutor a se posicionar em relação ao tema: quanto mais se deseja ser entendido como “povo evangélico, povo cristão, povo de bem” mais longe se manterá discursivamente daqueles considerados do “mal”, haja vista que se não é do bem, é do mal. No discurso religioso, pode-se inferir que “ser do bem” é estar atrelado a tudo que é de Deus, porque Deus é o bem; e “ser do mal”, ao que é do diabo, pois ele é o próprio mal, de quem o evangélico deve se afastar. Logo, ser a favor da ideologia de gênero ou ser homossexual é estar em conformidade com as coisas do diabo; portanto, longe de Deus.

gente... povo evangélico... povo cristão... gente de bem... nós temos que **varrer** essa cambada **de comuna... de petralha, de esquerdopata...** pelo viés democrático do voto... tem que **varrer** essa gente da política brasileira que quer destruir a família... que quer destruir valores... cuidado na hora de você votar... (MALAFAIA, 2015, s.p.)

⁸ “Entenda-se por evangélicos no Brasil todos os fiéis da religião cristã não pertencentes às confissões Católica Romana e Ortodoxa.” (CUNHA, 2017, p. 220).

Neste excerto, o locutor cria uma oposição marcante: “nós” e “eles”, conferindo atributos particulares a cada grupo (Quadro 1). A oposição criada designa ao “nós” aspectos positivos, de religiosidade (povo evangélico), de cristandade (povo cristão), bondade (gente de bem); e ao “eles”, de doença (“esquerdopata”⁹), de desonestos (“petralha”¹⁰) e de comunistas (“**comuna**”). Ao mesmo tempo, ao cruzar os sentidos, o contraste criado agrega ao sujeitos designados por “eles” os valores de não religioso (ateu), anticristão, gente do mal; e aos indivíduos pertencentes ao grupo do “nós”, valores de direita (contrário a “esquerdopata”), honesto (contrário a “petralha”), capitalismo (contrário a comunismo).

NÓS (valores positivos)	ELES (valores negativos)
Povo evangélico	Comuna
Povo cristão	Petralha
Gente de bem	Esquerdopata
Capitalismo	Povo não evangélico
Honesto	Povo não cristão
Direita	Gente do mal

Quadro 1 – Oposições causadas no discurso de Silas Malafaia

Fonte: Os autores.

Do ponto de vista discursivo, o pastor Malafaia apela paradoxalmente para o sentimento cristão por meio de um discurso de ódio, o qual é manifestado por meio do uso repetido do verbo *varrer* (“nós temos que **varrer** essa cambada de comuna... de petralha, de esquerdopata... pelo viés democrático do voto... tem que **varrer** essa gente da política brasileira”) e pelo emprego de vocábulos de valor negativo (“...vai aparecer esse **lixo**... essa **podridão** toda”; “essa cambada de comuna... de petralha, de esquerdopata...”). O desprezo ao grupo da esquerda manifestado pelo discurso do pastor caracteriza-o como sendo um discurso de ódio, o qual pode ser definido genericamente como aquele cujas palavras “tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude

⁹ Neologismo resultante do acréscimo do sufixo *pata*, designativo de doença, ao termo *esquerdo*, referente à posição política de esquerda.

¹⁰ Neologismo pejorativo resultante da contração entre *PT*, de partido dos trabalhadores, e *metralha*, alusão aos Irmãos Metralha, três irmãos presidiários que perseguem a fortuna de um personagem rico, o tio Patinhas. Esses personagens de história em quadrinhos geralmente estão vestidos com uniforme prisional, incluindo a placa com seu número de identificação, e são considerados desonestos e enganadores. Por analogia, *metralha* é referente a ladrão, bandido. O termo *petralha* (variação *petralhada*) foi cunhado pelo jornalista Reinaldo Azevedo (2016) e, originalmente, refere-se àquele “que justifica o roubo de dinheiro público em nome da construção do partido, supostamente interessado no bem coletivo.” (AZEVEDO, 2016, s.p.). Atualmente, *petralha* é um adjetivo pejorativo relativo a algo ou pessoa “que, sem nenhum escrúpulo, não vacila em cometer todo e qualquer ato marginal à lei, como usurpar, mentir, extorquir, ameaçar, chantagear, roubar, corromper, ou que defende com ardor ladrões, corruptos, usurpadores, mentirosos, cínicos, extorsionários, chantagistas etc. que, porém, posam de gente honesta e defensores intransigentes da ética”, “sórdido, nojento, asqueroso, canalha, calhorda” (SACCONI apud AZEVEDO, 2016, s.p.).

de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas.” (BRUGGER, 2007, p. 118). Também se configura como marca do discurso de ódio a incitação à ideia de que os “outros” do discurso são perigosos (WALDRON, 2010).

Segundo Silva et al. (2011), o discurso de ódio instiga e potencializa atitudes de violência, ódio ou discriminação. Seus interlocutores “são chamados a participar desse discurso discriminatório, ampliar seu raio de abrangência, fomentá-lo não só com palavras, mas também com ações.” (SILVA et al., 2011, p. 448). Com isso, outro contraste se manifesta: se o grupo das “pessoas de bem” revela-se por meio de um discurso de ódio, o bem, na verdade, é um mal.

Ainda, “pode-se dizer que o discurso é tanto mais nocivo quanto maior o poder difusor de seu meio de veiculação.” (SILVA et al., 2011, p. 449) e mais danoso ele é se for publicado e se, por isso, puder permanecer acessível (WALDRON, 2010). Sendo as mídias digitais muito disseminadas, o vídeo do pastor Malafaia certamente teve grande poder difusor, o que pode ser comprovado pelo fato de o vídeo ter sido publicado em mais de uma mídia (canal do pastor no *YouTube*, sua página oficial no *Facebook* e em página de admiradores) e também ao alcance do material (24 mil visualizações, cerca de 100 comentários e mais de 1600 curtidas).

Os termos *comuna*, *petralha* e *esquerdopata* – do discurso político, com viés eleitoral – surgem novamente mais adiante quando o pastor afirma que o modelo cristão da sociedade ocidental corre riscos, assim como o modelo da família tradicional. “*Nós não podemos votar em ninguém de viés de esquerdopata... de petralha... de comuna... querem detonar a família... querem detonar valores... querem detonar o paradigma do ocidente... que é o modelo judaico-cristão*” (MALAFAIA, 2015, s.p.). Ao empregar o pronome pessoal de primeira pessoa (*nós*), o pastor se insere no grupo, colocando-se também como defensor da tradicional família cristã e como um eleitor de direita, um eleitor conservador, que vota apenas em candidatos que sejam de mesma ideologia: conservadora. Isso se mostra no fato de ele ter sido, em 2018, apoiador do atual presidente do Brasil, senhor Jair Bolsonaro, político de extrema-direita, militar reformado e evangélico tradicional. Ademais, ao tratar da questão de gênero como quebra de valores, mais especificamente como valores judaico-cristãos, acionam-se ideologias, a da moral, e dessa vertente religiosa de cunho mais conservador. Além disso, traz-se subjacente o conceito de família formado apenas por casal heterossexual e filhos, excluindo-se as demais formações familiares, como as monoparentais, as homoafetivas, as de casais sem filhos e outras. Tais formações familiares seriam vistas pelo pastor como “vícios contra a natureza humana e da família”.

Ao fazer o discurso político, com viés eleitoral, é criado efeito de sentido de união do segmento evangélico, por conclamação a não votar em candidatos da esquerda. Cumpre comentar que, de acordo com Severo (2011, s.p.), os representantes da bancada evangélica no Congresso não atuam de acordo com o programa e os interesses dos partidos, “legalmente constituídos e pelos quais foram eleitos, mas sim pelas orientações religiosas que professam”. Em geral, eles legislam principalmente contra a legalização do aborto e contra o casamento homossexual e em outros temas relativos à família e à fé cristã. É o caso do vídeo em análise, cujo locutor defende abertamente tais temas,

criticando quem defende opinião em contrário. O pastor questiona os valores de quem trocaria seus valores por benefícios sociais do governo, gerando efeito de sentido de venda do próprio voto.

[...] nós não podemos votar nessa gente... isso tem que ser honra... meu irmão... trocar... trocar a... o teu princípio, os teus valores por um prato de comida... HÃ... trocar os teus princípios e teus valores tá... por bolsa-esmola... essa é uma VERGONHA... que cristão é você?... que princípios temos nós?... que valores temos nós?... (MALAFAIA, 2015, s.p.)

Outra oposição é construída nesse discurso: “nós” (evangélicos, “pessoas de bem” contra a “ideologia de gênero”) contra “essa gente” (aqueles a favor da “ideologia”). Nota-se o uso pejorativo do pronome demonstrativo “essa”, o qual funciona para diminuir, no contexto em análise, o termo a que se refere (gente a favor da “ideologia de gênero”). Por meio do emprego do pronome demonstrativo em contraponto ao emprego de pronome pessoal “nós”, o locutor distancia-se, tanto física quanto discursivamente, dos sujeitos com crenças opostas às suas.

O discurso político, conforme os argumentos elencados, pode criar diferentes efeitos de sentido. O discurso do pastor Silas Malafaia gera medo ou rejeição ao acusar o Ministério da Educação de comunista. O termo *comuna*, de viés pejorativo, é usado em vários momentos pelo pastor. Ele chega a propor a troca do significado da sigla MEC. Originalmente, o C do MEC é de Cultura, visto que, quando criado, tratava-se do Ministério da Educação e Cultura. Com o desdobramento das áreas, passou-se a ter um ministério específico para a cultura, congregada no MinC. Em janeiro de 2019, com o governo de Jair Bolsonaro, político apoiado pelo pastor Malafaia, foi extinto o Ministério da Cultura, que retornou a *da Educação*.

NÃO devia chamar MEC... NÃO... como eu vi um vídeo... é Ministério da Educação Comunista... que tem que ser chamado... é MEC NÃO... TÁ... é Ministério da Educação Comunista... o MEC... TÁ... essa sigla tem que ser isso... essa é uma vergonha... essa gente tem que ser varrida da política pelo viés democrático do voto... (MALAFAIA, 2015, s.p.)

Segundo Bobbio (2001), *direita e esquerda* são termos antitéticos utilizados para designar posturas doutrinárias, ideológicas e partidárias contrárias. “Fascismo e comunismo representam na história deste século a grande antítese entre esquerda e direita” (BOBBIO, 2001, p.77). Já o comunismo é um sistema político-econômico que se opõe ao capitalismo. Não há relação necessária entre esquerda e comunismo. Todavia, nos últimos anos no Brasil, tem sido comum relacionar o comunismo à posição partidária de esquerda, algo que se reflete no discurso do pastor. Não há, portanto, nenhuma base teórico-científica para tal afirmação: “é Ministério da Educação Comunista” (MALAFAIA, 2015, s.p.). Trata-se, pois, de um discurso do senso comum que promove o medo histórico do comunismo (agora vestido de esquerda) e instiga o ódio contra quem se identifica com essa orientação política.

O imaginário coletivo atribui ao sistema comunista atrocidades, decorrentes da falta de liberdades individuais e a negação pelo estado do direito à propriedade, do direito de ir e vir, entre outros. Os regimes comunistas são associados ao assassinato daqueles que

não concordam com o poder constituído, ao exílio forçado, à repressão. Quando o discurso político de Malafaia associa a *ideologia de gênero*, presente em uma prova do Enem, aos comunistas, gera efeito de sentido de medo e rejeição.

Também no discurso político o pastor Silas Malafaia cria efeito de sentido de perseguição política, por seu posicionamento contra o Governo Federal e a esquerda brasileira: “*ai você fica sabendo porque eu sou perseguido... HÃ... porque eles vivem em cima de mim... tentando me detonar... pensando que eu sou igual a eles... pensando que eu faço o que eles fazem...*” (MALAFAIA, 2015, s.p.). Na perseguição política, como efeito de sentido, o discurso de Malafaia gera outro sentido, o de missão divina, quando invoca o nome de Jesus: “*não vão prevalecer contra mim... vão ser envergonhados em nome de Jesus...*” (MALAFAIA, 2015, s.p.). Aqui, o locutor assume o papel discursivo de profeta e recorre à autoridade cristã (Jesus) para reprimir e afastar aqueles que se opõem a seu discurso.

Mais um efeito de sentido criado é a personificação de quem combate o mal: “*essa aqui que é a verdade... não tenho medo de vocês... Não tenho MEDO... NÃO tenho medo do diabo... vou ter medo de corrupto?... é RUIM... eu sei em quem eu tenho crido...*” (MALAFAIA, 2015, s.p.). Nesse trecho, o pastor dá a entender que político corrupto e diabo são temidos pelas pessoas, mas não pelo locutor. Além disso, ele coloca seu discurso como sendo a única verdade possível, *essa aqui é a verdade* (MALAFAIA, 2015, s.p.), não dando margem aos seus interlocutores para dúvidas ou questionamentos. Se essa é a verdade, e Jesus é a verdade e a vida, segundo o discurso religioso, por conseguinte Jesus e sua verdade são contra a ideologia de gênero e contra a homossexualidade. Em termos bíblicos, a ideologia de gênero não é citada na *Bíblia*, e Jesus, presente no *Novo Testamento*, não trata explicitamente dessas questões. A homossexualidade é tratada, na *Bíblia*, no *Antigo Testamento*, especialmente no livro de *Levítico*.

Na outra ponta da personificação, está a vitimização, efeito de sentido criado pelo discurso político, quando o pastor diz que o acusam de ser milionário. Para reforçar o que afirma, ele comenta que processou o jornalista a quem chama de “vagabundo”, de “bandido”.

...ok... pode me dizer... ah é o pastor... é milionário... pode... quem tem boca fala o que quer... OK?... eu botei aqui o meu imposto de renda aqui na tela da TV... eu quero saber quem fez isso?... TÁ... quando fizeram acusação leviana de um vagabundo de um jornalista da Forbes dizendo que eu tinha 150 milhões de dólares de patrimônio... que tá sendo processado... tá sendo processado... tô esperando agora a chamada pra decisão final da juíza ou do juiz... HÃ... tô sendo... tô processando... BANDIDO... TÁ... aí fica um monte de bobalhão... não conhece a minha vida... não sabe nada... (MALAFAIA, 2015, s.p.)

O efeito de sentido da personificação de quem luta contra o mal surge novamente em outro trecho, juntamente com a missão outorgada por autoridade divina (“*em nome de Jesus*”). O discurso político do pastor Malafaia assume efeitos proféticos, porque o religioso atesta que seus adversários serão envergonhados. Assim, o locutor assume o *ethos* de profeta, de defensor dos valores judaico-cristãos.

Podem me caluniar pra produzir notícia na imprensa... pra me denegrir... agora... PROVA... que eu quero ver... por isso que não tenho papa na língua... tenho autoridade pra falar... e em nome de Jesus... tô declarando aqui profeticamente... vão ser envergonhados... (MALAFAIA, 2015, s.p., grifos nossos)

Ao engendrar o *ethos* de profeta, a autoridade discursiva do pastor é reforçada, já que ele se considera, assim, o próprio enviado de Cristo. De acordo com o *Dicionário Teológico* (ANDRADE, 1998, p. 244-245), profeta é

A pessoa devidamente vocacionada e autorizada por Deus para falar por Deus e em lugar de Deus (Ez. 2.1-10). O profeta era um mestre incontestável quando sob a inspiração do Espírito Santo. Porta-voz oficial da divindade, sua missão era preservar o conhecimento divino e manifestar a vontade do Único e Verdadeiro Deus. [...].

Com o tempo, agregou-se ao termo profeta o sentido de *arauto*, *orador*, justamente por o profeta ter a função de mensageiro. Na Idade Média, arauto era o oficial responsável por fazer as publicações solenes, por anunciar a guerra e também a paz (AULETE DIGITAL, 2019, s.p.). Ele era o mensageiro do rei a seus súditos (AULETE DIGITAL, 2019, s.p.). Metaforicamente, o arauto é um mensageiro de Deus aos homens. Assim, ao apresentar o *ethos* de profeta, o pastor assume-se como o próprio mensageiro de Cristo. Logo, ao dizer que políticos de esquerda e jornalistas serão envergonhados, muitos daqueles que creem em suas palavras acreditarão que tal “profecia” se realizará, pois o locutor é um profeta, portanto uma “pessoa que tem o dom de prever o futuro, por inspiração de Deus” (AULETE DIGITAL, 2019, s.p.).

Vale destacar que o teor religioso do discurso do pastor prevalece apenas no final do vídeo, em que ele usa traços linguísticos do discurso religioso, mais especificamente o nome de Jesus e de Deus, invocando, assim, um efeito de sentido de autoridade e de proteção para si mesmo, porque fala em nome do Divino. Seu discurso ganha força devido à evocação de um poder místico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma argumentação com elementos do senso comum, baseada apenas na palavra de autoridade do pastor, o texto de Silas Malafaia no vídeo *Governo coloca ideologia de gênero no Enem* revela três discursos que se mostram significativos por seus elementos históricos e ideológicos.

Primeiro, o discurso da natureza, pelo qual a pessoa nasce homem ou mulher e suas características físicas e psicológicas são definidas pelo sexo, ou seja, pelos genitais femininos ou masculinos. Esse discurso respalda-se no determinismo biológico para definir o que é homem e o que é mulher no seio da sociedade, sem considerar o processo social de construção da identidade, seja do indivíduo seja do coletivo.

Segundo, o discurso político que ataca o Governo Federal e a esquerda brasileira, que defendem projetos de identidade de gênero. O discurso político que emerge – como necessário para “varrer” a esquerda do poder – está associado à direita e a um projeto

conservador de sociedade. Esse traço discursivo atesta a esquerda e o governo como responsáveis pela destruição de valores da família tradicional. Ainda nesse discurso, o viés eleitoral conclama os “cristãos” a não votarem em candidatos da esquerda, promovendo propaganda eleitoral.

Terceiro, o discurso do ódio vem aliado ao discurso político, por meio dos quais o locutor incita o auditório a “varrer” da sociedade tudo aquilo que se apresenta em desacordo com seus preceitos e valores. Além do mais, por meio do discurso de ódio projetado no material linguístico-discursivo do pastor, o Outro do discurso é visto como negativo, entranhado de aspectos pejorativos, que devem ser eliminados, rejeitados por todos aqueles considerados “cidadãos de bem”, o que, no caso analisado, inclui a discussão de gênero.

A questão de gênero é um debate complexo, haja vista muitos consensos científicos serem revistos e outros formulados. Esses conceitos em processo de construção assustam o viés determinista do discurso da natureza, encampado por muitos religiosos cujos dogmas são considerados inquestionáveis, já que são considerados mensageiros de Deus.

Apesar de o sujeito falante ser um pastor evangélico, ele não cita nenhuma passagem bíblica nem textos considerados sagrados para reforçar seu discurso em *Governo coloca ideologia de gênero no Enem*. Também não são citadas pesquisas científicas, ficando o discurso no campo do senso comum. Ressalta-se, no vídeo analisado, o viés político com forte base no determinismo da natureza, cujo efeito de sentido possível é a propaganda eleitoral para grupos conservadores de direita.

REFERÊNCIAS

- ARAUTO. In: AULETE DIGITAL. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/arauto>. Acesso em: ago. 2019.
- AZEVEDO, R. Segundo Washington Post, “petralha” é uma das seis palavras para entender o Brasil de hoje. *Veja*, 4 ago. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/segundo-washington-post-petralha-e-uma-das-seis-palavras-para-entender-o-brasil-de-hoje/>. Acesso em: ago. 2019.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Vol. 2. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- BRASIL. INEP. MEC. *ENEM 2015: 1º dia caderno 2 amarelo*. 2015a. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2015/CAD_ENEM%202015_DIA%201_02_AMARELO.pdf. Acesso em: ago. 2019.
- BRASIL. INEP. MEC. *ENEM 2015: 2º dia caderno 5 amarelo*. 2015b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2015/CAD_ENEM%202015_DIA%202_05_AMARELO.pdf. Acesso em: ago. 2019.
- BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso do ódio?: algumas observações sobre o direito alemão e o americano. Tradução de Maria Angela Jardim de Santa Cruz Oliveira. *Direito Público*, n.15, p.117-136, jan.-mar. 2007.
- BUTLER, J. Sex and Gender in Simone de Beauvoir's *Second Sex*. *Yale French Studies*, n. 72, Simone de Beauvoir: Witness to a Century, p. 35-49, Yale University Press, 1986. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/03/butler-on-simone-de-beauvoir.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

CESAR, L. de O.; CUNHA, V. C. C. #ChoremEsquerdopatas: a retórica da intransigência de Malafaia como estratégia de apoio político a Crivella na eleição municipal carioca de 2016. *Entremeios*, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.1-14, jan.-jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP nº 001/99, de 22 de março de 1999*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: ago. 2019.

CUNHA, M. do N. Política, mídia e religião: o ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter. *C&S – São Bernardo do Campo*, v. 39, n. 3, p. 217-244, set./dez. 2017.

FREUD, S. Primeira parte: os atos falhos. (1916). In: FREUD, S. *Obras completas*, volume 13: conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917). Tradução de Sergio Tellaroli; revisão da tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.14-87.

MALAFIA, S. *Governo coloca ideologia de gênero no Enem*. 14 nov. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/220890121438301/videos/450116825182295/>. Acesso em: ago. 2019.

MATTOS, S. A revolução digital e os desafios da comunicação. Cruz das Almas (BA): UFRB, 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *O que é pedofilia?* Disponível em: <http://www.turminha.mpf.mp.br/direitos-das-criancas/18-de-maio/o-que-e-pedofilia>. Acesso em: ago. 2019.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, set.-dez. 2017.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PROFETA. In: AULETE DIGITAL. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/profeta>. Acesso em: ago. 2019.

PROFETA. In: ANDRADE, C. C. de. *Dicionário teológico*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1998. p. 244-245.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan.-mar. 2017.

SANTOS, M. G. dos. Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. *Revista SapereAude*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p.108-122, jul.-dez. 2010.

SCALA, J. *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Katechesis; ArtPress, 2011.

SEVERO, F. Um estado laico com bancada evangélica. *Revista Viés*, 12 dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistaovies.com/reportagens/2011/12/um-estado-laico-com-bancada-evangelica>. Acesso em: ago. 2017.

SILVA, R. L. da; NICHEL, A.; MARTINS, A. C. L.; BORCHARDT, C. K. Discursos de ódio em redes sociais: Jurisprudência brasileira. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 445-468, jul.-dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v7n2/a04v7n2>. Acesso em: ago. 2019.

VÍCIO. AULETE DIGITAL. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/vicio>. Acesso em: ago. 2019.

WALDRON, J. Dignity and defamation: the visibility of hate. *Harvard Law Review*, v. 123, p.1596-1657, 2010. Disponível em: https://harvardlawreview.org/wp-content/uploads/pdfs/vol123_waldron.pdf. Acesso em: ago. 2019.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190303-5018>

**CORPOS QUE DISCURSIVIZAM (NA) ARTE (TELEVISIVA)
BODIES WHICH DISCURSIVIZE (IN TELEVISION) ART
CUERPOS QUE DISCURSIVIZAN (EN) ARTE (TELEVISIÓN)**

Renata Marcelle Lara*

Universidade Estadual de Maringá

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Departamento de Fundamentos da Educação

Maringá, PR, Brasil

RECEBIDO EM: 25/07/18

APROVADO EM: 25/08/19

Resumo: Esta investigação de base materialista pecheutiana, tecida nos enlaces discurso-arte-psicanálise, movimenta discursivamente noções lacanianas para análise de corpos-sujeitos na Minissérie Justiça (2016) que, metaforizados em/pela dor psíquica, discursivizam (na) arte em meio a relações jurídico-sociais-ideológicas na contradição de sentidos (im)possíveis para justiça. O(s) corpo(s) analítico(s) norteia(m)-se pela indagação de como os corpos-sujeitos-discursivos – constitutivos do corpus analisado –, no (processo) artístico, dizem sobre si e o outro na relação com a instituição Justiça e com a justiça como prática institucional e social de assujeitamento destes corpos. O percurso investigado visibiliza corpos que doem (em nós) e (se) fazem arte, ao funcionarem como metáforas/meta-phora (da dor psíquica) de corpos-sujeitos (real do corpo/real do sujeito).

Palavras-chave: Corpo artístico-discursivo. Dor psíquica. (In)Justiça.

Abstract: With basis on Pecheux's materialism, woven in the links of discourse-art-psychoanalysis, this investigation discursively shifts Lacanian notions for the analysis of bodies-subjects in the miniseries Justiça (Justice – 2016). These bodies/subjects are metaphorized by/in psychic pain and they discursivize (in) art, amidst juridical-social-ideological relations in the contradiction of (im)possible senses for justice. The analytical body/bodies is/are guided by the query of how bodies-discursive-subjects, which are constitutive of the analyzed corpus in the artistic (process), say about themselves and others in the rapport with the institution Justice and with justice as an institutional and social practice of subjection of these bodies. The investigated trajectory makes visible bodies that hurt (us) and create/become art as they function as metaphors/meta-phora (of the psychic pain) of bodies-subjects (real of the body/real of the subject).

Keywords: Artistic-discursive body. Psychic pain. (In)Justice.

* Doutora em Linguística (UNICAMP) e Pós-Doutora em Letras (UFRGS). Professora Associada do Programa de Pós-Graduação da UEM. Líder do GPDISCMIÁDIA-CNPq-UEM e membro do Grupo de Pesquisa “Oficinas de AD: conceitos em movimento” (CNPq-UFRGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6679-0517>. E-mail: renatamlara@gmail.com.

Resumen: Esta investigación, basada en el materialismo de Pecheux, tejida e los enlaces discurso-arte-psicoanálisis, conduce discursivamente nociones de Lacan para análisis de cuerpos-sujetos en la Miniserie Justiça (Justicia, 2016) que, metaforizados en/por el dolor psíquico, hacen discursivo (en el) arte, en medio a relaciones jurídico-sociales-ideológicas en la contradicción de sentidos (im)posibles para justicia. El (los) cuerpo(s) analítico(s) guía(m)se por la indagación de cómo los cuerpos-sujetos-discursivos – constitutivos del corpus analizado –, en el (proceso) artístico, dicen sobre si y el otro en la relación con la institución Justicia y con la justicia como práctica institucional y social de sujeción de esos cuerpos. El camino investigado hace visible cuerpos que duelen (en nosotros) y (se) hacen arte cuando funcionan como metáforas/meta-phora (del dolor psíquico) de cuerpos-sujetos (real del cuerpo/real del sujeto).

Palabras clave: Cuerpo artístico-discursivo. Dolor psíquico. (In)Justicia.

1 CORPO(RIFICAÇÃO) INICIAL

Em “O mal-estar no corpo”, capítulo do livro *O corpo torturado* (organizado por Ivete Keil e Marcia Tiburi), o psicanalista Mario Fleig (2004, p. 133) afirma que “os poetas e artistas sempre se mostram sensíveis às dores, indicando que, ao invés de calar, é preciso falar e expressar e, por esse caminho, cada um pode se tornar mais humano”. Na sequência, ao se interrogar sobre “como é possível que pela dor nos tornemos mais humanos”, Fleig (2004, p. 134) conta que ficou a refletir sobre a frase “Não consigo não sentir dor quando vejo alguém sofrendo”, que teria ouvido de alguém em análise, e então afirma que “entrar em contato com a dor é também entrar em contato com o outro e consigo mesmo”, pois ela “é um dos caminhos de se experimentar e se conhecer, sentir a densidade da existência, de si mesmo e do outro” (FLEIG, 2004, p. 134).

Pela primeira vez, sem que eu perguntasse, alguém tinha tocado na dor que estranhamente se materializava em meu corpo quando eu sentia o sofrimento de um outro desconhecido, de um outro que eu avistava de longe sem nem mesmo saber o nome, com uma trajetória que eu dessabia, mas cuja história se desenhava como uma *recriação* imaginária de um percurso dele/meu angustiante. Era como um *estranho familiar* relacionado aos meus medos e pavores.

No texto “O ‘estranho’” (*Unheimlich*), de 1919, Freud ([1919] 1996, p. 236), no processo de formulação de “o estranho familiar”, afirma que “o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar”. Ele afirma isso posteriormente à menção a Jentsch (1906), referente a um estudo do autor acerca do “‘estranho’”, sendo que, para Freud ([1919] 1996, p. 237), tal autor não teria ido além da “relação do estranho com o novo e não familiar”. Este pensamento de Freud se pauta no seguinte argumento:

A palavra alemã *‘unheimlich’* é obviamente o oposto de *‘heimlich’* [‘doméstica’], *‘heimisch’* [‘nativo’] – o oposto do que é familiar; e somos tentados a concluir que aquilo que é ‘estranho’ é assustador precisamente porque *não* é conhecido e familiar. Naturalmente, contudo, nem tudo o que é novo e não familiar é assustador; a relação não pode ser invertida. Só podemos dizer que aquilo que é novo pode tornar-se facilmente assustador e estranho; algumas novidades são assustadoras, mas de modo algum todas elas. Algo tem de ser acrescentado ao que é novo e não familiar, para torná-lo estranho. (FREUD, [1919] 1996, p. 237, grifos e aspas simples do autor)

Indo além da “equação ‘estranho’ = ‘não familiar’” (FREUD, [1919] 1996, p. 237), a argumentação geral de Freud ([1919] 1996, p. 262) é a de que “o estranho provém de algo familiar que foi reprimido”. Retomando tal formulação de Freud acerca de *estranho familiar* ser proveniente de algo familiar reprimido e, ainda, “que retorna”, Ferreira (2004, p. 41) esclarece que “a esse estranho que nos é familiar Freud denomina de inconsciente”, isto é, “nosso próprio inconsciente que criamos e alimentamos é também o que menos conhecemos, o mais sinistro”. Ela prossegue dizendo que a psicanálise propõe que reconheçamos esse estranho “como efeito de nossa própria constituição” (FERREIRA, 2004, p. 41).

Quanto à releitura de Freud por Lacan, a autora afirma que este “chega mesmo num funcionamento tão a seu estilo, a inventar uma palavra – êxtimo, extimidade – para designar essa terra estranha interior, esse fora alijado pelo processo do recalque, que é o que habita de modo mais íntimo o sujeito, sua ‘exterioridade íntima’” (FERREIRA, 2004, p. 42). Sujeito da psicanálise que se aproxima do sujeito do discurso por serem determinados/condicionados por uma estrutura cujas fronteiras não se fecham e cujo território não se homogeneiza, sendo, portanto, pelas *falhas* que se pode ter acesso ao sujeito, linguagem e discurso (como estruturas), esclarece Ferreira (2004).

Aquele outro a mim desconhecido, como um *estranho familiar*, não era um corpo biológico. Fleig (2004, p. 135), ao afirmar que “o corpo é, antes de tudo, metáfora, que comporta um certo número de empregos, bastante diversificados”, sendo um “corpo plural”, esclarece que “os usos metafóricos do corpo foram explicitados e articulados de modo preciso por Lacan, dando continuidade aos achados de Freud: o corpo imaginário, o corpo simbólico e o real do corpo”.

O *corpo imaginário*, que se apresenta “como apreensão de um todo organizado e consistente” (FLEIG, 2004, p. 137) é apresentado pelo autor na relação com o estágio do espelho. O *corpo simbólico* “é o corpo de significantes: identidade, nome, lugar na genealogia, sexo, raça, meio social, [sic] etc.” (FLEIG, 2004, p. 137). O *real do corpo* diz respeito ao “corpo inominável, pura fenda [...]”; corpo este “em excesso, impossível de se deixar inscrever, forcluído no simbólico [...]” (FLEIG, 2004, p. 137).

Aquele outro a mim desconhecido, portanto, era um *corpo imaginário* – como um testemunho indireto que (me) autenticava (n)o reconhecimento do Eu –; um *corpo simbólico* – significante, tomado de sentidos neste/por este mundo e nele/para além dele; um *corpo real* – corpo que não se apreende ou se pode nominar.

Foi aí que, depois de um percurso de tateamento analítico anteriormente realizado, eu voltei à Minissérie *Justiça* – um dos materiais de meu projeto de pesquisa docente e que também foi analisado por meu grupo de pesquisa, o GPDISC MÍDIA-CNPq-UEM (Grupo de Pesquisa em Discursividades, Cultura, Mídia e Arte)¹ – tomada pelos sentidos de que “descobrimos nosso corpo pela dor” (FLEIG, 2004, p. 131) – dor esta que é, “em última instância”, como afirma Fleig (2004, p. 132), “sempre uma dor psíquica” –, de “um corpo torturado” (FLEIG, 2004, p. 131).

¹ O trajeto analítico da Minissérie que foi desenvolvido pelo GPDISC MÍDIA-CNPq-UEM resultou no e-book *Minissérie em análise: sujeito, corpo(s), imagens*, organizado por mim (LARA, 2018).

Mesmo sem saber, naquele momento, foi assim que eu fui tomada por sentidos daqueles *corpos-sujeitos*² na Minissérie *Justiça*: materializada em dor, como uma confirmação da hipótese, inicialmente levantada por Fleig (2004, p. 131), de que a dor funciona como “acesso privilegiado a si mesmo e ao outro”. Tocada pelo artístico, meu corpo-sujeito, como corpo discursivo, era dor, sentida a *dor psíquica* dos corpos-sujeitos personagens como representantes de corpos-sujeitos reais (não biológicos).

Ferreira (2013c, p.106), ao pensar a noção de *corpo discursivo* (“não empírico, não biológico, não orgânico”) enquanto *objeto discursivo* em sua estrutura falha e irrupção da falta, inclui o “real do corpo como categoria incontornável”. É, portanto, movida pelos sentidos de “[...] real do corpo como categoria incontornável do campo discursivo”, como aquilo que *falta, retorna e resiste a ser simbolizado*, tal como também formula Ferreira (2013b, p. 78) ao discorrer sobre “O corpo como materialidade discursiva”, que observo, pela Análise de Discurso pecheutiana, ao movimentar, discursivamente, noções lacanianas, a discursivização de corpos-sujeitos da Minissérie *Justiça* em relações jurídico-sociais-ideológicas em processo artístico na contradição de sentidos (*im*)possíveis para “justiça”.

Parte do percurso investigativo focalizado neste artigo foi apresentado em sessão de Análise de Discurso durante o III Encontro Nacional e II Jornada “História das Ideias: diálogos entre sociedade, sujeito e linguagem”, realizado pelo Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2018, também como parte das minhas atividades de pós-doutoramento. A investigação integra, ainda, o projeto de pesquisa docente “Imagens visuais e projeções imaginárias de sujeitos em materiais artísticos e midiáticos” (2016-2019), que coordeno na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

2 CORPO(S) ANALÍTICO(S)

Justiça, minissérie ficcional brasileira da Rede Globo de Televisão, foi exibida de 22 de agosto a 23 de setembro de 2016, às 22 horas, cujas histórias contadas se entrelaçam de 2009 a 2016. Escrita por Manuela Dias e outros, com protagonistas, no plural, retratou, a cada dia da semana, diferentes histórias que se entrecruzaram e se conectaram por situações cotidianas e por crimes ocorridos em uma mesma noite. Tal produção abriu ao questionamento sobre os sentidos de justiça em sociedade pela imbricação de situações ramificadas que desencadearam na prisão, no mesmo dia, de quatro personagens (não propriamente os que eu trago para observação), em Recife, 2009.

O tema/objeto investigado, “corpos que discursivizam (na) arte (televisiva)”, faz parte de um recorte analítico que realizo de tal minissérie. Na constituição do percurso de análise, parto das personagens Elisa (interpretada por Débora Bloch), Fátima (vivida por Adriana Esteves) e Beatriz (Marjorie Estiano), indagando, como, na condição de corpos-sujeitos-discursivos – ao mesmo tempo discurso e forma de subjetivação e, para além de seu habitar, “como sendo o próprio sujeito” (FERREIRA, 2015a, p. 15) –, que

² Refiro-me a *corpos-sujeitos* considerando, discursivamente, tal como Ferreira (2015a, p. 15) que será logo mais citada, que o corpo não se reduz a lugar de habitação do sujeito, mas é o “próprio sujeito”.

discursivizam (na) arte, dizem sobre si e o outro, na relação com a Justiça como instituição e prática institucional e social de assujeitamento destes corpos-sujeitos. Isso significa que não são as personagens em si que interessam, mas elas tomadas como materialização de sujeitos reais (assujeitados, in-conscientes, ideológicos), em sua existência real (conflituosa, contraditória, dolorida... inapreensível). Sujeitos “Eu”, “(O)outro”, “Nós”. E é por partir desses corpos-sujeitos que discursivizam (na) arte que, no trajeto analítico mobilizado pela indagação posta, levo em conta o que afirma Ferreira (2015b, p. 264) sobre a arte como discurso: ela requer ser pensada como um “dispositivo”, o que significa que ela “é um modo de nos fazer ver”.

São corpos que chamei de dilacerados, entrelaçados, segregados, que têm história(s) e são história(s), investidos de historicidade, pois “onde há corpo há historicidade, onde há historicidade há memória e onde há memória há esquecimento”, afirma Ferreira (2013 a, p. 132) ao se referir à noção de memória³ do corpo. Carregando as marcas de suas/outras tragédias pessoais e familiares, des[re]integrados às regras jurídico-sociais, entre obrigarse/ser obrigado a segui-las e/ou confrontado a “falhá-las”, em um contínuo (des)pertencimento à regulação e ao regimento, são corpos que discursivizam (na) arte.

Elisa, mãe inconformada com a perda da filha assassinada em casa pelo noivo traído. Professora de Direito, cindida entre as leis jurídicas e o sentimento de (in)justiça que a move pela ideia fixa de matar o assassino de sua filha, cuja pena deste, em regime fechado, durou sete anos.

Fátima, doméstica de Elisa, que mata o cachorro de seu vizinho policial, na periferia de Recife, por morder seu filho e para proteger seus filhos, é incriminada por tráfico em uma cena forjada pelo mesmo policial para penalizá-la. Personagem dilacerada pelo despedaçamento e dissolução do convívio familiar: o marido morre a facada em uma briga de bar depois de perder o emprego devido à falência da empresa de ônibus da família do noivo da filha de Elisa; quando é presa por tráfico, seu filho vira morador de rua e sua filha prostituta. Ficou presa por sete anos.

Beatriz, bailarina atropelada na saída do teatro onde se apresentara em um espetáculo de dança. Quem a atropelou foi o sócio do dono da empresa de ônibus falida, onde o marido de Fátima trabalhava, quando estava em fuga com o dinheiro roubado da empresa. Tetraplégica, no hospital Beatriz implora ao marido, que presenciara seu atropelamento, pela prática da eutanásia a um corpo, para ela, “sem vida”, sendo atendida por ele, que é, posteriormente, preso durante sete anos.

Os quatro sujeitos-personagens que permaneceram sete anos na prisão – sendo um deles Fátima, que integra minha análise, e os demais presos que se colocam em relação com outros personagens como Elisa e Beatriz, estas duas, parte constitutiva de meu percurso analítico – foram presos no mesmo dia (28/06/2009). Envolvidos em situações distintas e próximas, entrecruzadas, motivados por sentimentos e sentidos diferentes e os mesmos, foram enquadrados juridicamente em dois artigos: Art. 121 do Código Penal Brasileiro⁴, que se refere a homicídio simples, e prevê de seis a 20 anos de reclusão, e

³ Memória na perspectiva discursiva, sendo o “esquecimento” o estruturante do seu funcionamento (Cf. ORLANDI, 2012, p. 169).

⁴ Art. 121 do Código Penal Brasileiro que enquadrou o ex-noivo da filha de Elisa e o marido de Beatriz. Embora eu tome como referência a edição atualizada até abril de 2017, o artigo em questão vigorava

Art. 33 da Lei Nº 11.343⁵, de 23 de agosto de 2006, dos crimes envolvendo drogas, cuja pena é reclusão de cinco a 15 anos. Após cumprirem pena de sete anos em penitenciária, foram soltos. Prisão jurídica e cronologia dos sete que perturbam, consciente e inconscientemente, os sentimentos dos sujeitos-personagens e os sentidos de (in)justiça da/na minissérie.

Não são os sujeitos encarcerados em presídio que me interessam para análise. São os corpos-sujeitos aprisionados em dor; dor psíquica (cf. FLEIG, 2004). Por isso mesmo, meu recorte não focaliza os quatro sujeitos presos em presídio, mas três personagens (poderia ser menos ou mais, pois não é quantidade o que interessa à análise em questão) tomados como corpos que (se) discursivizam, artisticamente, sentidos – entre o que se quer exato e não é exatidão; entre o que se quer (a)pre(e)ndido e (não) é apreensão – de (in)justiça na minissérie.

No corpus de análise, o artístico está no jogo contraditório de sentidos de (in)justiça na/pela discursivização desses corpos envolvidos em situações/eventos distintos, próximos e distantes, entrecruzados, imbricados, penalizados com sentidos e motivos múltiplos, distintos e semelhantes, pelo/ao mesmo sistema de prisão jurídica, moral e psíquica, enquadrados diferentemente e da mesma forma. Artístico naquilo que ultrapassa o que possa ter sido pensado, desejado ou projetado por autor, diretores, montagem, edição etc.; que escapa, vaza, transborda em/pela dor psíquica; que está na falta como “[...] lugar do possível e do impossível (real da língua); impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira – o não-todo no todo, o não-representável no representado.” (FERREIRA, 2010, p. 6).

3 (SETE ANOS DE) PRISÃO DE CORPOS-SUJEITOS

Sete anos de prisão não se reduz ao cronológico de duração penal. Entre o sentido jurídico de sete anos representativos do aprisionamento temporal de corpos biológicos, separados de seus familiares, amigos, vida social – que abre a questionamentos quanto à durabilidade da pena para sujeitos enquadrados em crimes diferentes ou iguais, mas em situações distintas, ou mesmo à problematização da própria prisão em cenários forjados criminalmente ou encharcados de conflitos sociais, como desigualdade econômica, discriminação racial, abuso de autoridade etc. – estão sentidos sócio-históricos e ideológicos de corpos-sujeitos psiquicamente torturados.

O “sete”, que marca um tempo cronológico de *reviravolta* na vida dos sujeitos-personagens, sejam eles os que foram presos (como é o caso de Fátima), sejam os sujeitos familiares de quem foi preso ou assassinado (casos de Beatriz, cujo marido foi preso por eutanásia, e de Elisa, cuja filha foi assassinada pelo ex-noivo), amigos, outros com os quais tinham contato ou passaram a ter, e que abre ao questionamento quanto ao enquadramento e nivelamento jurídico e a (in)justiça (na aplicação) da lei, também

em 2009, ano este da prisão dos sujeitos-personagens. Posteriormente, com a Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015, o art. 121, § 2º do Código Penal, passou a ter o inciso VI que trata do Femicídio.

⁵ Art. 33 da Lei Nº 11.343 que enquadrava Fátima e outra personagem, Rose, esta não focalizada neste estudo.

simboliza, além do mí(s)tico, os corpos-sujeitos que doem⁶ e cujo tempo segue uma outra ordem⁷ para além da cronologia.

No livro *O tempo que resta*, Agamben (2016) aborda o tempo messiânico:

Ele não é nem a linha – representável mas impensável – do tempo cronológico nem o instante – igualmente impensável – do seu fim; mas não é tampouco simplesmente um segmento extraído do tempo cronológico, que vai da ressurreição ao fim do tempo: é, antes, o tempo operativo que urge no tempo cronológico e o trabalha e transforma a partir do interior, tempo do qual precisamos para fazer findar o tempo – nesse sentido: *tempo que nos resta*. Enquanto a nossa representação do tempo cronológico, como tempo *no qual* estamos, nos separa de nós mesmos, transformando-nos, por assim dizer, em espectadores impotentes de nós mesmos – espectadores que olham sem tempo o tempo que escapa, o seu incessante faltar a si mesmos –, o tempo messiânico, como tempo operativo, no qual aprendemos e realizamos a nossa representação do tempo, é o tempo *que* nós mesmos somos – e, por isso, o único tempo real, o único tempo que temos. (AGAMBEN, 2016, p. 85-86, grifos do autor)

Discursivamente, considero que o tempo dos corpos-sujeitos tomados em análise não cabe no tempo cronológico e contém o que o cronológico não (pode) comporta(r), suporta(r) (como suporte). É um tempo inconsciente, que se dá entre a implosão e a eclosão da cronologia.

Na Minissérie *Justiça*, o sete se põe em relação com o que regula, organiza, rege, normatiza, disciplina, pune e apieda-se. Na regulação, organização, regimento, normatização, disciplina, punição e piedade se inscrevem seu outro, oposto desregulador, desorganizador, não regimentar, não normatizável, indisciplinar, impiedoso, mas ainda assim, punitivo, hierárquico e disciplinar. A desordem, constitutiva da ordem, está lá, perturbando e permitindo.

Na Arquitetura (“As sete maravilhas do mundo antigo” e “As sete maravilhas do mundo moderno”...), na Arte (*Manifesto das sete artes*, do intelectual italiano Ricciotto Canudo, ...), na Ciência (as sete propriedades da matéria...), na Cultura Popular (os sete pecados capitais...), na Literatura (*Branca de neve* e os sete anões; os sete livros da saga *Harry Potter*...), na Filosofia (as sete virtudes...), na Religião (*Shabat*, sétimo dia da semana; sete sacramentos...) etc., o “sete” dissemina-se nas áreas, entre e para além delas, repleto de misticismo, religiosidade, cientificidade, filosofia, poesia, historicizando (n) a significação, ao mesmo tempo, de sujeitos e sentidos no social. Eclosão de um “sete” que está em diferentes lugares, relacionado a diferentes situações, (*extra*)va(s)zando inquietantemente, como os sentidos de (*in*)justiça na Minissérie *Justiça*.

Há uma rede de sentidos sobre o número sete que se espalha pela internet, fazendo-o transitar entre o objetivável e o inapreensível, desde a enciclopédia *Wikipédia* e dicionários de língua portuguesa e de símbolos, até *blogs*, *sites* místicos, publicações de curiosidades, religião, artigos científicos etc. Entre o senso comum, o misticismo, a fragilidade de base teórica, a base investigativa possível de ser aceita e os estudos

⁶ Cf. *dor psíquica* em Fleig (2004).

⁷ Cf. mais à frente, menção a Orlandi (2004) sobre o sentido de “ordem” relacionada ao simbólico e ao real da história.

qualitativa e cientificamente sustentados, sentidos múltiplos do “número sete” se entrelaçam e se validam em abertura nessa propagação⁸.

Na Introdução do *Dicionário de símbolos*, obra de Chevalier e Gheerbrant (2018), Chevalier (2018, p. XIII) afirma que, “por força de seu próprio objetivo”, o dicionário em questão “não pode ser um conjunto de definições, como os léxicos ou vocabulários usuais”, porque “um símbolo escapa a toda e qualquer definição”, sendo “próprio de sua natureza romper os limites estabelecidos e reunir os extremos numa só visão”. Anteriormente, logo ao abrir o primeiro parágrafo de sua Introdução, já chamava a atenção para a seguinte observação:

HOJE EM DIA, os símbolos gozam de nova aceitação. A **imaginação** já não é mais desprezada como a *louca da casa*. Está reabilitada, considerada gêmea da razão, inspiradora das descobertas e do progresso. Deve-se essa aceitação, em grande parte, às antecipações da ficção que a ciência comprova pouco a pouco, aos efeitos da dominação atual da imagem que os sociólogos estão tentando medir, às interpretações modernas dos mitos antigos e ao nascimento de mitos modernos, às lúcidas explorações da **psicanálise**. Os símbolos estão no centro, constituem o cerne dessa **vida imaginativa**. Revelam os segredos do **inconsciente**, conduzem às mais recônditas molas da ação, abrem o espírito para o desconhecido e o infinito. (CHEVALIER, 2018, p. XII, itálico do autor, negrito meu)

O dizer acerca do número sete está distribuído em seis páginas do *Dicionário de símbolos*, de Chevalier e Gheerbrant (2018). A primeira menção diz respeito aos sete dias da semana e aos sete planetas, bem como a outras ordens ligadas à esfera celeste, ao cósmico e xamanismo. Ainda sobre o “sete”, há sentidos relacionados aos egípcios, ao culto de Apolo, às tradições e lendas gregas, às festas populares na China, a Buda, ao islamismo, à Bíblia, à África, aos índios, entre outros e/ou que remetem a outros ainda, até porque “certos setenários são símbolos de outros setenários” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2018, p. 826).

Entre outros destaques apresentados por Chevalier e Gheerbrant (2018, p. 826, negrito dos autores, itálico meu), vê-se o sete indicativo de “**mudança depois de um ciclo concluído e de uma renovação positiva**”, simbolizando “**a totalidade do espaço e a totalidade do tempo**”, a “**totalidade do universo em movimento**”, bem como o setenário resumindo a “*totalidade da vida moral*, acrescentando as *três virtudes teológicas* – a *fé*, a *esperança* e a *caridade* – às quatro virtudes cardeais – a *prudência*, a *temperança*, a *justiça* e a *força*”. Assim, como símbolo de uma “*totalidade em movimento*” ou

⁸ Em um *Dicionário de símbolos* (2018), cuja visibilidade está, aparentemente, mais para os aspectos místicos do que para quem realiza a postagem (não há um sujeito que se diga autor ou responsável pelo dizer, mas uma empresa que assina o site) – num duplo efeito de um dizer valer por si como se fosse verdadeiro e a ausência de uma fonte que lhe imprima suposta veracidade –, o “número sete” é associado à representação da “totalidade”, “perfeição”, “consciência”, “intuição”, “espiritualidade” e “vontade”, simbolizando, ainda, “conclusão cíclica e renovação”. Afirma-se, no site, que “[...] justamente por representar o fim de um ciclo e o começo de um novo, [o sete] é um número que traz a ansiedade pelo desconhecido”, tendo uma “grande importância simbólica para o mundo cristão e para muitas outras mitologias”. Por mais que tal dicionário não se sustente em base científica explicitada, sendo o site assinado por uma empresa comunicacional, o que traz, assim como determinadas outras informações presentes em postagens outras, de curiosidade mística e/ou religiosa, transita, de alguma forma, por publicações de base científica reconhecida.

“**dinamismo total**”, o sete aparece como “chave do **Apocalipse** (7 igrejas, 7 estrelas, 7 Espíritos de Deus, 7 selos, 7 trombetas, 7 trovões, 7 cabeças, 7 calamidades, 7 taças, 7 reis...)” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2018, p. 827, negrito dos autores, *italico meu*).

Sendo o sete fortemente relacionado à religião e à Bíblia, trago, abaixo, um trecho do dicionário que faz menção à presença dele em tal escritura:

Por exemplo: candelabro de sete braços; sete espíritos repousando na vara de Jessé, sete céus onde habitam as ordens angélicas; Salomão construiu o templo em sete anos (*I Reis, 6, 38*). Não só o sétimo dia, mas também o sétimo ano é de descanso. *A cada sete anos os servos são postos em liberdade, os endividados anistiados*. O sete é usado 77 vezes no Antigo Testamento. O número sete, pela transformação que inaugura, possui em si mesmo um **poder**, é um número mágico. A tomada de Jericó, sete sacerdotes com sete trombetas devem, no sétimo dia, dar sete voltas na cidade. Eliseu espirra sete vezes e a criança ressuscita (*II Reis, 4, 35*). Um leproso mergulha sete vezes no Jordão e sai curado (*II Reis, 5, 14*). *O justo cai sete vezes e levanta-se perdoado* (*Provérbios, 24, 16*). (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2018, p. 827-828, negrito e *italico isolados dos autores, trechos em itálico meus*)

Mas o sete, ao sinalizar um ciclo concluído, conforme Chevalier e Gheerbrant (2018, p. 828, grifos dos autores), também “indica a passagem do conhecido ao desconhecido”, gerando ansiedade acerca de qual será o próximo ciclo. Ainda na mesma página, afirmam que o sete é, também, “o número de Satanás, que se esforça em imitar a Deus – *o macaco de imitação de Deus*”.

Assim, a ordem dos sete dias, que impõe uma cronologia, regula a rotina e a temporalidade. Organiza as práticas sociais, culturais religiosas. Impõe ritmo e trabalho, normas e obrigações, para que se tenha (sensação de) “descanso”. Descanso divino no sétimo dia depois de seis dias na construção do mundo. A construção do templo em sete anos, a libertação dos servos, a anistia dos endividados. Sete que desliza para o real⁹ (inapreensível).

Na obra *Em busca do real perdido*, Badiou (2017, p. 28, grifos do autor), no capítulo “A definição”, inicia sua reflexão por uma definição de real proposta, como afirma, por Lacan: “*o real é o impasse da formalização*”. Preferindo não partir do conceito, mas de um exemplo, ele se vale da aritmética elementar.

Quando contamos, multiplicamos ou adicionamos, pode-se dizer que estamos, de maneira prática, no interior da formalização matemática. Nosso cálculo é sempre finito: todo cálculo termina, de fato, com o que chamamos seu resultado, verdadeiro ou falso. Portanto, estamos numa formalização, que é regulamentada (há regras de adição, aquelas ensinadas às crianças), que é finita, e, no interior dessa formalização, há uma atividade particular, que é o cálculo. (BADIOU, 2017, p. 29)

⁹ “O real em Lacan não é uma esfera pré-discursiva da qual o simbólico poderia aproximar-se ou distanciar-se, ao contrário, é efeito do próprio simbólico, como aquilo que o simbólico expulsa para adquirir consistência. O real é pleno, sem fissura, irrepresentável, inomeável”, esclarecem Baldini e Mariani (2013, p. 112). Real que Pêcheux (1997a, p. 29) afirma “[...] como pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser ‘assim’”, “[...] impossível... que seja de outro modo”. Esta formulação de real por Pêcheux “ressignifica”, conforme Lagazzi (2017, p. 203), “o estatuto do impossível”, pois não se trata mais de negar o possível e sim de afirmar o “real como ‘pontos de impossível’”.

Mas há nisso, segundo ele, um ponto não explicitado: “quando calculamos a partir de números, estamos convencidos de que o resultado será um número”, o que faz supor que, “*seja qual for a duração do cálculo finito, sempre encontraremos um número*” (BADIOU, 2017, p. 29, grifos do autor). Isso exige que inexista um último número. Assim, “algo nisso tudo é in-finito” (BADIOU, 2017, p. 29). A série dos números não finda, todavia, o infinito em funcionamento oculto no interior do cálculo finito não é um número, pois, argumenta o autor, não há número infinito na aritmética. “Logo, o real da aritmética finita exige que se admita uma infinidade subjacente que funda o real do cálculo ainda que como impasse de qualquer resultado possível desse mesmo cálculo, que só pode produzir números finitos”, explica Badiou (2017, p. 29-30). E prossegue: “É nesse sentido que se pode dizer que o real dos números finitos da aritmética elementar é um infinito subjacente, inacessível a essa formalização, e que é, portanto, realmente, seu impasse. Lacan tem toda razão.” (BADIOU, 2017, p. 30).

Dando desdobramento ao seu exemplo aritmético, Badiou (2017, p. 30, grifos do autor), chega à seguinte formulação: “*o real é o ponto de impossível da formalização*”.

E explica:

Isso quer dizer que aquilo que a formalização torna possível – a saber, no nosso exemplo, calcular a partir de números – só é possível pela existência implicitamente assumida daquilo que *não pode* se inscrever nesse tipo de possibilidade. Trata-se, portanto, de um “ponto de pensamento” que, embora condenado a permanecer inacessível para as operações que a formalização torna possíveis, não deixa de ser a condição última da própria formalização. (BADIOU, 2017, p. 30, grifos do autor)

Badiou considera que não se atinge o real pelo uso da formalização, mas ao se explorar o “impossível para essa formalização”. Argumenta que o número infinito, na condição de número, liga-se, de maneira orgânica, à formalização aritmética, enquanto na condição de infinito, “é o impossível próprio” desta formalização (BADIOU, 2017, p. 31) – o que o leva a concluir, na mesma página, que o real da aritmética é “o número infinito como impossível”.

Isso também me levou a pensar, juntamente com o que eu trouxe de Chevalier e Gheerbrant (2018), no funcionamento do número sete (sete dias da semana – sete após sete –, sete anos) na Minissérie *Justiça*, em relação à discursivização dos corpos-sujeitos tomados em análise, pelo funcionamento do infinito como o impossível nesse/a partir desse sete *in-finito*. O real da aritmética (infinito como impossível), o real da história (contradição), o real do sujeito (inconsciente), o real do corpo (falta), o real do discurso¹⁰ (resistência).

Entre as leis de Deus e as leis dos homens (jurídicas), que se entrelaçam umas nas outras, se (*in*)validam para que continuem a produzir efeitos, os corpos-sujeitos analisados se entrecruzam, se entrelaçam, se historicizam! São corpos perturbados, torturados, doloridos, *impossíveis*. Corpos-*vaso*¹¹, de um vazio *impreenchível* e de uma saturação *incabível*.

¹⁰ Cf. Ferreira (2015c, p. 163). Na seção seguinte, retomo esse “real do discurso” como sendo a resistência, com base na autora.

¹¹ O duplo termo e a formulação conceitual “corpos-*vaso*” eu construo a partir do texto “Da criação *ex nihilo*”, de Lacan ([1960], 2008a), publicado em *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*.

Em “Da criação *ex nihilo*”, o psicanalista afirma:

Quero simplesmente, hoje, ater-nos à distinção, no vaso, entre seu emprego de utensílio e sua função significante. Se ele é deveras significante e se é o primeiro significante modelado pelas mãos do homem, ele não é significante, em sua essência de significante, de outra coisa senão de tudo o que é significante – em outros termos, de nada particularmente significado. Heidegger o coloca no centro da essência do **céu** e da **terra**. Ele o vincula primitivamente pela virtude do ato de libação, pelo fato de sua dupla orientação – para cima para receber, em relação à terra da qual ele eleva alguma coisa. É justamente essa a função do vaso. (LACAN, [1960] 2008a, p. 147, grifos meus)

No parágrafo seguinte, na mesma página, continua:

Esse nada de particular que o caracteriza em sua função significante é justamente, em sua forma encarnada, aquilo que caracteriza o vaso como tal. É justamente o **vazio** que ele cria, introduzindo assim a própria perspectiva de **preeenchê-lo**. O **vazio** e o **pleno** são introduzidos pelo **vaso** num mundo que, por si mesmo, não conhece semelhante. **É a partir desse significante modelado que é o vaso que o vazio e o pleno entram como tais no mundo**, nem mais nem menos, e com o mesmo sentido. (LACAN, [1960] 2008a, p. 147, grifos meus)

E se considerarmos o *vaso* – este, qualificador desses corpos-sujeito que doem – tal como Lacan ([1960] 2008a, p. 148) o perspectivou, “[...] como um objeto feito para representar a existência do vazio no centro do real que se chama a Coisa, esse vazio [...], como um *nihil*, como nada”, e ainda tomarmos a Coisa, “*das Ding*, enquanto o êxtimo mais primitivo” (SEGANFREDO; CHATELARD, 2014, p. 61, grifos das autoras), “[...] essa exterioridade íntima, essa extimidade, que é a Coisa [...]” (LACAN, [1960] 2008b, p. 169), e ainda mais relacionarmos o êxtimo lacaniano ao *estranho familiar* freudiano¹², sentimos o sujeito em sua dor; a dor do (O)outro que dói em nós. O sujeito (em seu) real¹³. A Coisa, afirma Lacan ([1960] 2008a), p. 152), “[...] define o humano, embora, justamente, o humano nos escape”.

¹² No artigo “Das Ding: o mais primitivo dos êxtimos”, Seganfredo e Chatelard (2014) afirmam que “êxtimo” faz com que lembrem de “*Unheimlich*, o estranho familiar” que aparece no texto “O ‘estranho’” (1919), de Freud: “Ambas [as palavras êxtimo e *Unheimlich*] parecem carregar certa ambiguidade. Ambas parecem portar a noção de interior e exterior acontecendo juntos. Ambas são capazes de conjugar o fora e o dentro. Ambas apontam para algo da **ordem do real**. Êxtimo: o mais íntimo, o mais particular, o mais interior, mas que está excluído, fora. *Unheimlich*: aquilo que é estranho, estrangeiro e familiar ao mesmo tempo.” (SEGANFREDO; CHATELARD, 2014, p. 63, grifo meu).

¹³ Seganfredo e Chatelard (2014, p. 66) entendem que “Lacan situa das *Ding* num lugar anterior ao recalque, é o que ele chama, originalmente, de o ‘fora-do-significado’ (*Ibid.* [a expressão *Ibid.*, empregada pelas autoras, faz referência a *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*], p. 71). Pleno e vazio ao mesmo tempo, ou melhor, pleno de vazio”. E imediatamente interrogam: “Ora, não seria este o lugar do *real*?” (SEGANFREDO; CHATELARD, 2014, p. 66, grifo meu). Logo mais, as autoras fazem referência ao momento em que Lacan se remete a Heidegger para ilustrar a teorização de a Coisa, partindo do exemplo do oleiro na construção de um vaso: “A modelagem de um vaso acontece a partir do nada, ‘criação *ex-nihilo*’. O nada, o furo, o vazio do vaso é justamente o lugar onde se situa *das Ding*. As paredes e o fundo do vaso são as redes significantes modeladas pelo homem em torno do real hipotético que é a Coisa. A criação de um objeto, diz Lacan, pode ter a função de representar a Coisa, de marcar seu lugar, ao contrário de evitá-la.” (SEGANFREDO; CHATELARD, 2014, p. 67).

Como não se pode logicizar, disciplinar e administrar a Coisa, ela figura como um “mal” para a Igreja, sendo “afastada” pela Ciência.

Nem a ciência nem a religião são aptas para salvar a Coisa, nem a nos dá-la, uma vez que o círculo encantado que dela nos separa é estabelecido por nossa relação com o significante. Como lhes disse, a Coisa é o que do real padece dessa relação fundamental, inicial, que induz o homem nas vias do significante [...]. (LACAN, [1960] 2008c, p. 164)

Diferentemente, a arte tende (a se aproximar) à Coisa. Em torno da discussão lacaniana sobre a Coisa e o mal, reunida em *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*, acerca da relação com a arte, a religião e a ciência, Seganfredo e Chatelard (2014, p. 68) observam:

Sabemos que o mal sempre foi algo rechaçado pela humanidade. Criam-se, a todo o momento, artimanhas para dele escapar, para se distanciar dessa Coisa assustadora. Dessa forma, Lacan (1959-60, p. 164)¹⁴ vai dizer que a arte caracteriza-se [sic] por uma organização em torno da Coisa, do vazio. A religião, por sua vez, busca a evitação do mal, apresentando um ser bom que é Deus para nos proteger da Coisa. [...]. A ciência, por outro lado, prezando o saber absoluto, isto é, fixando-se no poder do simbólico, rejeita a presença do vazio, do real e trabalha com a forclusão da Coisa.

Sujeito à língua e à história, às determinações institucionais (religiosa, jurídica, científica etc.), assim funcionam os sujeitos, (d)nessa forma. Ao se referir à *forma-sujeito* como sendo “a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”, Althusser ([1973] 1978, p. 67, grifos do autor), esclarece que “[...] as relações sociais de produção e de reprodução compreendem necessariamente, como parte *integrante*, aquilo que Lênin chama de ‘relações sociais jurídico-ideológicas’, as quais, para funcionar, impõem a todo indivíduo-agente a forma de *sujeito*”.

Em *Justiça*, os corpos-sujeitos analisados (Elisa, Fátima e Beatriz), assujeitados às regras jurídico-sociais-ideológicas, discursivizam na *ordem* prisional dos sete dias... após sete dias... por sete anos, dando vazão, como corpos-vaso, à Coisa.

Orlandi (2004), em *Cidade dos sentidos*, diferencia *ordem* de *organização* quanto ao discurso urbano. Em sua reflexão, a *ordem* é “do domínio do simbólico na relação com o real da história (a sistematicidade sujeita a equívoco) [,] articulação necessária e contraditória entre estrutura e acontecimento”, ao passo que “a *organização* [se] refere ao empírico e ao imaginário (o arranjo das unidades)” (ORLANDI, 2004, p. 35, grifos da autora). A autora explica que a finalidade de tal especificação é “ultrapassar a *organização* do discurso urbano para atingir a compreensão da *ordem* do discurso urbano”, ou seja, “procurar entender como o simbólico confrontando-se com o político configura sentidos para/na cidade e não ficar apenas na organização do discurso urbano que nos relega ao imaginário, às ilusões (eficazes) da urbanidade.” (ORLANDI, 2004, p. 35, grifos da autora).

¹⁴ Em suas referências, as autoras trazem *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise* referido como um todo, sem distinção a textos específicos contidos em tal livro – distinção esta que eu emprego em minhas referências –, e utilizam a edição de 1991 publicada pela Editora Jorge Zahar. Como os textos de Lacan reunidos no livro 7 abrangem o período de 1959 a 1960, as menções a tal livro, realizadas pelas autoras, são acompanhadas destas datas: 1959-60.

Nesse sentido, ao me referir à “ordem prisional dos sete dias... após sete dias... por sete anos”, estou considerando, justamente, o simbólico na relação com o real da história, ou seja, a possibilidade de a inscrição da língua (falha, incompleta) na história (em sua contradição constitutiva) produzir o equívoco.

O tem(pl)o desses (corpos-)sujeitos no interior de um presídio ou do lado de fora... está em relação com um e mesmo presídio psíquico, sete dias após sete... anos, tempo que se destemporaliza da cronologia, metaforizando(-se em) tormento e dor, nesse *impossível*, real do “sete”. O cumprimento da pena, a abertura da cela, o pisar os pés para fora do presídio não libertam os sujeitos, nem os que ganharam a liberdade jurídica, nem os que, do lado de fora dos muros e da clausura de cimento, se inquietam por quem (não) entrou, por quem saiu, nem mesmo quem não está mais lá, nem dentro e nem fora da arquitetura presidial.

A prisão – esta que “ao mesmo tempo se inocenta de ser prisão pelo fato de se assemelhar a todo o resto, e inocenta todas as outras instituições de serem prisões, já que ela se apresenta como sendo válida unicamente para aqueles que cometeram uma falta.”, como afirma Foucault (2002, p. 123-124) em *A verdade e as formas jurídicas* – não aprisiona simplesmente corpos biológicos.

Não se trata apenas da prisão de cimento, física, empírica, arquitetural, mas de como a arquitetura da estrutura prisional jurídica não dá conta de explicar a prisão psíquica de corpos que doem socialmente, corpos torturados, dilacerados... corpos que *falham/faltam*; corpos reais. Corpos tomamos em (*in*)compreensões e (*im*)possibilidades de (*in*)justiça – esta como uma categoria constitutivamente contraditória na/em relação com o sujeito como *corpo discursivo*. E assim a Justiça, como instituição e prática jurídica, também produz *justiças*, como formas “individuais de julgar” e práticas sociais outras, ramificações suas, que se alastram, disseminam, hibridizam, mestiçam, vazam.

4 CORPOS (QUE SÃO) DOR, CORPOS (QUE) DOEM!

Como Elisa, Fátima e Beatriz, na condição de corpos-sujeitos-discursivos que discursivizam (na) arte, dizem sobre si e o outro, na relação com a Justiça como instituição e prática institucional e social de assujeitamento destes corpos-sujeitos? Esta pergunta, que norteou meu percurso investigativo, e foi apresentada na segunda parte (**Corpo(s) Analítico(s)**) deste texto, levou-me aos corpos-sujeito como corpos-vaso na vazão à Coisa, ao estranho-familiar, ao êxtimo, ao inconsciente, à dor psíquica – dor que dói em nós.

O sujeito do inconsciente, como explica Mariani (2017, p. 41), “não sabe de si”. Estando “submetido à cadeia significante”, ele “é representado de um para outro significante, manifestando-se [...] na forma de atos falhos, de chistes, de sonhos”. E assim se dá o encontro do sujeito com o real, “com aquilo que não tem inscrição na linguagem”: pela ordem do indizível (MARIANI, 2017, p. 41). Mas “ao ingressar na ordem simbólica, ao se constituir na linguagem, o sujeito é dividido e fica inscrito em um campo de significantes que deslizam” (MARIANI, 2017, p. 41).

Nas relações sociais de produção e de reprodução, aqui especificadas as “relações sociais jurídico-ideológicas”, que impõem a “forma-sujeito”, **Elisa** materializa a contradição constitutiva dessas relações, entre o assujeitamento às leis jurídicas, na ilusão de liberdade, e o desejo de burlá-las no/pelo questionamento da eficácia em sua aplicabilidade. A instituição Justiça que ela professava como professora universitária de Direito, a quem também recorreu para punição do ex-noivo de sua filha morta a tiros, é a mesma que o liberta após sete anos de prisão. Sete, para ela, como marca da insuficiência da punição. Sete dolorido. Sete que sangra sua dor (de mãe). Sete, como tempo cronológico, que não (con)diz (com) o tempo do sujeito (em) dor. Corpo jurídico e corpo-sujeito, que não são um e mesmo corpo, mas são mutuamente constitutivos, constituintes um do outro. Corpos que se metaforizam na cisão do sujeito em dor. Corpo-sujeito que busca na “justiça dos homens”, na dor do outro (matar o assassino da filha), a evasão, o transbordar da sua. Entre a estabilização e o deslize, a revolta da personagem não marca a resistência do sujeito – a não ser como confronto direto, de lados que se opõem –, mas no sujeito que é dor há, sim, rastros de resistência, como ““real do discurso”” (FERREIRA, 2015c, p. 163).

Fátima personifica o corpo-sujeito dilacerado em dor, que extravasa o corpo-suporte da dor, desafiando nossas próprias possibilidades de suportar a dor do outro doendo em nós, porque, retomando uma citação que fiz de Fleig (2004, p. 134) no início deste texto, “entrar em contato com a dor é também entrar em contato com o outro e consigo mesmo”. Por mais que a prisão de Fátima tenha sido resultado de um cenário forjado, neste caso não é o corpo jurídico e o corpo-sujeito que se metaforizam na cisão do sujeito. São princípios proferidos pelas “leis de Deus” (fé, esperança e salvação divina) que se metaforizam no corpo-sujeito na/para a “reconstrução” de um corpo familiar esfacelado pela prisão. O corpo privado de liberdade jurídica dói na intensidade que a dor da destruição familiar massacra o corpo que é mãe, privado dos filhos. Dor que não cabe no tempo cronológico de sete anos de penitenciária e que transborda no peso simbólico que esses sete anos somatizam no extramuros: viúva de marido assassinado em briga de bar após perder emprego em empresa falida por desvio de dinheiro de um dos proprietários; filho pequeno que passa a morar na rua e sobrevive de furtos; filha que vai morar em um bordel e sobrevive da prostituição, tendo como agenciadora a namorada do ex-vizinho que incriminara sua mãe por porte ilegal de drogas. Corpo-sujeito suporte da dor. “Um corpo ferido, torturado, esquartejado, virado do avesso, rompida a superfície lisa e sensível da pele, expostos os órgãos que deveriam estar bem abrigados – ainda assim isso que nos aproxima do horror e nos remete ao limite do Real continua sendo um corpo” (KEHL, 2004, p. 9). Corpo-vaso, que suporta o insuportável no vazio da saturação, transborda (em) dor.

O corpo tetraplégico, o não corpo do corpo-sujeito bailarina (**Beatriz**), embora não esteja mais lá como corpo biológico (submetido à eutanásia) após sete anos, permanece como corpo discursivo. O corpo ausente ainda em vida para o corpo-sujeito bailarina, o corpo tetraplégico, “mesmo [sendo] um corpo em mal [sic] funcionamento, doente, restrito em seus movimentos e em sua capacidade de trocas com o meio continua sendo um corpo” (KEHL, 2004, p. 9). O corpo (não) dançante, “um corpo roubado a seu próprio controle – corpo que não pertence mais a si mesmo e transformou-se em objeto nas mãos

poderosas de um outro, seja o Estado ou o crime; um corpo objeto do gozo maligno de outro corpo; mesmo um corpo torturado continua sendo corpo” (KEHL, 2004, p. 9-10). O corpo da eutanásia, cujo tempo cronológico não condiz com o tempo do sujeito, nem do que se vai, nem daquele que fica, mesmo que partir represente viver e ficar signifique morte em vida – e mais, mesmo que a morte recomponha o corpo-sujeito e a vida de quem fica espedace o sujeito (por) inteiro da saturação de um vazio impreenchível e de um transbordar cheio de dor que não cessa –, é um corpo.

Elisa, Fátima, Beatriz. Corpos que são metaforizados em/pela dor de tantos outros corpos doloridos, torturados. Corpos que doem, são dor, nos fazem doer. Que funcionam como metáforas de corpos-sujeitos reais de um mundo real, inapreensível, repleto em contradições, em (in)justiças. “Metáfora[s] (meta-phora)” determinada(s) por “uma região do interdiscurso”, significando transferência de sentidos, tal como compreende Pêcheux (1997b, p. 263, grifos do autor), com base em Lacan. O que possibilita tal ocorrência metafórica “é o caráter local e determinado do que cai no domínio do inconsciente, enquanto lugar do Outro (Autre), onde, diz J. Lacan, ‘se situa a cadeia do significante que comanda tudo o que vai poder se presentificar do sujeito’ ... e do sentido, acrescentaríamos.” (PÊCHEUX, 1997b, p. 263, grifo do autor).

5 CORPO(S) FINAL(IS)

“Das lutas de gladiadores aos enforcamentos públicos, das torturas aos atentados, a dor dos outros não nos deixa indiferentes, mesmo hoje, depois do embotamento da sensibilidade pela apresentação diária da dor como espetáculo” (KAPP, 2004, p. 247). E assim, “[...] os povos humanitários, o culto espectador de teatro e até o sábio são esteticamente seduzidos pela dor real dos outros” (KAPP, 2004, p. 249). Dessa forma, corpos que discursivizam (na) arte (televisiva) se entrelaçam a corpos discursivizados na/pela arte.

A encenação pode tornar-se sórdida. Tomemos como exemplo a história do japonês que cortou sua amante em pedaços, em seguida juntou as partes desse corpo em alguns pratos para colocá-las em uma geladeira e logo mais comê-las. Ele tornou-se uma espécie de herói monstruoso no Japão e escreveu livros que são vendidos em quantidade... [...]. Se a justiça o tivesse condenado, não seria na qualidade de sujeito responsável por um crime e por uma encenação monstruosa. Ele próprio é totalmente objetalizado em uma tal construção cênica. [...]. Nesse sentido, a justiça não estaria habilitada a julgar sujeitos que devem reconhecer seus crimes, mas indivíduos que se metamorfosearam em objetos de arte e também transformaram o corpo dos outros enquanto tal. (JEUDY, 2002, p. 17-18)

Em meu percurso investigativo, *o que os corpos-sujeitos que discursivizam (na) arte*, observados analiticamente, dizem *sobre si e o outro, na relação com a Justiça como instituição e prática institucional e social de assujeitamento destes corpos-sujeitos*, é que são corpos que se (in)visibilizam na relação com o (O)outro – *corpos imaginários*; corpos que são localizáveis, observáveis, vigiados, punidos – *corpos simbólicos*; corpos que não cabem em si, que deslizam, metaforizados, inquietos, *insanos, intocáveis, inexplicáveis* – *corpos reais*. Corpos que, ao discursivizarem (na arte), (se) fazem arte.

Corpos-sujeitos personagens que, pela dor que materializam em vidas¹⁵ *entrecruzadas* pela dor, pela dor que dói em nós, *dor psíquica*, nos depara com a dor real, de corpos-sujeitos reais, como “pontos de impossível no perceptível. *O que não é perceptível, e que, no entanto, segue produzindo sentidos no sujeito*” (LAGAZZI, 2017, p. 203, grifos da autora). Somos Elisás, Fátimas, Beatrizes ... *Marielles*, personagens reais do mundo em seu impossível. Corpos artísticos-reais, torturados, assassinados, cuja dor, dói em nós.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O tempo que resta: um comentário à Carta aos Romanos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- AGAMBEN, G. *O uso dos corpos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALTHUSSER, L. [1973]. Observação sobre uma categoria: “processo sem sujeito nem fim(s)”. In: ALTHUSSER, L. *Posições I*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 67-71.
- BADIOU, A. *Em busca do real perdido*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BALDINI, L. J. S.; MARIANI, B. O real é o nome que se dá ao inominável. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Org.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 103-114.
- BRASIL. *Código penal*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf. Acesso em: 16 jun. 2018.
- BRASIL. *Lei nº 11.343*, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD. Brasília, 23 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 16 jun. 2018.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.
- FERREIRA, M. C. L. Análise de discurso e psicanálise: uma estranha intimidade. *C. da APPOA*, Porto Alegre, n. 131, p. 37-52, dez. 2004.
- FERREIRA, M. C. L. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon*, Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 1-12, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28636>. Acesso em: 16 maio 2018.
- FERREIRA, M. C. L. Discurso, arte e sujeito e a tessitura da linguagem. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Org.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2013a. p. 127-139.
- FERREIRA, M. C. L. O corpo como materialidade discursiva. *Redisco*, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013b. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/search/advancedResults>. Acesso em: 13 maio 2017.

¹⁵ No livro *O uso dos corpos*, Agamben (2017, p. 276, grifos do autor), ao abordar a “Obra e inoperosidade”, em meio a menções a Foucault e Benjamin, afirma que o que denomina “forma-de-vida não é definido pela relação com uma práxis (*energia*) nem com uma obra (*ergon*), mas por uma potência (*dynamis*) e por uma inoperosidade”. Ele compreende que “a forma-de-vida não pode reconhecer-se nem ser reconhecida, porque o contato entre vida e forma e a felicidade que nela está em questão se situam além de todo possível reconhecimento e de toda possível obra. A forma-de-vida, é nesse sentido, antes de tudo, a articulação de uma zona de irresponsabilidade, em que as identidades e as imputações do direito estão suspensas” (AGAMBEN, 2017, p. 278). Minha menção à dor que os corpos-sujeitos personagens materializam em vidas *entrecruzadas* pela dor que dói em nós e nos depara com a dor real de corpos-sujeitos reais não se refere a uma arte que imita a vida ou vice-versa, mas como a discursivização desses corpos-sujeitos personagens em dor funcionam como metáforas de corpos-sujeitos reais que são dor.

- FERREIRA, M. C. L. O corpo enquanto objeto discursivo. In: PETRI, V.; DIAS, C. *Análise de discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013c. p. 99-107.
- FERREIRA, M. C. L. Discurso: conceitos em movimento. In: FERREIRA, M. C. L. (Org.). *Oficinas de análise do discurso: conceitos em movimento*. Campinas: Pontes, 2015a. p. 11-23.
- FERREIRA, M. C. L. Pensando a arte como discurso. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Org.). *Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux)*. Campinas: Mercado de Letras, 2015b. p. 263-274.
- FERREIRA, M. C. L. Resistir, resistir, resistir... primado prático discursivo! In: SOARES, A. S. F. et. al. *Discurso, resistência e...* Cascavel: Edunioeste, 2015c. p. 159-167.
- FLEIG, M. O mal-estar no corpo. In: KEIL, I.; TIBURI, M. (Org.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos, v. 1, 2004, p. 131-139.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2002.
- FREUD, S. [1919]. O 'estranho'. In: SALOMÃO, Jayme (Dir.). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Tradução José Luiz Meurer. Rio de Janeiro: Imago: 1996. v. XVII. p. 235-267.
- JEUDY, H.-P. *O corpo como objeto de arte*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- KAPP, S. A dor dos outros. In: KEIL, I.; TIBURI, M. (Org.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos, 2004. p. 247-264.
- KEHL, M. R. Prefácio. Três perguntas sobre o corpo torturado. In: KEIL, I.; TIBURI, M. (Org.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos, 2004. p. 9-19.
- LACAN, J. [1960]. Da criação *ex nihilo*. In: LACAN, J. *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise, 1959-1960*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008a. p. 141-155.
- LACAN, J. [1960]. O amor cortês em anamorfose. In: LACAN, J. *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise, 1959-1960*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008b. p. 169-187.
- LACAN, J. [1960]. Pequenos comentários à margem. In: LACAN, J. *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise, 1959-1960*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008c. p. 156-168.
- LAGAZZI, S. O significante em metáfora no movimento metonímico da falta. In: MARIANI, B. et al. (Org.). *Indizível, imperceptível e ininteligível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2016. p. 203-213.
- LARA, R. M. (Org.). *Minissérie em análise: sujeito, corpo(s), imagens*. Londrina: Syntagma, 2018.
- MARIANI, B. (In)dizível, in(dizível), in(visível): linguística, análise de discurso, psicanálise. In: MARIANI, B. et al. (Org.). *Indizível, imperceptível e ininteligível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2016. p. 31-47.
- ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997a.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.
- SEGANFREDO, G. de F. C.; CHATELARD, D. S. Das Ding: o mais primitivo dos êxtimos. *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 30, p. 61-70, jan./jun. 2014. Disponível em: http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno30_pdf/05_Das_Ding_o_mais_primitivo_dos_extimos.pdf. Acesso em: 4 jul. 2018.
- 7GRAUS. Dicionário de símbolos. Disponível em: <http://www.dicionariodesimbolos.com.br/numero-7/>. Acesso em: 29 jun. 2018.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190304-7818>

**COMO É QUE A GENTE DIZ? UMA ANÁLISE
DAS ESTRATÉGIAS TEXTUAL-INTERATIVAS NA NARRATIVA
DE UMA PESSOA COM DOENÇA DE ALZHEIMER
HOW DO YOU SAY? AN ANALYSIS OF TEXTUAL-INTERACTIVE
STRATEGIES IN THE NARRATIVE OF A PERSON WITH ALZHEIMER'S
¿CÓMO DECIMOS? ANÁLISIS DE ESTRATEGIAS
TEXTUAL-INTERACTIVAS EN LA NARRATIVA DE UNA PERSONA
CON ENFERMEDAD DE ALZHEIMER**

Caio Mira*

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Escola da Indústria Criativa
São Leopoldo, RS, Brasil

RECEBIDO EM: 28/09/18

APROVADO EM: 19/08/19

Resumo: A Doença de Alzheimer (DA) é comumente reconhecida pelas perdas cognitivas ocasionadas que resultam em lapsos de memória, prejuízos nas tarefas diárias e dificuldade em interagir por meio da linguagem. Nesse domínio empírico, o presente trabalho analisa as estratégias textual-interativas mobilizadas por uma pessoa com DA para produzir, sustentar e manter a narrativa em uma interação cotidiana. A narrativa analisada é proveniente de um corpus de interações de uma participante acometida pela DA. A análise fundamenta-se em categorias oriundas do campo da análise da narrativa oral e da Linguística Textual. Mobiliza, primordialmente, as dimensões da narrativa de Ochs e Capps (2001) e a noção de referenciação de Mondada e Dubois (2003). A análise demonstra que as estratégias referenciais, a construção, a retomada e a negociação de objetos de discurso são elementos que constituem, do ponto de vista textual e interativo, a performance narrativa de uma pessoa que vive com Alzheimer.

Palavras-chave: Doença de Alzheimer. Interação. Narrativa. Referenciação.

Abstract: Alzheimer's disease (AD) is a pathology usually recognized by cognitive decline that result in memory lapses, impairments in daily tasks, and difficulty in interacting through language. In this empirical domain, the present study analyzes the textual-interactional strategies used in the oral narrative, demonstrating how a person with AD succeeds, despite language deficits, in producing, sustaining and maintaining the narrative in a daily conversation interaction. The narrative analyzed in this study comes from a corpus of interactions of a participant affected by AD. We base our analysis on categories from the field of oral narrative analysis and textual linguistics. We mobilized, primarily, the dimensions of the narrative by Ochs and Capps (2001) and the notion of referencing by Mondada and Dubois (2003). The analyzes demonstrates that referential strategies, construction, retaking and negotiation of discourse objects are elements that constitute,

* Doutor em Linguística. Docente do Curso de Pós-graduação em Linguística Aplicada. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4858-1743>. E-mail: cmira@unisinos.br.

according to a textual and interactive point of view, the narrative performance of a person living with Alzheimer's.

Keywords: Alzheimer's disease. Interaction. Narrative. Reference.

Resumen: La enfermedad de Alzheimer (EA) es comúnmente reconocida por las pérdidas cognitivas ocasionadas que resultan en fallas de memoria, prejuicios en tareas diarias y dificultad en interactuar por medio del lenguaje. En ese dominio empírico, el presente trabajo analiza las estrategias textual-interactivas movilizadas por una persona con EA para producir, sustentar y mantener la narrativa en una interacción cotidiana. La narrativa analizada pertenece a un corpus de interacciones de una participante acometida por la EA. El análisis se fundamenta en categorías del campo del análisis de la narrativa oral y de Lingüística Textual. Moviliza, primordialmente, las dimensiones de la narrativa de Ochs y Capps (2001), y la noción de referenciación de Mondada y Dubois (2003). El análisis demuestra que las estrategias referenciales, la construcción, la retomada y la negociación de objetos de discurso son elementos que constituyen, del punto de vista textual e interactivo, la performance narrativa de una persona que vive con Alzheimer.

Palabras clave: Enfermedad de Alzheimer. Interacción. Narrativa. Referenciación.

1 INTRODUÇÃO

A Doença de Alzheimer (doravante, DA) é uma patologia comumente reconhecida pelas perdas cognitivas ocasionadas que resultam em lapsos de memória, prejuízos nas tarefas diárias e dificuldade em interagir por meio da linguagem. As perdas deflagradas pela DA não afetam isoladamente as funções cognitivas, mas, sobretudo, a organização simbólica das práticas cotidianas. Segundo Barros et al. (2009, p.17), a DA consiste em “uma patologia neurodegenerativa progressiva e irreversível, de aparecimento insidioso, que acarreta perda da memória e diversos distúrbios cognitivos”. Dentre esses distúrbios, os autores citam o declínio da memória, do raciocínio, da compreensão, da aprendizagem e da linguagem.

Os déficits na linguagem podem ser percebidos na atividade de nomeação, repetições, circunlóquios, uso expressivo de dêiticos e de estruturas sintáticas consideradas “simples”. Geralmente, a produção da linguagem não apresenta problemas no nível da articulação, sem percepção de alterações da linguagem no nível articulatório, ainda que as pausas e as hesitações sejam consideradas recorrentes (MORATO, 2012). Durante o avanço da doença, há o comprometimento do processamento semântico e sintático e a tendência a parafasias semânticas e lexicais¹ (HUFF et al., 1988). No que diz respeito ao processamento sintático, ocorre o aumento da dificuldade de compreender orações simples e complexas. Observa-se também uma crescente tendência à produção de parafasias fonológicas, além de um maior comprometimento da escrita. O estágio mais avançado da DA é caracterizado pela dissolução quase completa da competência linguística e comunicativa, tanto em termos de produção quanto também de compreensão da linguagem (MORATO, 2012).

¹ Basicamente, parafasia consiste na substituição de uma palavra-alvo (aquela pretendida pelo indivíduo) por uma outra com sons ou sentidos semelhantes

Os processos cognitivos, mnêmicos, linguísticos, práticos e gnósticos são progressiva e sensivelmente afetados. Apesar de sua etiologia não ser completamente conhecida e de ser uma doença de causa multifatorial, a DA é caracterizada, do ponto de vista neurológico, pela hipersecreção de uma proteína chamada Beta-Amilóide por neurônios afetados. Essa proteína age como um fator biológico que desencadeia o surgimento de vacúolos de tamanhos maiores, que, ao se juntarem, causam a morte dos neurônios que estão ao seu redor (TEIXEIRA et al., 2015).

O impacto da DA não pode ser aferido somente em termos de comprometimento neurológico ou linguístico. É inegável que o declínio desencadeado pela patologia não pode ser restrito ao que acontece individualmente no cérebro de alguém que vive com a DA. As consequências da patologia afetam sensivelmente o entorno social, tendo impacto “nas formas de recepção social da doença (algo que inclui as práticas diagnósticas e a interação do doente com seus próximos), bem como de seu enfrentamento no plano psicossocial, médico-terapêutico e familiar” (MORATO, 2016, p. 584). Considerando que usar a linguagem requer o engajamento em uma ação conjunta, que exige a coordenação de ações individuais (CLARK, 1996), o contexto da DA se constitui como um domínio empírico interessante, por evidenciar as estratégias interacionais que emergem no quadro de dificuldades linguísticas e interacionais que são causados por essa patologia.

Este trabalho pretende analisar as estratégias referenciais utilizadas em uma narrativa produzida por uma pessoa que vive com Alzheimer. Nosso enfoque não será descrever o quadro de perdas cognitivas e linguísticas desencadeado pela patologia. Pelo contrário, pretendemos demonstrar o que uma pessoa com DA consegue, em termos de organização do texto oral, realizar durante uma narrativa situada em uma situação conversacional.

Para demonstrar os recursos linguísticos que marcam interacionalmente o narrador, os personagens e o relato de eventos no contexto da DA, fundamentamos nossa análise em categorias oriundas do campo da análise da narrativa oral e da Linguística Textual. Mobilizamos, primordialmente, no presente trabalho, as dimensões da narrativa de Ochs e Capps (2001) e a noção de referenciação de Mondada e Dubois (2003) para a análise das estratégias textual-interativas envolvidas no ato de contar histórias.

2 AS DIMENSÕES DA NARRATIVA

O ato de contar histórias é, certamente, uma das práticas discursivas em que nos engajamos com maior frequência em nosso cotidiano. É algo recorrente em nossas vidas, pois, ao contarmos histórias, não só relatamos os eventos ocorridos no passado, mas, sobretudo, construímos situações, cenários, personagens que projetam discursos sociais e identidades na interação. Narrar não consiste somente na recapitulação de eventos passados da experiência pessoal, conforme é preconizado no modelo de Labov e Waletzky (1967). O desenvolvimento e o interesse pelas narrativas possibilitaram o entendimento dessa realização discursiva a partir dos processos de construção de sentidos que ocorrem no contexto da interação face a face.

No campo de estudos da linguagem, analisar as narrativas significa investigar os recursos linguísticos e interacionais utilizados tanto na elaboração do enredo da história quanto no desempenho de papéis dos personagens/agentes que são construídos por quem narra e por quem ouve as histórias (De Fina; Georgakopolou, 2012). A mudança da concepção de narrativa promoveu a compreensão de que o ato de contar histórias é uma prática social situada histórica e culturalmente, resultante de um processo de construção da relação do narrador com os outros e com o mundo em que ele vive (OLIVEIRA; BASTOS, 2012). Portanto, o ato de narrar ultrapassa o formato determinado por arranjos sintáticos do enunciado e do relato de eventos passados (Labov; Waletzky, 1967), e constitui uma forma de usar a linguagem ou outro sistema simbólico para costurar eventos da vida em uma ordem lógica e temporal, para desmistificá-los e estabelecer coerência, por meio da experiência passada, presente ou ainda não realizada (OCHS; CAPPS, 2001; Cruz; Bastos, 2015).

Considerando que as narrativas são construções contextualmente encaixadas, e que suas formas de desenvolvimento são formatadas pelo contexto interacional (NORRICK, 2007), Ochs e Capps (2001) propõem o estudo da narrativa a partir das características da conversação cotidiana. Ao contrário dos estudos labovianos, que concebem a narrativa como um texto oral monológico gerado por um tópico previamente selecionado no contexto da entrevista sociolinguística, Ochs e Capps (2001) desenvolveram uma abordagem que tem como premissa fundamental o fato de que o discurso narrativo constitui um evento de fala contextualizado interativamente. As autoras concebem a narrativa a partir de dimensões que não são sempre manifestadas em uma sequência exata na interação, pois “cada dimensão narrativa estabelece uma série de possibilidades, que são realizadas em performances narrativas particulares².” (OCHS; CAPPS, 2001, p. 19).

As dimensões da narrativa são constituídas pela narração, historiabilidade, encaixe, linearidade e postura moral. Tais dimensões compreendem o ato de narrar como uma atividade interativa/discursiva que ocorre de modos diferentes numa escala de continuidade. A ideia de história na argumentação das autoras deve ser ressaltada em função do fato de que cada dimensão estabelece possibilidades analíticas que variam em nível de intensidade (do maior para o menor) de acordo com as diferentes formas com que os falantes estruturam os eventos narrados durante a conversação cotidiana. O quadro abaixo sintetiza o continuum das dimensões da narrativa:

Dimensões		Possibilidades
Narração	Um narrador ativo	→ Múltiplos co-narradores ativos
Historiabilidade	Alta	→ Baixa
Encaixe	Isolada	→ Encaixada
Linearidade	Ordem causal e temporal finalizada	→ Ordem causal e temporal aberta
Postura moral	Determinada, constante	→ Indeterminada, fluida

Quadro 1 – Dimensões da narrativa

Fonte: Ochs e Capps, 2001.

² Each narrative dimension establishes a range of possibilities, which are realized in particular narrative performances

A dimensão da narração corresponde ao tipo de envolvimento dos falantes durante a narrativa. Ao contar uma história, os falantes podem assumir diferentes níveis de participação ao narrar. Diversas ações podem ser desempenhadas durante uma narrativa. Relatar um evento, expor um ponto de vista, projetar uma identidade ou reforçar valores culturais exemplificam alguns tipos de ações que as narrativas podem desempenhar durante a conversação. Os papéis de narradores e ouvintes das histórias podem variar de acordo com o envolvimento dos interlocutores nas ações. Dentro da ideia de *continuum* das autoras, a narração pode ser realizada apenas por um narrador e sem a participação dos ouvintes ou por múltiplos conarradores ativos, ou seja, quando o papel de narrador é também desempenhado pelos ouvintes, que podem construir colaborativamente a narrativa por meio de complementos ou detalhamentos da história.

A *historiabilidade* consiste na “dimensão da narrativa que varia de um foco retórico sobre uma quebra de expectativa altamente reportável e suas notáveis consequências (alta *historiabilidade*) a relato de eventos relativamente ordinários (baixa *historiabilidade*).³” (OCHS; CAPPS, 2001, p. 76). Desse modo, a *historiabilidade* está mais relacionada ao significado dos eventos relatados aos interlocutores no contexto da interação, ou seja, o motivo relevante que torna a narrativa adequada ou plausível, do que à natureza reportável dos eventos narrados. Os níveis de *historiabilidade* de uma narrativa variam de acordo com o significado que os eventos narrados têm para os interlocutores e com as habilidades retóricas do narrador para transformar um evento cotidiano em um fato historiável ou não (OLIVEIRA; BASTOS, 2015).

O encaixe demonstra a forma como a narrativa está incorporada ao discurso e à atividade social desempenhada. Uma narrativa destacável, conforme Ochs e Capps (2001), seria aquela que exige um maior número de turnos, o que não é prototípico da interação cotidiana, além de constituir um tópico que não diz respeito ao que estava sendo tratado. Já a narrativa encaixada não possui um formato pré-definido, pois está incorporada ao tópico em questão e o número de turnos são negociados entre os interactantes. Essa narrativa serve como um exemplo ou uma ilustração daquilo que está sendo abordado no discurso.

Já a *linearidade* diz respeito à forma como o narrador descreve os eventos narrados, podendo seguir uma ordem linear de eventos – na qual as ações dos personagens resultam em uma consequência futura – ou não linear. O formato linear de descrição pode conduzir a um relato coerente e progressivo, assim como uma ordem não linear pode tornar a narrativa imprevisível ou indeterminada. A *linearidade* das ações constitui uma estratégia do narrador para conferir espontaneidade e para atribuir sentido às ações narradas, possibilitando reestruturar perspectivas. Ochs e Capps (2001) demonstraram que as narrativas pessoais das crianças são, na maioria das vezes, exclusivamente lineares. A *linearidade* é verificável nas narrativas por meio da marcação temporal (verbos no presente ou passado), sequências temporais (como marcadores de tempo), na coerência do enredo e da trajetória linear (culturalmente mais aceita como adequada) e não linear.

³ Tellability is a narrative dimension that varies from a rhetorical focus on a highly reportable breach of expectations and its eventful consequences (high tellability) to reporting relatively ordinary events (low tellability).

Por fim, a *postura moral* revela os valores sociais vigentes no espaço social do falante. A *postura moral* traz à tona o que a sociedade considera a respeito das atitudes que devemos ter e que papéis sociais devem ser desempenhados. Essa dimensão se faz presente em histórias contadas por adultos e crianças, visto que a narrativa é um tipo de produção discursiva que serve para compartilhar valores sociais.

A partir desses traços, podemos observar como o sujeito negocia com o interlocutor a ação de narrar, intensifica a *historiabilidade* de seu relato, conduz a história de forma linear ou não linear, de acordo com seus propósitos ou possibilidades, e realiza avaliações a respeito dos fatos narrados. Compreendida a partir de seu caráter interativo, a narrativa apresenta traços linguísticos que se revelam na interação, como elementos da materialidade linguística da construção do texto oral. Em função disso, mobilizaremos a noção de referenciação como uma categoria teórico-analítica para demonstrar os processos produção de sentidos construídos conjuntamente em uma situação conversacional envolvendo uma pessoa com a Doença de Alzheimer.

3 A REFERENCIAÇÃO: ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DOS REFERENTES NO DISCURSO

A relação entre língua e mundo constitui o objeto de investigação de vários quadros teóricos que buscam responder à seguinte questão: *como usamos a linguagem para fazer referência à realidade do mundo?* Muitas teorias respondem a essa pergunta estabelecendo uma relação de correspondência preexistente entre as palavras e as coisas (MONDADA; DUBOIS, 2003). Tal relação considera que a construção de referentes no discurso ocorre somente pela seleção de objetos definidos *a priori* do uso da linguagem (MIRA; CARNIN, 2017).

A noção de referenciação rompe com esse pressuposto ao considerar que a língua não é um retrato da realidade, mas uma construção social e histórica onde a relação *linguagem-mundo* não é fixa ou dada *a priori*, mas construída pelos sujeitos “através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17). A referenciação designa um processo discursivo e intersubjetivo, no qual os sujeitos negociam versões do mundo, criando referentes entre as possibilidades que a língua oferece, pois:

a referência não se resolve na epistemologia nem na ontologia e sim na ação interativa. Trata-se de uma questão sociocognitiva em que o processo referencial é melhor caracterizado como interativo. A referência poderia ser tida como aquilo que, na atividade discursiva e no enquadre das relações interpessoais, é construído num comum acordo entre os atores sociais envolvidos numa dada tarefa comunicativa. (MARCUSCHI, 2001, p. 38)

Se a interação, conforme assevera Marchuschi (2001), constitui o *locus* da construção referencial, é no desenvolvimento da atividade discursiva que emergem os objetos a que o próprio discurso remete. Os referentes não são estanques, eles constituem objetos de discurso que não preexistem naturalmente à atividade cognitiva e interativa dos falantes, mas devem ser concebidos como produtos – fundamentalmente culturais –

dessa atividade (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995). Os objetos de discurso são constituídos na e pela atividade interativa, sendo dinâmicos e passíveis de serem (re)configurados semântica e discursivamente (MIRA; CARNIN, 2017). Os referentes são gerados no interior do discurso, sendo introduzidos, conduzidos, retomados, identificados no texto, modificando-se à medida que o discurso se desenvolve, por meio de estratégias específicas de referência nas ações coordenadas em que os falantes se engajam para usar a linguagem em suas diversas configurações discursivas (CLARK, 1996; JUBRAN, 2006).

Mais do que ser uma forma de uso da linguagem ou de outro processo simbólico, as narrativas desmistificam e estabelecem a coerência entre o passado, o presente e os fatos ainda não realizados (OCHS; CAPPS, 2001). Esse tipo de texto oral constitui uma das atividades humanas mais ubíquas das interações. Um olhar mais preciso ao papel dos elementos textuais pode revelar como a narrativa é construída na dinâmica interacional, mostrando como os referentes são inseridos, ativados e negociados na “tarefa de coconstrução (ou construção reflexiva), influenciando e sendo influenciados pelos elementos contextuais que marcam o evento” (FLANNERY, 2010, p. 199).

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DO DADO

Os dados apresentados neste trabalho são provenientes de interação entre um pesquisador e Joana⁴, uma senhora de 70 anos diagnosticada com a Doença de Alzheimer há cerca de 5 anos. Ciente do seu diagnóstico, ela tem o apoio de seu círculo familiar mais próximo e de duas cuidadoras para desempenhar a maioria de suas atividades cotidianas. Em termos de linguagem, Joana apresenta as seguintes características em sua produção discursiva: dificuldade de articulação fonológica no início de palavras e de acesso lexical, parafasias semânticas e lexicais e repetição de segmentos vocálicos. Além disso, sua mobilidade se encontra reduzida em função de problemas de visão desencadeados pela DA.

Em sua rotina, ela busca se envolver em diversos tipos de atividades, tais como exercícios físicos, conversas cotidianas, organização de livros, discos musicais, fotografias, recordações de viagens. Além dessas atividades, são frequentes as viagens e visitas à casa de familiares e amigos. De uma maneira geral, Joana se apresenta bem-humorada e disposta a conversar nas ocasiões dos encontros mensais com o pesquisador.

A geração de dados ocorreu por um período de cerca de 12 meses, em encontros mensais entre um pesquisador e Joana. Cada encontro tem a duração aproximada de 1 hora, e o intuito é estabelecer um contexto de conversas cotidianas, sem definição prévia de tópicos abordados ou de um roteiro de atividades pré-definidas. Geralmente, os encontros são iniciados a partir de comentários de sobre fatos do cotidiano, viagens, visitas aos familiares ou da sua antiga rotina de trabalho como professora universitária de língua inglesa. Os encontros foram gravados em meio audiovisual para que fosse garantida uma observação mais detalhada dos dados.

⁴ Nome fictício.

O tempo total de gravação que compõe o *corpus* do presente estudo é de cerca de 18 horas. O critério de escolha dos dados, para esta análise, foi a recorrência de narrativas durante os encontros. Priorizamos esse tipo de realização discursiva por ser uma das ações mais frequentes desempenhadas por Joana durante o transcorrer das interações. No corpus dos dados de Joana não são raros os segmentos tópicos iniciados por narrativas introduzidas por ela.

O sistema de notação utilizado na transcrição dos dados tem como base as notações já utilizadas nos estudos do projeto NURC (Norma Urbana Culta) e marcações propostas no trabalho de Marcuschi (1998) e adaptado por Mira (2012, 2016). A identidade e o anonimato da participante foram preservados durante todo o processo de coleta e transcrição de dados, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, projeto nº 15/191. Nas transcrições, a participante é identificada pelo nome fictício Joana.

O enfoque textual-interativo é utilizado em nossa análise para evidenciar as dimensões da narrativa de Ochs e Capps (2001). A escolha dessa perspectiva para abordar as estratégias referenciais envolvidas na narrativa é justificada em função da colaboração entre os interlocutores na interação oral, o partilhar de conhecimento entre ambos e o esforço e a disposição para produzir inferências e negociar os sentidos (KOCH; PENNA, 2006).

5 ANÁLISE

Os excertos analisados abaixo são de uma narrativa de Joana a respeito das visitas de seu filho acompanhado de sua nora e de suas netas. Poucas semanas antes dessa visita, Joana viajou para outra cidade para participar do velório de Ivan, seu companheiro que havia falecido naquela época. É justamente a partir do relato da visita do filho que o tópico sobre a morte de Ivan emerge na interação e se configura como uma narrativa.

Excerto 1: como é que a gente diz?

1 Joana: aí eles combinaram isso que fosse...eles chegavam
2 e realmente ã eles tinham vindo pra fazer o exame
3 de tarde né? então iam almoçar a::qui aí a Elisa ã...tava
4 quase esperando que elas fossem que eles fossem...
5 aí a gente pode fazer vir aqui espera Elisa eu disse
6 espera aí então eles chegaram aqui e já disseram
7 pra Elisa tu não vai comprar nada não vai fazer
8 comida nós vamos ali no restaurante e vamos
9 almoçar ali...né? foi ótimo aí então...ele era o casal e
10 nós todos almoçávamos ali no restaurante...
11 restaurante bom...assim...e:: ã de comer coisa assim
12 que tu pode fazer ã:: escolhas é::: como é que é não
13 é a la carte é...
14 Pesquisador: onde todo mundo se serve?
15 Joana: isso como é que a gente diz?
16 Pesquisador: [buffet

No excerto 1, Joana delimita o relevo informacional do cenário inicial de sua narrativa, cujo tópico é a visita de seu filho, nora e netas. O relevo informacional tem a função de delimitar as informações que são consideradas essenciais ou secundárias no desenvolvimento do tópico discursivo (TRAVAGLIA, 2006). Conforme pode ser observado no segmento 2-3, a organização das ações decorrentes da visita dos familiares acontece em torno do almoço. A importância desse evento para a narrativa é salientada pelo uso do diálogo construído (TANNEN, 2007). Ao realizar o reporte de fala na narrativa, Joana não reproduz precisamente a voz de outras pessoas no relato, mas reconstrói o diálogo dela de acordo com o contexto interacional da narrativa.

As falas reportadas no segmento 4-8 ilustram pontos importantes do relevo informacional, e, conseqüentemente, do tópico discursivo. Os preparativos para o almoço em família são evidenciados, como pode ser observado no diálogo construído entre Joana e Elisa, sua cuidadora, nas linhas 5 e 6. Na sequência, após a chegada dos familiares, as falas reportam a escolha feita pelo filho e pela nora a respeito do almoço, a decisão de irem ao restaurante. Na construção do diálogo, Joana utiliza duas formas diferentes para realizar a inserção dessas falas. Os diálogos são construídos, segundo Tannen (2007), no formato do indireto para o direto. No primeiro excerto, o uso do verbo dizer marca a passagem do discurso direto para o indireto tanto no reporte da fala de Joana com Elisa, na linha 6, quanto na reprodução da fala do filho e da nora nas linhas 7 e 9.

Além de os diálogos construídos mostrarem o relevo informacional e a centração do tópico discursivo (JUBRAN, 2006), o uso desse recurso contribui para a delimitação da historiabilidade (*tellability*) da narrativa. Do ponto de vista interacional e retórico, é possível considerar que o almoço é o evento relevante a ser narrado no contexto interacional, pois outras ações derivadas desse momento ocorrem na sequência da narrativa. Isso fornece, no âmbito desse excerto, as informações básicas sobre espaço, personagens e cenário da história, a orientação da narrativa nos termos do modelo concebido por Labov e Waletzky (1967).

Em uma perspectiva referencial, a *historiabilidade* é também construída conjuntamente por meio de uma anáfora indireta que retoma e predica o referente na narrativa. A pergunta *como é que a gente diz?* especifica o referente a partir de uma relação de antonímia, que no âmbito da construção referencial é realizada pela oposição entre as formas de funcionamento de restaurantes *à la carte* e *buffet*. Além disso, esse enunciado mostra o monitoramento de Joana em relação a sua própria fala, um movimento metadiscursivo que é recorrente nos dados do *corpus* da pesquisa. O monitoramento metadiscursivo de Joana se manifesta em turnos que marcam a atenção à forma dos enunciados no desenvolvimento da história e na compreensão de sua fala. Essas ações reflexivas estão relacionadas a um reconhecimento das demandas interacionais das situações de linguagem e das regularidades linguístico-pragmáticas envolvidas no ato de contar histórias.

Ciente de seu diagnóstico, Joana lança mão de estratégias para se manter no turno e dar continuidade à descrição do cenário da história, apesar da dificuldade de acesso lexical, que é contornada ao longo da interação. A pergunta de Joana nesse segmento funciona como uma estratégia que define o referente diante de uma dificuldade linguística oriunda da perda de memória episódica e da anomia deflagradas pelo desenvolvimento da Doença de Alzheimer.

A categorização referencial é estabelecida colaborativamente no plano narrativo. Esse recurso funciona como uma voz indireta (HYDÉN, 2014) que elabora o referente que serve como cenário da história. O referente buffet, a predicação do cenário que constitui a historiabilidade da narrativa (OCHS; CAPPS, 2001), é inserido a partir de uma estratégia que ocorre na dependência interpretativa do contexto da interação, que está ancorada em frames (enquadres), cenários ou esquemas organizados em nosso conhecimento de mundo (MARCUSCHI, 2005). No excerto 1, a construção conjunta do referente que serve de cenário da história constitui uma estratégia de centração tópica (JUBRAN, 2006), que atua na progressão da narrativa, conforme pode ser observado no segundo excerto dessa interação.

Excerto 2: A catarse

15 Joana: buffet isso (risos) então ã almoçamos lá
16 aí então eles foram o Pedro e a Ísis foram fazer
17 os exames e aí ela já tinha perguntado se a gente
18 podia ficar com as meninas aqui foi o máximo
19 tu não pode imaginar que maravilha porque a...as
20 gurias vieram e a mãe e o pai saíram então por exemplo
21 essa casa aqui pode brincar (todo mundo) pode sentar
22 e tudo né sabe que a Paula é a mais velha falou...
23 vó sabe o que nós vamos fazer? nós vamos fazer
24 o seguinte nós vamos fazer o casamento tu e do Ivan
25 olha só...a cat caté a catarse
26 da Paula que é a mais velha...a forma como ela
27 pensou ã...ao a homenagem do dessa relação minha e
28 do Ivan...que coisa interessante né aí ela disse
29 assim...pediu pra Elisa uma vi
30 um vestido longo...eu ti (risadas) botei botou
31 uma coisa assim na cabeça...vó agora ela pegou a
32 foto do Ivan...então a gente tava de a gente ficou
33 de pé né o...ã vó tu aceita o Ivan? sim aí depois
34 aí Ivan tu aceita (risadas) a Joana? Sim
35 aí fizeram isso depois agora vó...deita aí eu (risadas)
36 e a pequena também junto né...deita nós vamos
37 agora viajar pra Cancun...tu vai...é a lua de mel
38 de vocês

O segundo excerto da narrativa de Joana é marcado pela inserção de um tópico que, no âmbito da interação, se configura pelo relato dos acontecimentos posteriores ao almoço em família. O marcador discursivo *então*, presente no enunciado da linha 15, estabelece o esvaziamento paulatino do tópico do excerto 1 e o surgimento gradual de um novo tópico que realiza o desdobramento da história. O segmento 15-20 ilustra o fechamento das ações narradas no cenário anterior e introduz uma narrativa encaixada. Segundo Ochs e Capps (2001), as narrativas pessoais variam de acordo com o nível de integração à atividade discursiva em que os interactantes estão inseridos na interação. O *encaixe* (*embeddedness*), na concepção das autoras, consiste no encadeamento temático e retórico dos elementos da atividade discursiva que são negociados tanto no âmbito textual da narrativa quanto na ação desempenhada pelos falantes na interação.

Nos excertos analisados neste trabalho, os traços textual-interativos do encaixamento podem ser observados nas relações de interdependência dos tópicos e nas estratégias referenciais utilizadas por Joana na narrativa. O segundo excerto traz uma

narrativa que está encaixada, na sequência interativa, à história do primeiro excerto. Considerando as dimensões da narrativa propostas por Ochs e Capps (2001), o encaixe acontece no momento em que Joana narra a brincadeira de sua neta mais velha, Paula, que se desdobra na encenação da cerimônia de casamento fictícia da avó com Ivan, que era o companheiro dela e havia falecido recentemente. O segmento 21-38 demonstra o encaixe da narrativa a partir do cenário e dos personagens da história anterior.

O uso do diálogo construído, no segmento 20-24, marca textualmente o encaixe entre as duas narrativas. De acordo com a classificação das formas de reporte de fala de Tannen (2007), observamos que Joana, no enunciado da linha 23, realiza o diálogo construído do indireto para o direto. Tal recurso interacional insere a orientação da nova narrativa, que é a cena entre Joana e sua neta que desencadeia uma segunda história. Nessa narrativa encaixada, a brincadeira de Paula recebe uma categorização por meio de um rótulo retrospectivo. A representação da cerimônia de casamento entre Joana e Ivan é referencialmente construída a partir do rótulo a *catarse*.

A rotulação consiste na utilização de expressões nominais que rotulam uma parte do cotexto e criam um novo referente textual. Assim, essa estratégia promove a recategorização por meio de predicções que exercem uma dupla função: a retomada anafórica e o aporte de novas informações, promovendo a reinterpretação daquilo que já foi dito e também a progressão da cadeia referencial do tópico (JUBRAN, 2006; Marcuschi; Koch, 2006). Os sintagmas nominais, que exercem a função referencial de rótulo, são relevantes na medida em que desempenham funções textuais, “isto é, ao criarem um novo objeto de discurso, todos esses rótulos não só propiciam a progressão textual, como em parte a afetam” (KOCH, 2005, p. 86).

Na linha 25, é possível observar a hesitação na produção fonológica do item lexical *catarse*, que constitui o rótulo referencial. De acordo com Marcuschi (2006), a hesitação é uma marca interacional e comunicativa que se caracteriza como “a manifestação das atividades discursivas na superfície linguística do texto falado” (p. 49). No terceiro excerto, ocorre o desfecho da narrativa encaixada.

Excerto 3: Está certo o que eu disse?

34 Joana: e é aí então nós dei nós ã deita era todo
35 mundo tinha que dormir porque a gente ia a:: a: pequena
36 também né porque ia viajar junto aí então tinha que::
37 tinha que:: deitar e descansar porque...a gente tem
38 que ficar com o cinto fechado não pode fazer
39 tu entende? elas simularam tudo tu entende? simularam
40 está certo? está certo o que eu disse?
41 Pesquisador: simularam
42 Joana: simularam...tudo né...foi eu vou te dizer
43 eu achei a coisa mais ((SI)) tu entende? porque ela fez
44 uma coisa assim espontânea né...e ela ã foi uma home
45 homenagem para o Ivan pra mim foi tu entende porque
46 ela não tinha mais visto a mim tu entende então
47 ela pensou isso tu não achaste uma coisa muito querida?
48 Pesquisador: nossa e ela tem quantos anos?
49 Joana: ela tem...oito
50 Pesquisador: nossa oito anos...com essa imaginação toda

Durante o desfecho da narrativa encaixada, Joana monitora a construção da história. Isso pode ser observado novamente pela ocorrência de enunciados de caráter metadiscursivo, conforme pode ser observado nas linhas 39 e 40. Nesse segmento, a percepção da pronúncia da forma flexionada do verbo *simular* (*simularam*) revela os “procedimentos relacionados à gestão da interação, com alvo na eficácia comunicativa, pela checagem da boa formulação e recepção informacional” (JUBRAN, 2003, p. 294). Na linha 40, o pedido de confirmação da pronúncia de *simularam* demonstra um movimento reflexivo acerca do desenvolvimento do encaixe narrativo, a encenação do casamento feita por Paula. Além disso, o questionamento evidencia os processos de produção e compreensão do texto oral a partir do movimento reflexivo sobre seu enunciado. A dificuldade de articulação fonológica do verbo *simular* desencadeia mais um movimento metadiscursivo, conforme mostram as linhas 40 e 41. O excerto é marcado pela atenção de Joana ao desenvolvimento de seus enunciados para dar continuidade à história. As estratégias metadiscursivas se configuram, no âmbito dos dados apresentados neste trabalho, como uma característica importante da produção discursiva de Joana na percepção e no reparo de seus enunciados, que são comprometidos pelo declínio cognitivo-linguístico desencadeado pela DA.

Na linha 45, o referente *homenagem* constitui uma nova recategorização para a narrativa encaixada. Esse objeto discursivo atua no fluxo interacional como um rótulo retrospectivo, que ao mesmo tempo encapsula as informações da narrativa encaixada e promove o fechamento da história, atribuindo um sentido às ações desempenhadas pelas netas. O fechamento e a recategorização desempenhados pelo rótulo homenagem atuam como um marcador do esgotamento do tópico discursivo, que abrangeu uma narrativa encaixada dentro do relato da visita do filho.

Ao examinarmos os três excertos desta interação de Joana, notamos que a *historiabilidade* da primeira narrativa está relacionada ao desfecho da história encaixada. Do ponto de vista das dimensões da narrativa de Ochs e Capps (2001), é possível constatar que Joana estabelece e mantém o fluxo da história de acordo com as demandas interacionais, posicionando-se como uma narradora ativa que percebe as reações do interlocutor nas situações de uso da linguagem. Já, em uma perspectiva textual-interativa, as estratégias referenciais de que a narradora lança mão para construir a narrativa demonstram como o sentido é constituído e negociado no contexto das dificuldades de acesso lexical ou de articulação fonológica ocasionadas pela DA.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa análise, procuramos evidenciar os elementos da constituição do texto oral a partir da noção de referenciação (MONDADA; DUBOIS, 2003) e das dimensões da narrativa (OCHS; CAPPS, 2001). Para alcançar tal objetivo, demonstramos como as estratégias referenciais, a construção, a retomada e a negociação de objetos de discurso são elementos que constituem, do ponto de vista textual e interativo, os elementos da narrativa. Ao integrarmos a noção de referenciação a uma abordagem eminentemente interacional da narrativa oral, buscamos desenvolver uma perspectiva analítica que abarque a materialidade linguística envolvida na performance narrativa e nas diferentes

formas que os interlocutores moldam o ato de contar histórias. Nesse sentido, a noção de referenciação pode contribuir de uma maneira produtiva para os estudos da narrativa oral no campo de estudos da linguagem.

Os trabalhos desenvolvidos pela Linguística Textual e pela Análise da Conversação de orientação textual-interativa no Brasil oferecem um arcabouço teórico-metodológico profícuo para a análise de narrativas orais. Essa possibilidade de diálogo interdisciplinar abre oportunidades para as investigações dos procedimentos discursivos e de seus efeitos interacionais na prática social do ato de narrar. A narrativa analisada neste trabalho pretende ser uma forma inicial de demonstração empírica para aproximação desses campos em um contexto bastante peculiar que é a DA.

Ao analisarmos as estratégias referenciais no dado, podemos observar que linguagem e cognição, apesar de estarem comprometidas pela DA, estão intrinsecamente ligadas em uma narrativa produzida em uma situação conversacional. A construção referencial empreendida por Joana demonstra os mecanismos textuais e interacionais utilizados para inserir, sustentar e manter uma narrativa. Além disso, a performance narrativa de Joana reflete o papel ativo que as pessoas com DA podem desempenhar ao se instaurarem como narradoras na interação. Os dados analisados podem contribuir para a desconstrução do estigma social que envolve as condições neurodegenerativas, pois revelam que a negociação dos objetos de discurso realizada por Joana se configura de forma bastante similar às possibilidades de construção textual-interativa de narrativas produzidas fora do contexto da DA.

Nesse sentido, defendemos que as estratégias colaborativas e compensatórias das pessoas que vivem com DA são uma mostra dos desafios enfrentados para se manterem como uma voz ativa nas interações em que contam a própria história ou (re)constróem eventos e fatos do cotidiano (HYDÉN, 2017). Contar histórias sobre eventos passados é uma atividade conjunta em que os interlocutores se envolvem em uma ação que acontece necessariamente em coordenação com os outros sujeitos (CLARK, 1996; HYDÉN, 2017).

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, D. Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BEGUELIN, M.J. (Org.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel Institute de Linguistique, 1995, p. 143-173.
- BARROS, A. C. et al. Influência genética sobre a doença de Alzheimer de início tardio. *Revista de Psiquiatria Clínica*, São Paulo, v. 36, n. 01, p. 16-24, 2009.
- CLARK, H. O. *Using Language*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- CRUZ, C. A. G.; BASTOS, L. C. Histórias de uma obesa: a teoria dos posicionamentos e a (re)construção discursiva das identidades. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 15, n. 3, p. 367-384, 2015.
- DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. *Analyzing Narrative*. Discourse and Sociolinguistic Perspectives. New York/Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- FLANNERY, M. De “Grandes” a Pequenas Estórias: contribuições de uma nova perspectiva para a análise da narrativa. *Revista Investigações*, Recife, v. 23, n.2, p.117-142, 2010.
- HUFF, F. et al. Semantic impairment and anomia in Alzheimer’s disease. *Brain and Language*, v. 28, n. 2, p. 235-249, 1988.

- HYDÉN, L. C. Narrative Collaboration and scaffolding in dementia. *Journal of Aging Studies*, York, v. 25, n. 4, p. 339-347, 2011.
- HYDÉN, L. C. Storytelling in dementia: collaboration and commun ground. In: HYDÉN, L. C.; ANTELIUS, E (Org.). *Living with demencia*. London: Palgrave, p. 116-134, 2017.
- HYDÉN, L.C. How to do things with others: Joint Activities Involving persons with Alzheimer's Disease. In: HYDÉN, L.C.; LINDEMANN, H.; BROCKMEIER, J. (Org.). *Beyond Loss. Dementia, Identity, Personhood*. Oxford: Oxford University Press, n. 25, p. 137-154, 2014.
- JUBRAN, C. C. A. S. O tópico discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I.G.V.(Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção do texto falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, v. 1, 2006.
- JUBRAN, C. C. A. S. O discurso como objeto-de-discurso em expressões nominais anafóricas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 44, p. 93-103, 2003.
- KOCH, I. G. V. Linguagem e cognição: reconstrução de objetos-de-discurso. *Veredas*, Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 29-42, 2002.
- KOCH, I. G. V. Referenciação e orientação argumentativa. In: BENTES, A. C.; KOCH, I. G.V.; MORATO, E. M. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 33-52.
- KOCH, I. G. V.; PENNA, M.A.O. Construção e reconstrução de objetos-de-discurso: manutenção tópica e progressão textual. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n.1, p. 23-31, 2006.
- LABOV, W. Some Further Steps in Narrative Analysis. *Journal of Narrative and Life History*, v. 7, n. 1-4, p. 395-415, 1997.
- LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. (Org.). *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle, WA: University of Washington Press, p.12-44, 1967.
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-101.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1998.
- MARCUSCHI, L. A. Atos de referenciação na interação face a face. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 41, p. 37-54, 2001.
- MARCUSCHI, L. A. Fenômenos intrínsecos da oralidade: a hesitação. In: KOCH, I.G.V.; JUBRAN, C.C.A.S. (Org.) *Gramática do português falado - construção do texto falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, vol. I, 2006. p. 47-70.
- MARCUSCHI, L. A.; KOCH, I. G. V. Referenciação. In: JUBRAN, C.C.A.S.; KOCH, I.G.V (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, v. 1, 2015, p. 351-370.
- MARCUSCHI, L. A.; KOCH, I. G. V. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: *Gramática do Português Falado*. Vol. VIII: Novos Estudos Descritivos. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 381-399.
- MIRA, C. C. C. R. Afasia e interação: uma análise da dinâmica de turnos e da gestão do tópico nas práticas conversacionais de sujeitos afásicos e não-afásicos. 2012. 166 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- MIRA, C. Conversação nas afasias: Uma análise do tópico discursivo e do turno conversacional sob a perspectiva textual-interativa. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 16, n. 1, p. 133-152, 2016.
- MIRA, C.; CARNIN, A. Histórias sobre o convívio com a Doença de Alzheimer: contribuições da noção de referenciação para a análise de narrativas no contexto de interações de um Grupo de Apoio. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 59, n. 1, p.157-174, 2017.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p.17-52.
- MORATO, E. Referenciação metadiscursiva no contexto das afasias e da Doença de Alzheimer. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 45-54, 2012.
- MORATO, E. Das relações entre linguagem, cognição e interação – algumas implicações para o campo da saúde. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 16, n. 3, p. 575-690, 2016.
- NORRICK, N. R. Narrative contexts. In: NORRICK, N. R. (Org.). *Conversational narrative: storytelling in everyday talk*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007. p. 105-134. [[Links](#)]

- OCHS, E; CAPPS, L. *Living Narrative*. Creating lives in everyday storytelling. Cambridge. Harvard University Press, 2001.
- OLIVEIRA, L. M.; BASTOS, L.C Aspectos da dinâmica da narração de histórias por pessoas com afasia. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v.10, n. 2, p.194-210, 2012.
- TANNEN, D. *Talking voices: repetition, dialogue and imagery in conversational discourse*. 2nd ed. New York, Cambridge University Press, 2007.
- TEIXEIRA, J.B. et al. Doença de Alzheimer: estudo da mortalidade no Brasil 2000-2009. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 1-12, abr. 2015.
- TRAVAGLIA, L. C. O relevo no processamento da informação. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. v. 1. Campinas: UNICAMP, 2006.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pelo auxílio-pesquisa obtido por meio do Edital MCTI/CNPq Universal nº 01/2016 (Processo n.º 400594/2016-1).

ANEXO: CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

SINAIS

(SI)

Maiúscula

:

-

?

...

Comentários do transcritor e designações gestuais

[apontando o local onde ocorre a sobreposição]

OCORRÊNCIAS

Incompreensão de palavras ou segmentos

Entonação enfática

Prolongamento de vogal e consoante (podendo aumentar de acordo com a duração)

Silabação

Interrogação

Qualquer pausa

((minúscula))

Sobreposição



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190305-8618>

**CONHECIMENTOS GRAMATICAIS NA ESCOLA:
ENTRE A MANUTENÇÃO DO NORMATIVISMO
E A GASEIFICAÇÃO CONCEITUAL
GRAMMATICAL KNOWLEDGES AT SCHOOL:
BETWEEN THE MAINTENANCE OF NORMATIVISM
AND THE CONCEPTUAL LOOSENING
CONOCIMIENTOS GRAMATICALES EN LA ESCUELA:
ENTRE EL MANTENIMIENTO DEL NORMATIVISMO
Y LA GASIFICACIÓN CONCEPTUAL**

Letícia Mello Giacomini*

Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti**

Universidade Federal de Santa Catarina

Departamento de Língua e Literatura Vernáculas

Florianópolis, SC, Brasil

RECEBIDO EM: 02/11/18

APROVADO EM: 06/06/19

Resumo: Este artigo tematiza a formação de licenciados em Letras – Português no que concerne a ensinar conhecimentos gramaticais na esfera escolar. A questão de pesquisa é: Como profissionais egressos de Curso de Letras compreendem/operam com ensino e aprendizagem de conhecimentos gramaticais na disciplina de Língua Portuguesa na Educação Básica?. A abordagem é qualitativa, filiando-se a um quadro teórico de base histórico-cultural. Os resultados apontam que licenciados egressos do Curso de Letras em foco, a despeito de consistente educação formalista em se tratando de gramática, quando imersos na esfera escolar, parecem conceber gramática como prescindindo de adjetivações; logo, isomórfica a normativismo, de maneira que uma sólida educação formalista, priorizada no Curso de Letras em estudo, não parece incidir efetivamente no modo de os egressos operarem com o conceito de gramática. Emerge, assim, de um lado, a rendição ao normativismo ainda presente na esfera escolar ou, de outro, a gaseificação de abordagem léxico-gramatical.

Palavras-chave: Letras-Português. Ensino. Gramática. Normativismo. Gaseificação conceitual.

Abstract: This article discusses the instruction of graduates in Portuguese Language, regarding to teaching grammatical knowledges at school. The research question that moves the article is: How do graduates of the Course of Portuguese Language understand/operate

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1646-741X>. E-mail: leticia_giacomin@hotmail.com.

** Professora do Departamento de Língua e Literaturas Vernáculas da UFSC. Docente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6635-4245> E-mail: ma.rizzatti@gmail.com.

with the teaching and learning of grammatical knowledge in the subject of Portuguese Language in Basic Education?. The approach is qualitative, following a theoretical framework with a historical-cultural basis. The results show that students of the Portuguese Language Faculty in focus, despite a consistent formalist education in terms of grammar, when immersed in the school sphere, seem to conceive grammar without specifying it, therefore isomorphic to normativism, so that a solid formal education, which is prioritized in the Portuguese Language Faculty in focus, does not seem to effectively influence the way graduates operate with the concept of grammar. Emerges then, on the one hand, the surrendering to normativism still present in the school sphere or, on the other hand, the loosening of lexical-grammatical approach.

Keywords: Portuguese Language. Teaching. Grammar. Normativism. Conceptual loosening.

Resumen: Este artículo discute la formación de licenciados en Letras – Portugués, en el que concierne enseñar conocimientos gramaticales en la esfera escolar. La cuestión de investigación es: ¿Cómo profesionales graduados en el Curso de Letras comprenden/operan con enseñanza y aprendizaje de conocimientos gramaticales en la signatura de Lengua Portuguesa en la Educación Básica? El abordaje es cualitativo, afiliándose a un cuadro teórico de base histórico-cultural. Los resultados apuntan que licenciados graduados de la Facultad de Letras en foco, a pesar de consistente educación formalista en se tratando de gramática, cuando inmersos en la esfera escolar, parecen concebir gramática como prescindiendo de adjetivaciones; luego, isomorfa a normativismo, de manera que una sólida educación formalista, priorizada por la Facultad de Letras en estudio, no parece incidir efectivamente en el modo de los graduados operaren con el concepto de gramática. Emerge, así, de un lado, la rendición al normativismo aún presente en la esfera escolar, o de otro, la gasificación de abordaje léxico-gramatical.

Palabras clave: Letras-Portugués. Enseñanza. Gramática. Normativismo. Gasificación conceptual.

1 INTRODUÇÃO

Como estamos formando professores de Língua Portuguesa em nossos Cursos de Letras? Que desafios a docência de egressos desses Cursos, tal qual tem se efetivado nas escolas, coloca para o necessário compromisso de ressignificação curricular das licenciaturas? As universidades têm sido atentas a esses desafios? Esse conjunto de questões seguramente é objeto de inquietudes daqueles dentre os pesquisadores brasileiros que compreendem a esfera escolar como seu campo de estudo mais importante. Inscrevemo-nos nesse grupo e, nessa condição, vimos lidando com tais questões ao longo dos últimos dez anos.

Este artigo tematiza, então, essas inquietudes, tendo como objeto ‘a formação docente para o ensino de conhecimentos gramaticais na escola’, objeto circunscrito à abordagem de duas tendências inquietadoras que têm tido curso na esfera escolar: a manutenção do normativismo e a gaseificação conceitual na docência em Língua Portuguesa. Assim, a questão de pesquisa a que buscamos responder é: Como profissionais egressos de Curso de Letras compreendem/operam com o ensino e a aprendizagem de conhecimentos gramaticais na disciplina de Língua Portuguesa na Educação Básica? Em convergência com essa questão, o objetivo deste artigo é problematizar relações entre o percurso curricular da licenciatura em Letras/Português no tangente à formação em Linguística e representações dos egressos acerca da docência em Língua Portuguesa quanto ao ensino e à aprendizagem de conhecimentos gramaticais.

Trata-se de uma abordagem qualitativa que retoma elementos de estudo de Giacomini (2013) – uma das autoras deste artigo –, o qual reúne seis egressos de Curso de Letras Português de universidade do Sul do país: dois deles, em atuação na docência, acompanhados ao longo de três bimestres letivos, tendo sido entrevistados e tendo participado de roda de conversa ao final do estudo; os outros quatro egressos participaram do estudo sob forma de entrevistas. O critério para a seleção desses participantes foi a obtenção de índice de aproveitamento acadêmico igual ou superior à nota sete – em um Curso cuja média para aprovação é a nota seis –, não tendo havido reprovações em disciplinas ao longo da graduação, de modo a lidar com um grupo que, em tese, formou-se atendendo inteiramente às exigências estabelecidas pelo Curso¹. O processo de geração de dados teve a mencionada questão e o objetivo de pesquisa como orientação, e a análise deles se deu a partir de uma filiação histórico-cultural².

Outros dados agregam-se a esses aqui em menção, advindos da historicidade do Grupo de Pesquisa Cultura Escrita e Escolarização do qual as autoras fazem parte. Trata-se de um conjunto de documentos derivados de sessões de estudo, notas de campo, relatórios, rodas de conversa, entrevistas e documentos primários. O todo desses dados atende a prescrições do Comitê de Ética de Pesquisa com seres Humanos e da plataforma de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, uma vez que é parte de projetos que neles tramitaram ao longo dos últimos cinco anos.

Quanto à filiação histórico-cultural especificamente, justifica-se por dois importantes critérios: (i) é o fundamento-base da Proposta Curricular da rede pública estadual a cuja unidade da federação corresponde a universidade em foco, assim como é fundamento-prevalente da rede pública municipal da capital desse mesmo Estado³; e (ii) é, ainda, fundamento sob o qual atua o mencionado Grupo de Pesquisa do qual fazemos parte.

Isso posto, este artigo organiza-se em duas seções de conteúdo. Na primeira, problematizamos o percurso de formação docente quanto ao campo da Linguística no que respeita ao enfoque crítico ao normativismo escolar, tanto quanto à prevalência do estudo acadêmico da gramática descritiva do português do Brasil, sublinhando dificuldades que temos inferido em licenciados egressos desse Curso, especialmente a partir de Giacomini (2013), no que concerne à atuação docente em Língua Portuguesa. Na segunda seção, discutimos tanto a adesão ao normativismo quanto o esvaziamento conceitual do ensino e da aprendizagem de conhecimentos gramaticais nas aulas de Língua Portuguesa em se tratando desses mesmos egressos.

¹ Este estudo previa um número mais amplo de participantes, o que não foi possível porque grande parte dos egressos contatados (mais de uma centena) não estava mais atuando ou não tinha chegado a atuar em sua área de formação.

² Em nosso Grupo de Pesquisa, Correia (2017) propõe diretrizes analíticas para estudos da educação em linguagem, com base no Círculo de Bakhtin e no quadro teórico vigotskiano. Para as finalidades deste artigo, tomaremos tão somente dois dentre o complexo conjunto de constituintes proposto por Correia (2017), a saber: enunciado – neste caso, enunciados proferidos pelos participantes das diferentes pesquisas aqui em menção – e esfera da atividade humana – neste caso, esfera escolar e esfera acadêmica.

³ Não referenciaremos esses documentos em nome de manter a opção por não precisar o Curso em estudo.

2 GRAMÁTICA: O FORMALISMO LINGÜÍSTICO E A FORÇA DA TRADIÇÃO ESCOLAR NAS REPRESENTAÇÕES CONCEITUAIS DE LICENCIADOS

Parece-nos certo que os Cursos de Letras/Português, desde que a Linguística ganhou espaço na formação docente no Brasil (com base em SOARES, 2004), têm sido crescentemente mais precisos em deixar claro para os licencia[n]dos o que não é mais possível fazer em se tratando de ensino e aprendizagem de conhecimentos gramaticais na esfera escolar. Em nível nacional, entendemos amplamente dada a negação ao normativismo na Educação Básica (a exemplo de GERALDI, 1997; BRITTO, 1997; FARACO, 2008), mesmo que compreendamos a incontestante remanescência desse mesmo normativismo ainda hoje em inúmeros espaços educacionais (com base em CATOIA DIAS, 2016; DAGA, 2016; PEREIRA, 2015; IRIGOITE, 2015).

Desde estudos fundantes de Labov (2008 [1972]) e da projeção da Sociolinguística quantitativa laboviana como disciplina científica, assim como desde a consolidação do Programa de Investigação Científica Gerativista como quadro-teórico-base hegemônico nas abordagens formalistas (CHOMSKY, 2005; RAPOSO, 1992; KATO, 1997) em seus diferentes desdobramentos, parece (ou deveria parecer) claro para todos aqueles inscritos no campo de Letras/Português a substantiva diferença entre o *objetivismo abstrato* tal qual se institui nesse mesmo formalismo e o *objetivismo abstrato*⁴ (com base em VOLÓCHINOV, 2017 [1929])⁵ tal qual se coloca no normativismo escolar.

Os estudos linguísticos formalistas empenharam-se, ao longo de toda a segunda metade do século XX – e continuam a fazê-lo (PERINI, 2016⁶) – no enfoque academicista de uma abordagem gramatical descritiva, colocando-se como epifenômeno, nesse enfoque, a negação – explícita ou inferível – do normativismo escolar. Sob essas lentes, entendemos que Cursos⁷ de Letras têm envidado esforços, na formação profissional que levam a termo – fazendo-o de modo mais renitente ou menos renitente –, para que os licenciados egressos compreendam o conceito de *gramática* sob as especificidades com que a ciência linguística o tem delineado; logo, não se trata de um conceito monolítico e tampouco isomórfico ao prescritivismo.

No caso do Curso de Letras aqui em menção, a organização de sua matriz curricular nas últimas décadas tem priorizado dois anos de iniciação em Linguística formalista, com enfoque no chamado ‘núcleo duro’ (WEEDWOOD, 2002): Fonética/Fonologia,

⁴ Mantemos aqui repetição da nomeação do conceito *objetivismo abstrato*, porque estamos nos referindo a sua ocorrência em duas diferentes esferas da atividade humana: o *objetivismo abstrato* tal qual se coloca na esfera acadêmica – sob a égide do descritivismo – e o *objetivismo abstrato* tal qual se coloca esfera escolar – sob a égide do normativismo.

⁵ A menção, aqui, em um mesmo parágrafo, a dois quadros teóricos opostos é ciente e levada a termo em nome do argumento em curso.

⁶ Este linguista mantém publicações com esse enfoque desde a década de 1990, a exemplo de *Gramática descritiva do português*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

⁷ Os Cursos em Letras, em si mesmos, não são nosso enfoque de pesquisa; tomamo-los nas relações com a preparação do egresso para o ensino [e a aprendizagem por parte dos alunos] de conhecimentos gramaticais; logo, estamos cientes de que menções a ‘Cursos’ no plural requerem estudos com recorte distinto deste artigo. De todo modo, mantemos o risco do plural, fazendo-o sob a ancoragem de vivências empíricas nossas ao longo de nossa carreira profissional.

Morfologia, Sintaxe e Semântica. Giacomini (2013), em estudo da penúltima versão do Projeto Político-Pedagógico do Curso em foco (PPP, 1998) – a qual não se distingue da atual versão (PPP, 2007) nesse enquadramento – apresenta o seguinte dado:

Tabela 1 – Disciplinas com foco na Linguística de base formalista – versão PPP (1998)

Disciplina	Carga horária (horas/aula)	Semestre da oferta
Sintaxe	60 horas/aula	Terceiro
Semântica	60 horas/aula	Quarto
Morfologia	60 horas/aula	Segundo
Fonética e Fonologia	60 horas/aula	Primeiro

Fonte: Adaptado de Giacomini (2013).

Mais recentemente, Fraga (2016), estudando a atual versão desse mesmo Curso (PPP, 2007), reitera essa forte presença da Linguística formalista, na qual prevalece o conceito de *gramática* tomado sob diferentes desdobramentos, em conformação que entendemos muito estreitamente convergente com a concepção de *língua* que caracteriza o que Volóchinov (2017 [1929]) chama de *objetivismo abstrato*⁸, conceito já mencionado aqui. No Quadro 1, a seguir, adaptamos Tabela de Fraga (2016) na qual constam exatamente as quatro disciplinas formalistas exibidas na Tabela 1 que veiculamos anteriormente. Parece-nos, pois, claro que a presença de todas quatro disciplinas, com igual carga horária, mantém-se como opção de formação no referido Curso, dado constarem em ambas as versões do PPP (1998; 2007).

Assim, tal qual exibe o Quadro 1 a seguir, o primeiro desdobramento (segundo semestre) contém as disciplinas de Fonética e Fonologia do Português e Morfologia do Português; já no segundo desdobramento (terceiro semestre), consta a disciplina de Sintaxe do Português; o terceiro e último desdobramento (quarto semestre) contém a disciplina de Semântica – reitera-se a mesma lógica do PPP (1998) registrada na Tabela 1 anterior. Nesse novo PPP (2007), porém, oito – dentre as mesmas sessenta horas alocadas para tais disciplinas – em tese destinam-se à chamada Prática como Componente Curricular (PPC)⁹, fortemente criticada por Fraga (2016) a partir da compreensão de acadêmicos com quem essa autora interagiu, para os quais essa prática tende a ser pseudoaproximação com a docência, questão de cuja discussão fugimos aqui por tangenciar o objeto do presente artigo. Segue, então, o Quadro 1:

⁸ Vale, aqui, uma ressalva: em se tratando da busca chomskyana pela *adequação explicativa*, parece-nos tratar-se do *subjetivismo individualista*. Compreendemos que o *objetivismo abstrato* ancora a *adequação descritiva* desse mesmo quadro teórico (conceitos com base em VOLÓCHINOV, 2017 [1929] e em CHOMSKY, 2005).

⁹ A Prática como Componente Curricular corresponde a um conjunto de horas-aula alocado para algumas dentre as disciplinas, na busca de que se estabeleçam relações entre as discussões teóricas constitutivas de tais disciplinas e a realidade escolar em si mesma. Trata-se, em tese, da proposição de atividades cujo desenvolvimento exija vivências dos acadêmicos na esfera escolar.

2ª	Fonética e Fonologia do Português	60h (52+08)		
	Morfologia do Português	60h (52+08)		
	Língua Latina I	60h (Teoria)		
	Literatura Brasileira II		60h (52+08)	
	Teoria Literária II		60h (52+08)	
	Literatura Portuguesa II		60h (52+08)	
3ª	Sintaxe do Português	60h (52+08)		
	Língua Latina II	60h (Teoria)		
	Literatura Brasileira III		60h (52+08)	
	Teoria Literária III		60h (52+08)	
	Literatura Portuguesa III		60h (52+08)	
4ª	Semântica	60h (52+08)		
	Teoria da Enunciação ou Linguística Textual	60h (52+08)		
	Língua Latina III	60h (Teoria)		
	Estudos Literários I		60h (52+08)	
	Teoria Literária IV		60h (52+08)	

Quadro 1 - Disciplinas com foco na Linguística de base formalista – versão PPP(2007)

Fonte: Fraga (2016) – excerto de tabela adaptado para quadro.

Postas, pois, as quatro mencionadas disciplinas do ‘núcleo duro’, veiculamos, no Quadro 2, também em excerto adaptado de Fraga (2016), a disciplina nomeada ‘Estudos Gramaticais’, a qual, desde a primeira fase do Curso em menção neste artigo, objetiva deixar claro o conceito de *gramática*.

Disciplina	Ementa	Objetivos	Conteúdo programático
Estudos Gramaticais (1ª fase)	Iniciação aos conceitos e métodos da descrição gramatical segundo as abordagens da Linguística Moderna. Problemas e limites das teorias gramaticais. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.	1. Mostrar a diversidade de sentidos da palavra “gramática”. 2. Levar o aluno a ter postura crítica em relação às inconsistências da Gramática Tradicional e à exclusão social perpetrada por meio dela.	1. Estudos gramaticais 1.1. Gramática universal e gramática de línguas particulares 1.2. Gramática como termo polissêmico 1.3. Prescrição e descrição 2. A norma: princípios de análise 3. Métodos de descrição linguística e níveis de análise: fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático-discursivo 4. Variedades da língua e língua padrão do Brasil 5. Teoria gramatical e ensino

Quadro 2 – Disciplina com enfoque no conceito de *gramática* (PPP, 2007)

Fonte: Fraga (2016) – excerto de tabela adaptado para quadro.

Essa mesma disciplina também constava na versão anterior do PPP (1998), como em Giacomini (2013), ainda que sem as mencionadas horas de Prática como Componente Curricular – atente-se para a primeira disciplina arrolada na Tabela 2:

Tabela 2 – Disciplinas com enfoque no conceito de *gramática* (PPP, 1998)

Disciplina	Carga horária	Semestre da oferta
Introdução aos Estudos Gramaticais ¹⁰	60 horas/aula	Primeiro
Sociolinguística	60 horas/aula	Quarto
Psicolinguística	60 horas/aula	Quinto
História da Língua	60 horas/aula	Sexto
Texto e Enunciação	60 horas/aula	Sexto
Análise do Discurso	60 horas/aula	Sétimo

Fonte: Adaptado de Giacomini (2013).

Quer nos parecer que, com uma recorrente abordagem formalista, seja esperado que egressos do mencionado Curso tenham clareza acerca do que seja *gramática* sob a perspectiva do *objetivismo abstrato* tangente ao formalismo linguístico. Em Giacomini (2013), porém, ficam em xeque os resultados dessa formação quanto a tal ciência conceitual quando os licenciados egressos do Curso em foco assumem a atividade de docência:

(1)

[...] mesmo tendo cursado um amplo conjunto de disciplinas sobre teoria gramatical, sob diversas abordagens, mas especialmente com foco sistêmico imanentista, a maior parte dos participantes desta pesquisa parece associar gramática à norma, tanto que não adjetivam *gramática* quando fazem menção ao termo e, em alguns casos [...] essa associação é diretamente estabelecida com *manual de gramática*. Sob uma perspectiva sistêmica, a língua se constitui de léxico mais gramática, e exatamente essa constituição é objeto de boa parte – talvez a maior – do currículo [do Curso] em questão. Quando egressos, porém, os participantes de nossa pesquisa parecem sentir-se liberados de adjetivar *gramática*, tomando-a como sinônimo de *norma*. (GIACOMINI, 2013, p. 238)

Em convergência com (1) imediatamente anterior, o enunciado a seguir, de licenciado egresso, interlocutor nosso em Giacomini (2013), parece icônico desse tipo de representação: na sequência, transcrição de fala de OGLR¹¹ – a adjetivação ‘normativa’, entre colchetes, é da pesquisadora:

¹⁰ Conteúdos listados no PPP (1998) respectivamente a essa disciplina: 1 A complexidade da linguagem como objeto de estudo; 1.1 Prescrição e Descrição; 1.1.1 Níveis de análise; 1.1.2 O funcionamento social da norma culta; 1.2 "Gramática" como termo polissêmico; 1.3 Coerência interna e consistência com dados; 2 História dos estudos gramaticais; 2.1 A discussão sobre linguagem no âmbito da filosofia grega; 2.2 O nascimento da gramática prescritiva; 2.3 A tradição gramatical greco-latina na descrição de outras línguas. (GIACOMINI, 2013, p. 141)

¹¹ Em estudos de nosso Grupo de Pesquisa, codificamos os participantes por iniciais randômicas de seu nome, com acréscimo de letras aleatórias, como consta aqui e em outras menções congêneres.

(2)

[...] na primeira escola em que dei aula fui contratada como professora de gramática [normativa]; então, essa prática me fez ter bastante base. O que sei até hoje foi porque tive que dar aula de gramática [normativa], foi prática mesmo, coisa que aprendi estudando sozinha. (GIACOMIN, 2013, p. 216)

Mais um enunciado nesse diapasão, agora de participante codificado como *NEVS*:

(3)

Ele [o professor] deve entender que muitas vezes a gramática [normativa] possui regras arbitrárias e não dá conta do sistema linguístico que possuímos, e, portanto, não pode ser encarada como verdade. (GIACOMIN, 2013, p. 274)

Nos enunciados aqui reportados, a necessidade de adjetivação complementar, na análise de dados empíricos, do nome *gramática*, de modo a delinear sua especificidade conceitual – uma intervenção recorrente em Giacomini (2013) e extensiva a todos os participantes daquele estudo –, sinaliza para o que entendemos ser um ‘apagamento’ no tangente a representações acerca desse mesmo conceito respectivas à teoria linguística formalista estudada na graduação. Em (3) essa dissociação parece de tal modo flagrante que *gramática* é tida como normativismo e tomada distintamente de “sistema linguístico que possuímos”, o que necessariamente remete à *gramática internalizada*, à Língua-I chomskyana. Assim, como suscitam (1), (2) e (3), em se estando na esfera escolar, *gramática* parece tornar-se isomórfica a prescritivismo – quer como conteúdo de ensino quer como artefato manual didático, o ‘livro de gramática normativa’.

Com a discussão até aqui desenvolvida, é nosso propósito argumentar que uma formação acadêmica levada a termo sob a abstração da Linguística formalista – valorada como tal por si e em si mesma –, a despeito da incontestável lógica dos argumentos científicos que necessariamente expandem o conceito de *gramática* para além do normativismo – e, ao fazê-lo, também necessariamente colocam tal normativismo em xeque –, parece-nos redundar em uma apropriação conceitual que, a despeito da excelência dos egressos (todos os participantes do estudo de que nos ocupamos neste artigo foram institucionalmente certificados como ‘habilitados’ obtendo as médias avaliativas prospectadas para a certificação), quando eles se veem em classe escolar dissociam a ‘ciência linguística’, que aporta as disciplinas acadêmicas em referência aqui, da atividade profissional que lhes cabe empreender na esfera escolar.

Entendemos como indiscutível a necessidade de estudo do chamado ‘núcleo duro’ da gramática (WEEDWOOD, 2002) – as quatro disciplinas arroladas nos quadros e tabelas anteriores –, o que nos inquieta, no entanto, é a dificuldade de Cursos de Letras para conferir a devida subserviência que esse ‘núcleo duro’ precisa ter ao processo de formação ao qual ele se presta¹²: formar licenciados em Letras/Português. Seguramente, para a habilitação de bacharéis nesse mesmo campo, uma abordagem imanentista como essa presta-se bastante bem, como destaca Fraga (2016) ao veicular enunciado de licenciado egresso desse mesmo Curso:

¹² Ainda que não tenhamos veiculado neste artigo a ementa e o programa dessas disciplinas – o que consta em Giacomini (2013) –, importa mencionar que se trata de itens formalistas, tomados à luz de uma concepção especulativa (LYOTARD, 2014 [1979]) de *ciência*.

[...] ¹³ até que ponto esse currículo está dando resultado, né, da licenciatura. A universidade [em menção aqui] induz hoje muito mais o aluno a ir pro bacharelado ou a ir pra pesquisa, pro mestrado, pro doutorado tudo mais, do que propriamente pra ser professor da educação básica. Daí, então, assim, qual é o papel efetivamente das licenciaturas de uma universidade? [...] Eu acho que todos eles acabam induzindo muito pro bacharelado, pra pesquisa e tal, e esquecem qual é sua função primeira, que é formar professores pra educação básica. O currículo induz pra isso [...]. (FRAGA, 2016, p. 216)

Em que pese a importante valoração do bacharelado e da atividade de pesquisa – o que não está em questão neste artigo –, em Giacomini (2013) consta a prevalência ¹⁴ da opção pela licenciatura em se tratando do Curso em menção, porém no tangente à vigência do novo PPP (2007):

(4)

Ainda que os dados que seguem não sejam específicos ao currículo em análise [PPP, 1998], os entendemos relevantes porque, a nosso ver, evidenciam preferências dos alunos em se tratando de sua formação profissional em Letras Português: de acordo com informação disponibilizada pela Secretaria do Curso de Letras Português, a partir do ano 2008.2 (antes disso os dados não foram obtidos) a 2013.1, o número de alunos que se graduou como bacharel foi de 30, em contraposição, o de licenciados foi de 137, ou seja, uma diferença bastante significativa, tendo em vista que mais de 82% dos alunos optaram pela licenciatura em detrimento do bacharelado durante esse período. (GIACOMINI, 2013, p. 139-140)

Trata-se, aqui, de sinalização adicional para rupturas que entendemos haver entre a atividade finalística de um Curso de Licenciatura em Letras/Português – no âmbito do qual o conceito de *gramática* parece-nos axial – e o modo como esse Curso se delinea para dar conta de assegurar essa atividade formadora finalística.

Compreendemos que importantes nomes do formalismo nacional explicitam sua compreensão de que a Linguística não tem necessariamente um compromisso com a educação (como BORGES NETO, 2003), posicionamento que nos parece incontestemente na formação de bacharéis. Quando, todavia, a Linguística reivindica espaços na formação de licenciados, importa que submeta a servilidade de si própria aos propósitos dessa mesma formação, o que entendemos diametralmente distinto de compreensões que concebem a docência como lugar de pesquisa ¹⁵, e as aulas de Língua Portuguesa como territórios de construção de gramáticas da língua materna ¹⁶.

¹³ Não numeramos excertos de Fraga (2016) porque os tomamos como fonte bibliográfica sob citação direta; a numeração nas remissões a Giacomini (2013) decorre de tomarmos os excertos de entrevistas e notas decorrentes deste segundo estudo como dados empíricos, haja vista tratar-se de uma das autoras deste artigo.

¹⁴ Dados mais recentes estão a demandar novos estudos neste campo.

¹⁵ Filiadas ao quadro epistemológico histórico-cultural, distinguimo-nos de concepções tais quais a do ‘professor reflexivo’; assumindo uma base vygotskiana e, portanto epistêmica, compreendemos que o papel do professor é criar condições para que haja a apropriação crítica do conhecimento por parte do estudante. Entendemos que a pesquisa faculta a produção de conhecimento, o que cumpre à esfera acadêmica; à esfera escolar, cumpre a apropriação crítica do conhecimento produzido na esfera acadêmica (com base em DUARTE, 2011).

¹⁶ Com base em Borges Neto (2013).

É sabidamente posto no campo das teorias da educação em linguagem que a *língua*, na esfera escolar, é objeto de ensino e de aprendizagem – ainda que alguns teóricos desse campo sejam propensos a sobrevalorar a aprendizagem em detrimento do ensino (GERALDI, 2010); já na esfera acadêmica, a *língua* é objeto de estudo e pesquisa. A pesquisa, na esfera escolar, precisa ser compreendida como estratégia de ensino e de aprendizagem, jamais como finalística em si mesma, sob o risco, também sobejamente conhecido, de instaurar-se um relativismo pedagógico que só pode ser pródigo para as elites socioeconômicas (com base em DUARTE, 2008, 2011; GRAMSCI, 1988 [1942]; VYGOTSKI, 2012 [1931]). Quanto ao necessário movimento docente de ação-reflexão-ação, o concebemos a partir da intersubjetividade (com base em WERTSCH, 1985) e não da atividade docente de pesquisa, dada a historicidade da esfera escolar como lócus privilegiado no qual a *língua*¹⁷ é objeto de ensino e de aprendizagem e não objeto de estudo e de pesquisa, como o é na esfera acadêmica.

Assim considerando, compreendemos que desafios substantivos se colocam para a educação em linguagem hoje e, como vimos discutindo em outras publicações (CERUTTI-RIZZATTI; PEREIRA, 2016; CERUTTI-RIZZATTI; CHRAIM, 2017; CERUTTI-RIZZATTI; PEREIRA, 2017), entendemos que esse desafio consiste em rever a dimensão conceitual da disciplina de Língua Portuguesa na exata subserviência à esfera escolar da produção linguística historiada, o que implica necessariamente a distinção de qualquer tipo de ação educativa que suscite o *objetivismo abstrato* (com base em VOLÓCHINOV, 2017 [1929]), quer ele se revista do cansativo prescritivismo, quer ele se travista sob o formalismo linguístico especulativo.

3 AÇÃO PEDAGÓGICA RECALCITRANTE OU TITUBEANTE?

Como provável derivação do quadro que desenhamos na seção anterior, em Giacomini (2013), assim como outros estudos de nosso Grupo de Pesquisa (IRIGOITE, 2015; PEREIRA, 2015; CATOIA DIAS, 2016; DAGA, 2016), consta a ainda notória presença do normativismo, neste caso sob a batuta de licenciados pela via do Curso aqui em menção. Nas duas notas de campo de Giacomini (2013) registradas a seguir, uma das participantes de pesquisa – egressa do Curso de Letras objeto desta discussão – protagoniza aulas em que indiscutivelmente o normativismo prevalece.

(5)

BTPG. inicia as atividades passando no quadro-negro um exercício, composto por algumas frases isoladas, referente à aula na qual tratou das classes gramaticais e pede para que os alunos o copiem e respondam a ele em seus cadernos. “Procure substantivos, artigos e adjetivos nas frases: Naqueles tempos, a vida em SP era tranquila. / Os mitos procuravam explicar a origem do universo e a criação do homem. / O mito é considerado verdadeiro e tem uma função religiosa”. A correção foi feita de forma oral: a professora aponta a palavra e os alunos dizem a classe à qual a palavra pertence. Quando, na terceira frase, um aluno questiona de que classe era o “do”, a professora adia, para outro momento, a explicação de que ali também havia um artigo, mas estava aglutinado à preposição, adiamento possivelmente justificado em razão da complexidade do todo em discussão. (GIACOMINI, 2013, p. 165-166)

¹⁷ Vale o mesmo para os demais objetos de conhecimento.

(6)

Alguns dias depois das explicações acerca das classes gramaticais, *BTPG*. retoma o conteúdo, com mais alguns exercícios no quadro-negro, no mesmo esquema dos anteriores, com enfoque classificatório. Poucos alunos respondem, e a professora os chama, um a um, pelo nome, para darem suas respostas, mas, de modo geral, eles não sabem classificar as palavras das frases. Um dos alunos diz que na frase “Nas minhas lembranças de infância, meus primos estão presentes”, a palavra “primos” é um adjetivo, sugerindo não ter entendido os conceitos que *BTPG*. havia explicado há algumas aulas. Ao final da correção, a professora retoma a matéria, lendo em voz alta para os alunos as anotações/explicações que eles já têm registrada em seus cadernos. O enfoque é conceitual. (GIACOMIN, 2013, p.166)

As notas (5) e (6) fazem-se acompanhar, em Giacomini (2013), de uma série de outros dados congêneres. Logo, mantemo-las, aqui, à guisa de dado-ilustrativo, mas seguramente se trata de um comportamento indicial da mencionada dissociação entre apropriações conceituais linguístico-formalistas na graduação e ação profissional em campo na docência em Língua Portuguesa. Sublinhamos essa nossa compreensão com um dado empírico adicional, na sequência, este derivado do banco de dados de nosso Grupo de Pesquisa:

(7)

Colega com pós-graduação no campo formalista, no contexto em estudo, aqui integra-se a nosso Grupo de Pesquisa para discussão sobre a docência, expressando volição para compreender mais efetivamente os processos educacionais em linguagem dado seu ingresso na rede privada escolar. Tendo participado de sessão de estudo, ao final dela procura a Coordenação de nosso Grupo, registrando sua inquietude com o que lhe foi apresentado como conteúdo curricular a ministrar aos alunos na escola: gramática normativa. A inquietude derivava de desconhecimento seu do normativismo e não da natureza dos conteúdos que compunham a matriz curricular que lhe cabia desenvolver. Na interação em curso, procuramos reaver a relevância dessa mesma inquietude: em lugar de o desconforto estar em desconhecimento do prescritivismo, entendíamos que o desconforto deveria estar na manutenção do normativismo em si mesmo. (Unidade documental 87(23)¹⁸)

Em (7), entendemos colocar-se, mais uma vez, uma espécie de apagamento de memória da educação formalista ‘recebida’ na graduação em relação ao que seja *gramática*, tanto quanto a rendição à força do prescritivismo na esfera escolar. Sobre essa mesma força, ainda em Giacomini (2013, p. 182) – enunciado de outro participante de pesquisa:

(8)

Quando parte para a gramática [na docência em LP] eu fico sempre assim pisando em ovos, “ai será que é isso, será que não é”. Porque, na verdade, quando eu saí do terceiro e logo vim fazer curso [de Letras Português], eu estranhei que não tinha

¹⁸ Essa numeração corresponde à organização de nossos registros documentais por número identificador de projeto e número identificador de unidades sob as quais os dados são organizados no âmbito desses projetos.

gramática normativa, e tem aquela cobrança nossa mesmo, quando a gente ingressou: “Mas não tem gramática, como vai ser depois quando eu for dar aula?” Parece que foi deixado o tempo todo isso de lado, só que a gente chega na escola e é uma outra realidade, mas a gente não tem essa segurança, não tem essa formação, falta.

A razão desse recurso ao normativismo tanto quanto dessa (pre)ocupação com ele, em nosso entendimento – ratificando Giacomini (2013) – deve-se ao esvaziamento da compreensão acerca ‘do que fazer em lugar do normativismo’. Esse esvaziamento evoca a atenção que Geraldini (2010) endereça à necessidade de professores de Língua Portuguesa poderem contar com um rol estabilizado de conteúdos para a docência. A necessária crítica da Linguística – quer no modelo lógico-gramatical de base formalista, quer no modelo retórico (com base em FARACO, 2001) – ao prescritivismo cria constrangimentos para a manutenção dele na esfera escolar.

Quando esses constrangimentos ‘de fato constroem’, os profissionais abrem mão desses conteúdos, sem, no entanto, em inúmeros contextos, estarem seguros ‘do que colocar em lugar’ deles. Nesses casos, tende a se consolidar, como em Giacomini (2013), uma gaseificação dos conhecimentos gramaticais, comumente em favor de abordagens textuais – em gêneros do discurso ou não – tomadas como se léxico e gramática não compusessem a tecitura textual. Já quando tais constrangimentos ‘não chegam a constroer’, os profissionais parecem render-se às exigências ou às tradições vigentes nas escolas. Em se tratando das redes privadas, essa rendição costuma se assentar em premissas de empregabilidade.

Em (9) a seguir, um forte indício dessa gaseificação:

(9)

O acompanhamento da ação educativa em rede na qual estamos desenvolvendo projeto de extensão sinaliza fortemente para a ausência de abordagem léxico-gramatical a serviço da compreensão e da produção textuais. Em um bimestre de acompanhamento do planejamento e da implementação das aulas de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental em duas unidades escolares envolvidas no estudo, reporta-se abordagem de um número expressivo de textos dados em aulas (indiciando-se dificuldades de compreensão acerca de especificidades nos conceitos de *texto* e de *gênero do discurso*), com enfoque exclusivo ao âmbito de questões de interpretação e de correção resolutive das produções escritas. Quando questionamos acerca de como, sob o ponto de vista léxico-gramatical, seria fecundo qualificar o desempenho dos estudantes na atenção crítica ao conteúdo dos textos lidos e no monitoramento do conteúdo dos textos escritos, as respostas dos profissionais em interação conosco apontam para uma compreensão isomórfica entre ‘léxico e gramática’ e prescritivismo, concebendo equivocadamente como ‘ensino tradicional’ uma abordagem que atente para como os recursos léxico-gramaticais são agenciados em favor dos projetos de dizer. Eis transcrição de um enunciado: “Mas se eu chamar atenção para isso [um operador argumentativo determinante na compreensão da linha editorial da notícia trabalhada em aula], vou estar dando aula de gramática [normativa], né?” (Unidade documental 177(04))

Do mesmo modo como nos posicionamos frontalmente contrárias ao normativismo, mantemos essa mesma contrariedade à mencionada gaseificação conceitual. Com base em Vygotski (2012 [1931]; 1982 [1934]), compreendemos que o papel da esfera escolar é facultar aos sujeitos condições para o tensionamento dialético entre *conceitos cotidianos* e *científicos*, de modo a progressivamente autorregular sua conduta em se tratando do

monitoramento dos usos da língua nos mais variados gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003 [1952-53]) nas tantas esferas da atividade humana. Entendemos que um processo educativo não pode abrir mão do enfoque conceitual, sob pena de privar os sujeitos de possibilidades mais amplas de interagir com a realidade natural e cultural, tendo presente que a abstração conceitual é condição importante para que operemos crítica e conscientemente nessa/com essa mesma realidade (com base em VYGOTSKI, 1982 [1934]; VOLÓCHINOV, 2017 [1929], 2013 [1930]), dado podermos transcender contingenciamentos das condições concretas do tempo presente e do espaço sociocultural em imersão, fundamentos dos usos da língua, mas sempre na necessária tensão com o genérico humano (HELLER, 2014 [1970]).

Em Giacomini (2013), a gaseificação aqui em menção ganha destaque: em alternância com o normativismo, coloca-se

(10)

[...] uma quase total ausência do trabalho com o ensino de conhecimentos gramaticais. Na absoluta maioria das aulas que vivenciamos e na maior parte das entrevistas que realizamos, os participantes desta pesquisa focam na leitura e na produção textual, mas o fazem em uma interessante dissociação com o ensino de conhecimentos gramaticais [...]. (GIACOMINI, 2013, p. 236)

Em outros estudos de nosso Grupo de Pesquisa (CERUTTI-RIZZATTI, CHRAIM, 2017; CERUTTI-RIZZATTI, PEREIRA, 2017) e em Giacomini (2018), vimos propondo caminhos para ressignificar essa gaseificação sem o risco de incorreremos mais uma vez no normativismo, fazendo-o por meio do conceito de *Integração Didática*, que tem como ponto de partida problemas linguísticos socialmente relevantes que se historicam nas interações sociais e, por implicação, têm os usos da língua como constituintes fundantes, usos que necessariamente se dão nas esferas da atividade humana, por meio dos gêneros do discurso cujos textos neles materializados se tecem de tipologias textuais prevalentes, as quais só podem se conformar como tais pelo agenciamento léxico-gramatical (CERUTTI-RIZZATTI, CHRAIM, 2017; GIACOMINI, 2018). Esse, porém, não é o tema do presente artigo, embora suscite o que já abordamos em outras publicações.

Entendemos, enfim, que o normativismo recalitrante, assim como a gaseificação – na qual os titubeios se colocam claramente – requerem urgente tratamento na educação em Língua Portuguesa, e seguramente uma formação acadêmica centrada na descrição formalista e na denegação do normativismo pouco tem contribuído para atender a essa urgência; ao contrário, em nossa compreensão, a vem alimentando.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importa, neste fecho, retomarmos (i) a questão de pesquisa e (ii) o objetivo que moveu a produção deste artigo, a saber: (i) Como profissionais egressos de Curso de Letras compreendem/operam com o ensino e a aprendizagem de conhecimentos gramaticais na disciplina de Língua Portuguesa na Educação Básica? E ainda: (ii) Problematizar relações entre o percurso curricular da licenciatura em Letras/Português no tangente à formação em Linguística e representações dos egressos acerca da docência em Língua Portuguesa quanto ao ensino e à aprendizagem de conhecimentos gramaticais.

Em síntese, quanto a (i), registramos: licenciados egressos de Curso de Letras em foco, a despeito de consistente educação formalista em se tratando de *gramática*, parecem-nos, quando imersos na esfera escolar, conceberem *gramática* como prescindindo de adjetivações; logo, isomórfica a *normativismo*. E, em o fazendo, tendem a dois movimentos bem marcados: adesão a esse mesmo normativismo (o que inclui estudar normas e regras para poder ensiná-las, já que – por notórias razões – não o fizeram ao longo do Curso); ou gaseificação da abordagem léxico-gramatical, em recorrentes abordagens textuais ou de gêneros do discurso (não raro sem compreender distinções conceituais entre ambos), como se neles não houvesse implicações léxico-gramaticais.

Já quanto a (ii), compreendemos que uma sólida educação formalista, priorizada nos dois primeiros anos do Curso de Letras, não parece incidir efetivamente no modo de os egressos operarem com o conceito de *gramática* e com as requeridas adjetivações a esse mesmo conceito. Esses indícios suscitam ser a formação do licenciado necessariamente diversa da formação do bacharel: descrever gramaticalmente a língua não basta, em si mesmo, para compreender o que fazer com essa descrição na habilitação profissional específica para a docência. O desafio maior, pois, parece estar em como linguistas em atuação nessas habilitações profissionais hierarquizam a complexa equação entre (a) suas próprias filiações epistemológicas e (b) a importância de essas filiações epistemológicas estarem a serviço da formação de professores em um país com as fragilidades que o Brasil apresenta.

Estamos cientes de que, desde a década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998; 2000) problematizam essas questões, quando prospectam possibilidades de enfrentamento dos desafios de que nos ocupamos neste artigo. Considerada a cronologia dos Projetos Político-Pedagógicos do Curso de Letras aqui em menção – 1997, para Giacomini (2003), e 2007, para Fraga (2016) –, trata-se de documentos dos quais, em tese, seriam requeridos alinhamentos às conformações nacionais sobre o tema à época – ainda que emergentes para o primeiro PPP – e seus desdobramentos atuais. Os estudos de Giacomini (2013) e de Fraga (2016), no entanto, parecem conter uma inequívoca compreensão de que tais postulados parametrizadores nacionais, afetos ao tensionamento entre metacognição e usos da linguagem, sob a égide de uma concepção enunciativista de *língua*, não foram contemplados nos documentos aqui em referência, pelo menos não de modo a ancorá-los epistemologicamente e, por implicação, a nortear o delineamento de suas matrizes curriculares.

Enfim, vale ter presente que Volóchinov (2017 [1929]) coloca-se aqui como fecundo arauto para compreendermos implicações destas distinções: seguramente não é uma filiação *subjetivista individualista*, tampouco uma filiação *objetivista abstrata* que criará condições para formação de educadores em Língua Portuguesa potencialmente aptos a apreender ‘como/o quanto/de que modo/ em que/sob quais restrições’ sua ação docente poderá efetivamente contribuir para formação humana integral no tangente à língua. O contrário disso, a nosso juízo, coloca-nos sob forte risco de alimentação de um cientificismo especulativo (com base em DUARTE, 2008; LYOTARD, 2014 [1979]) que ratifica o desenho inócuo da ação escolar contemporânea e, em o fazendo, reitera a exclusão social dos estudantes historicamente mais fragilizados.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1952-53]. p. 261-270.
- BORGES NETO, J. A. Linguística tem algum compromisso necessário com a educação? In: XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. *Conversas com linguistas*. São Paulo: Parábola, 2003. p. 37-50.
- BORGES NETO, J. A. Ensinar gramática na escola?. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, on-line, v. 7, p. 68-83, 2013. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/e5c43b98325ed8dae986eca642e5c3d2.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- BRITTO, L. P. L. *A sombra do caos*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1997.
- CATOIA DIAS, S. *Entre ecos e travessias: um olhar para o ato de ler no processo de educação em linguagem na esfera escolar*. 2016. 561f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- CERUTTI-RIZZATTI, M. E.; PEREIRA, H. M. Por uma dimensão também conceitual da educação em linguagem: uma abordagem vigotskiana. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 13, n. 4, p.1587-1598, out./dez. 2016.
- CERUTTI-RIZZATTI, M. E.; PEREIRA, H. M. Educação em linguagem: apropriação conceitual na autorregulação da conduta. *Revista Via Litterae*, Anápolis, v. 9, n. 1, jan./jun. 2017.
- CERUTTI-RIZZATTI, M. E.; CHRAIM, A. Entrelugares e lugares na docência em Língua Portuguesa. *Letra Magna*, São Paulo, v. 21, p. 56-78, 2017.
- CHOMSKY, N. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo: UNESP, 2005.
- CORREIA, K. *Diretrizes para análise da escritura: uma abordagem histórico-cultural*. 2017. 290f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- DAGA, A. C. *O (ex)orbitar do ato de ler: um estudo sobre vivências de estudantes com a escrita em contexto de ambientação rural*. 2016. 368f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- DUARTE, N. *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- DUARTE, N. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?*: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2008.
- FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2008.
- FARACO, C. A. Pesquisa aplicada em linguagem: alguns desafios para o novo milênio. D.E.L.T.A., São Paulo, v. 17, n. Especial, p. 1-9, 2001.
- FRAGA, C. F. *Estudo da formação inicial do professor de língua portuguesa na UFSC: reverberações dos documentos oficiais no currículo do curso de letras*. 2016. 246f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GERALDI, J. W. *A aula como acontecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- GIACOMIN, L. M. *Os conhecimentos gramaticais na escola: 'regras' de um ensino sem regras*. 2013. 274f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- GIACOMIN, L. M. *Projeto de tese de doutorado em andamento*. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988 [1942].
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e TERRA, 2014 [1970].
- IRIGOITE, J. C. da S. *Aula de Português como encontro entre a outra palavra e a palavra outra: um estudo sobre a ecologia da apropriação da escrita na esfera escolar*. 2015. 519f. Tese (Doutorado em
- GIACOMIN, Letícia Mello; CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth. Conhecimentos gramaticais na escola: entre a manutenção do normativismo e a gaseificação conceitual. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 19, n. 3, p. 435-450, set./dez. 2019.

Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

KATO, M. A. Teoria sintática: de uma perspectiva de "-ismos" para uma perspectiva de "programas". *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 275-289, 1997.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Rio de Janeiro: Parábola, 2008 [1972].

LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014 [1979].

PEREIRA, H. M. *O lugar das práticas de letramento na esfera escolar: um estudo sobre o encontro aula de língua portuguesa*. 2015. 287f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

RAPOSO, E. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

SOARES, M. História de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 155-180.

VYGOTSKI, L. S. *Obras escogidas*. Tomo III. Madrid: António Machado, 2012 [1931].

VYGOTSKI, L. S. Pensamiento y lenguaje. In: VIGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas*. Tomo II. Madrid: António Machado, 1982 [1934].

VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].

WEEDWOOD, B. *História concisa da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

WERTSCH, J. *Mind as action*. New York: Oxford University Press, 1985.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190306-8818>

**CASA DE FAMÍLIA E CASA DE PROSTITUIÇÃO:
EMBATE DE SENTIDOS QUE DIVIDEM A CIDADE*
HOUSE OF FAMILY (FAMILY HOME)
AND HOUSE OF PROSTITUTION (BROTHEL):
MEANINGS COLLISION THAT DIVIDE THE CITY
CASA FAMILIAR Y CASA DE PROSTITUCIÓN:
COMBATE DE SENTIDOS QUE DIVIDEN LA CIUDAD**

Mirielly Ferraça**

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Campinas, SP, Brasil

RECEBIDO EM: 09/11/18

APROVADO EM: 03/07/19

Resumo: Este artigo busca compreender como a palavra casa significa nos enunciados de sujeitos que moram e circulam pelo Jardim Itatinga (Campinas-SP), conhecido por ser uma zona de prostituição. O corpus é constituído por entrevistas realizadas entre 2016 e 2017 com moradoras, moradores, trabalhadoras, trabalhadores e comerciantes do bairro. Ainda, recorta enunciados da notícia Prostitutas são atendidas pela Igreja Católica (Folha de S. Paulo, 1981), e também, como um trajeto de memória para a palavra casa, principal ponto analítico deste trabalho, recorre a diferentes dicionários de Língua Portuguesa. A pesquisa inscreve-se na Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Eduardo Guimarães (2005, 2007, 2009, 2010).

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento. Entrevista. Casa.

Abstract: This work intend to comprehend how the word casa (house) signifies in the utterances of subjects that live and transit in the neighborhood Jardim Itatinga (Campinas-SP), a place famous as a prostitution zone. Interviews made between 2016 and 2017 with residents, male and female workers, and traders/shop owners in the neighborhood constitute the corpus. Furthermore, statements are selected from the news item Prostitutas são atendidas pela Igreja Católica (Prostitutes are assisted by the Catholic Church) (Folha de São Paulo, 1981); also, as a memory trajectory for the word casa (house), the main analytical point of this work, the work resorts to a group of Portuguese Dictionaries. This research is inscribed in the Event semantics (Semântica do Acontecimento), developed by Eduardo Guimarães (2005, 2007, 2009, 2010).

Keywords: Event semantics. Interviews. Casa (house).

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

** Doutoranda em Linguística – Unicamp. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7041-096X>. E-mail: miriellyferraca@gmail.com.

Resumen: Este artículo busca comprender como la palabra *casa* significa en los enunciados de sujetos que viven y circulan por el Jardim Itatinga (Campinas-SP), conocido por ser una zona de prostitución. El corpus es constituido por entrevistas realizadas entre 2016 y 2017 con hombres y mujeres residentes, trabajadores y trabajadoras y comerciantes del barrio. Todavía recorta enunciados de la noticia *Prostitutas são atendidas pela Igreja Católica* (*Prostitutas son atendidas por la Iglesia Católica*) (*Folha de S. Paulo*, 1981), y también, como un trayecto de memoria para la palabra *casa*, principal punto analítico de ese trabajo, recorre a diferentes diccionarios de Lengua Portuguesa. La investigación se inscribe en la Semántica del Acontecimiento, desarrollada por Eduardo Guimarães (2005, 2007, 2009, 2010).

Palabras clave: Semántica del Acontecimiento. Entrevista. Casa.

1 INTRODUÇÃO

Parto de uma perspectiva que considera que as palavras não possuem um sentido unívoco, que elas não são uma representação referencial e verdadeira das coisas do mundo; considero que o sentido se constitui no discurso, no movimento da língua, em condições de produção determinadas historicamente. Ancoro-me, principalmente, em Eduardo Guimarães (2005, 2007, 2009, 2010), Sheila Elias de Oliveira (2012), Eni Orlandi (2001, 2004, 2007) e José Horta Nunes (2001), teóricos que se inscrevem numa posição materialista e que consideram que a relação da linguagem com o real é histórica.

A pergunta que move este trabalho interroga o léxico no movimento discursivo urbano,¹ buscando compreender como a palavra *casa* significa nos enunciados de sujeitos que habitam e circulam por um bairro da cidade de Campinas, no interior de São Paulo, conhecido por ser uma ‘zona de prostituição’. É no Jardim Itatinga que cerca de duas mil mulheres se prostituem nas ruas ou em casas de prostituição de pequeno, médio e grande porte. O arquivo é composto por entrevistas² realizadas com moradoras, moradores, trabalhadoras, trabalhadores e comerciantes do bairro e por recortes retirados da notícia: *Prostitutas são atendidas pela Igreja Católica*, de Laerte Ziggiatti, publicada na *Folha de S. Paulo*, em 14 de julho de 1981. Ainda, busco em dicionários de Língua Portuguesa um trajeto de memória de sentidos estabilizados para *casa*, entendidos como traços históricos que possibilitam trabalhar paráfrase e polissemia. Segundo Orlandi (2001, p. 36), todo o discurso se faz nessa tensão: “é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam”. Assim, a paráfrase, colocada ao lado da estabilização, sinaliza o que se mantém; trata-se do dizível que intervém pela memória. Já a polissemia joga com o equívoco, é a ruptura dos processos de significação. Questiono, desse modo: na relação entre verbetes, notícia e entrevistas, que sentidos estabilizados para *casa* se mantêm? Que outros intervêm pelo equívoco da elipse que funcionam em *casa de prostituição* e *casa de família*?

¹ São fundamentais para esta pesquisa trabalhos desenvolvidos pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores vinculados ao LABEUB – Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp.

² Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, número do CAAE: 44813515.0.0000.5404

No Jardim Itatinga, *casa*, sem complemento explícito, funciona elípticamente e significa *casa de prostituição*; por outro lado, há moradores que não têm relação direta com a prostituição e, como forma de distinção, escrevem em seus muros e portões *casa de família* ou *residência familiar*. Considero, desse modo, a elipse como um ponto fundamental de análise, visto que no *corpus* ela possibilita o trânsito de sentidos; é por esse espaço aberto na língua que a história intervém significando a palavra *casa* em seu equívoco. Ainda, a divisão entre *casa de prostituição* e *casa de família* inscreve as relações de força e as disputas pela ocupação do espaço e pela determinação dos sentidos para o espaço e para os sujeitos que nele moram, que nele trabalham. Desse modo, busco compreender, e esse é o recorte realizado, como a palavra *casa* significa no bairro Jardim Itatinga.

2 QUE CASA É ESSA?

Neste artigo trago para a discussão trajetórias de memória para a palavra *casa*. Para isso, utilizo os dicionários *Novo Aurélio do século XXI* (1999), *Dicionário de Sinônimos*, de Rocha Pombo (2011), *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa* (Idéias afins) (1974), de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, e *Dicionário Geral de Sinônimos e locuções da Língua Portuguesa* (1960), de Agenor Costa. Interessa, com esse gesto, dar visibilidade à história de enunciações pela qual se constitui a regularidade dos sentidos de *casa*; a partir dessa rede parafrástica, meu interesse é olhar para o movimento dos sentidos, visto que pelas brechas da memória cristalizada é que intervém o equívoco da língua, como será mostrado na análise.

Ieda Maria Alves, em *Contribuição ao estudo do vocabulário da habitação: a palavra casa nos dicionários de Língua Portuguesa* (1997), tece sua análise com base na lexicologia histórica. A autora aponta que *casa* é uma alteração da forma *cas*³, registrada por Viterbo (1965-6), forma essa também presente em Bluteau (1712) e Vieira (1871). Analisando a raiz da palavra *scad* (ou *skad*) (forma latina) que deu origem a *casa*, a autora chega ao significado primeiro “abrigo, lugar protegido”. Esses sentidos de *casa* como sinônimo de *residência*, *abrigo* e como *lugar de habitação* se repetem na rede parafrástica das acepções nos dicionários de diversas épocas, e também comparecem na disputa de sentidos no bairro Jardim Itatinga, configurando pontos de estabilidade na memória da palavra.

Além de polissêmica, *casa*, segundo Alves (1997, p. 168), é “amplamente utilizada em sintagmas nominais, em que ocupa a posição inicial e principal”. As várias composições nominais formadas por *casa* e um qualificador mostram que a palavra significa, em sua polissemia, o movimento social e urbano. “A história da língua está intrincada na história da cidade”, é o que vai afirmar Nunes (2001, p. 108), em *O espaço urbano: a “rua” e o sentido público*. Nesse texto, o autor realiza uma análise histórico-discursiva de *rua* e seus derivados em dicionários de Língua Portuguesa dos séculos XVIII ao XX, constatando que ocorre um aumento significativo no número de palavras derivadas e compostas a partir do século XX: em Bluteau (1712), há três termos

³ Documento da Guarda, de 1298: “En Cas dos Frades Meores de S. Francisco da Guarda”.

relacionados à rua (*arruado, arruar, ruão*), já no último dicionário consultado, Aurélio (1975), as palavras derivadas e compostas aumentam para quatorze. Efeito na língua que vai ao encontro, segundo Nunes (2001), da consolidação da República e da intensificação do processo de urbanização nesse período. Ainda, o aumento dos termos diz respeito à modificação histórica na relação entre o público e o privado, que implicam novos modos de ocupar a rua e de circular pela cidade.

Considero, seguindo a compreensão de Nunes (2001, p. 101), que as palavras referentes ao espaço urbano dicionarizadas são indicadores de processos discursivos, visto que “prática urbana e prática linguística estão intrincadas na elaboração desses artefatos de língua”. Esse desenho citadino tecido pelos lexicógrafos interessa a este trabalho na medida em que os verbetes evocam e perpetuam uma memória sobre a cidade e, especificamente no caso deste trabalho, sobre *casa*, determinando como é definida e como é significada.

Percebe-se, a partir do trajeto de memória que segue, que em *casa* ecoam os sentidos de *residência, abrigo, lugar protegido, lugar construído para habitação*. Além disso, nota-se que (e isso é importante para a análise): a) *casa* só significa *bordel* quando acompanhada por qualificadores como *de prostituição, noturna, de tolerância*, etc.; b) *família* e *lar* aparecem em definições por sinonímia de *casa*.

Início com o *Novo Aurélio do século XXI* (1999, p. 420):

Casa. [Do lat. *casa*.] S. f. 1. Edifício (2) de um ou poucos andares, destinado, geralmente, a **habitação; morada**, vivenda, moradia, **residência**. 2. **Cada uma das divisões de uma habitação**; dependência, **quarto**, sala: *O porão tem três casas*. 3. **Lar; família**. 4. conjunto de bens e / ou negócios domésticos: *o governo da casa*. 5. **O conjunto dos membros de uma família; instituição familiar: a casa dos Andradas; A ilustre casa de Ramires** (título do romance de Eça de Queirós). 6. Local destinado a reuniões ou até à moradia de certos grupos de pessoas: *Casa do Minho, casa do estudante*. 7. **Estabelecimento, firma, empresa: casa comercial, casa bancária**. [...] **Casa de tolerância. casa onde se alugam quartos para encontros amorosos: 'antiga mulher de amor, gasta e repelida, abriu casa de tolerância, seduziu mulheres honestas'** (Lúcio de Mendonça, *Horas do bom tempo*, p. 207). [Sin.: *casa de recurso* ou apenas *recurso* (N. E.) e *rendez-vous* (fr.). Cf. *prostíbulo*] [...] **Casa noturna. Bras. Boate.** (grifos meus)

Nesse verbete, são reiterados os sentidos de *habitação, morada, residência*. Destaco a sequência de acepções 3, 4 e 5 que, no conjunto, amarram (e perpetuam) determinados sentidos para *casa*. A acepção 3 coloca em relação *lar, família* e *casa*, definindo, assim, um modo específico de a ocupar a partir de uma união institucionalizada de pessoas. Ainda que saibamos a resposta, cabe perguntar: que família é essa posta em relação com a palavra *casa*? É pela paráfrase que os sentidos de *família* e *lar* se ligam com o de *casa*, perpetuando uma relação de reciprocidade entre elas, reiterando, de certo modo, o modelo idílico familiar burguês ao amarrar *família* a *lar* e *lar* e *família* a *casa*. Essa relação familiar e o imaginário que recai sobre essa instituição ressoam no bairro Jardim Itatinga materializado nas placas *Casa de família*. Na disputa de sentidos que circulam nessas condições de produção para *casa*, o qualificador da placa busca reiterar e reivindicar o espaço da *casa* enquanto *abrigo familiar*, determinando sentidos para o que seja *família*; em contraposição, determina também o que não é uma *família*, o que

não é, então, uma *casa de família*. Em 4, comparece a relação com a propriedade privada e com o capitalismo, visto que *casa* é significada enquanto *conjunto de bens, negócios*. É esse lugar do privado que significa a *casa* na contraposição com o que é público, com o que é de todos, com os espaços de *livre* circulação. Na acepção 5, é o sobrenome familiar que nomeia a casa: *a casa dos Andradas*. O sobrenome, enquanto símbolo de prestígio social, é empregado para evidenciar o valor (moral, social, financeiro, político) da família em questão. É o sobrenome que vincula e identifica o sujeito à família, funcionando, assim, como um hiperônimo que constitui o *conjunto dos membros de uma família*. Assim, as acepções 3, 4 e 5 são colocadas em relação de correspondência com a entrada, fazendo funcionar o discurso da família burguesa, a propriedade privada e o prestígio que tal instituição ocupa socialmente. Numa outra direção, *casa* como núcleo dos sintagmas nominais *casa de tolerância* e *casa noturna* estabelece relações semânticas com *estabelecimento, firma, empresa*, palavras que abrem a acepção 7, o que coloca *casa de tolerância* e *casa noturna* numa relação direta com o trabalho e com o modo de produção capitalista, numa relação de igualdade semântica com *casa comercial* e *casa bancária*. *Casa* é significada como negócio, como empresa. Na sequência será discutido como tais sentidos intervêm no *corpus* de análise.

No *Dicionário de Sinônimos*, de Rocha Pombo (2011, p. 255), *casa de prostituição* não comparece na descrição da entrada *casa*, enquanto a acepção *lar* é posta em destaque: “471 - CASA, **morada**, vivenda, palácio, palacete, tugúrio, teto, chalé, **lar**, fogo, canto, palheiro, palhoça, choupana, casebre [...]. **Lar** - é a '**habitação** considerada como **abrigo tranquilo e seguro da família**'” (grifos meus). É importante notar que, dentre os vários sinônimos elencados para *casa* pelo dicionário, um é eleito como principal. Há uma divisão estabelecida: *lar* é colocado em destaque a partir da relação que estabelece com a entrada. O olhar sobre diferentes dicionários nos expõe ao trabalho do equívoco na língua que o dicionário tenta organizar pela relação sinonímica, mas há sempre um ponto de divisão, de diferença na pretensa igualdade dos sinônimos.

O *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa* (Idéias afins) (1974), de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, utiliza como organização dos verbetes um quadro sinóptico de categorias. Desse modo, as palavras são dispostas em colunas e “expressam as diferentes acepções, variantes e matizes de uma mesma idéia” (AZEVEDO, 1974, p. 23). Há um tema principal, e a partir dele diversas palavras são associadas. Seguindo o índice remissivo alfabético, é possível localizar a palavra *casa* como parte da entrada *Ascendência* (e, como a rede parafrástica nos indica, previsivelmente, ao lado entre parênteses está *família*):

Casa (família) – 166

166 **Ascendência, paternidade**, geração, autoria, sangue, consanguinidade, **pai**, tatá, genitor, palúrdio (gír), aba, gerador, autor dos dias de alguém, procriador, **pater-famílias, papai, progenitor, padrasto, mamãe, mãe, genetriz, mamã, madраста**, megera (dep.), primogenitor, avô, bisavô, trisavô, tetravô, bisdono, genearca, patriarca, costado, **casa, lar**, tronco, árvore, linhagem, estirpe, estema = árvore de geração = árvore genealógica, árvore de costados; linhagem, progênie, sementeira, geração, **família**, linha, etc.. (AZEVEDO, 1974, p. 64, grifos meus).

Posta numa linha de rede associativa, *casa*, sob o hiperônimo *ascendência*, segue uma ordem semântica familiar em que *paternidade*, *pai*, *procriador*, *papai*, *padrastrô*, *mamãe*, *mãe*, *madrasta*, *avô*, *bisavô*, etc. chegam à *casa* (depois a *lar* e à *família*). Ou seja, tais relações familiares de parentesco se realizam no encontro entre *família*, *lar* e *casa* e designam quem são os moradores desse local. É importante notar que nesse verbete ressoa o discurso patriarcal, visto que na família elencada pelo dicionário mulheres e homens não têm o mesmo lugar na *ascendência*; nesse sentido, tal prioridade faz reverberar certa construção de sentidos para família. Seguindo essa rede parafrástica que amarra *casa*, *família*, *lar* e, em primeiro lugar, *paternidade*, é interessante notar que no Jardim Itatinga o jogo parafrástico funciona na relação tensa com a polissemia: de um lado, em meio a paráfrase, o *dono de casa de prostituição* é chamado de *pai*, *painho* e *marido*, colocado no lugar daquele que gerencia a *boate*, ou seja, aquele que *comanda a casa*; de outro, ao lado da polissemia, há predominantemente no bairro *donas de casa de prostituição*, mulheres que gerenciam as casas e são chamadas de *mãe*, *avó*, um outro lugar para a mulher⁴. Nesse sentido, paráfrase e polissemia trabalham *casa* no Jardim Itatinga na contradição, na tensão equívoca dos dois movimentos que se marca na materialidade linguística.

No *Dicionário Geral de Sinônimos e Locuções da Língua Portuguesa* (1960), de Agenor Costa⁵, *família*, *lar*, *morada* e *residência* são elencados como sinônimos de *casa*, tal como nos dicionários anteriores, entretanto, é curioso como alguns compostos nominais que têm *casa* como núcleo também são listados pelo autor: “Casa [...] **Família**; **família nobre**; firma social; **lar**; **morada**, moradia; **residência**. *De má nota*: antro. *De mulheres públicas*: liceu. *De prostitutas*: curro. *De tolerância*: conventículo. *Dona de: ama*” (COSTA, 1960, p. 19). O efeito que se tem é que *casa de má nota*, *de mulheres públicas*, *de prostitutas* e *de tolerância* funcionam a partir de um sentido comum a *casa*. Se em outros dicionários de sinônimos *bordel* não aparece como sinônimo de *casa*, no de Agenor Costa o deslize de sentidos cria uma correspondência entre a entrada e os sinônimos para ela listados, ainda que seja materialmente marcado o qualificador, especificando o *tipo* de casa. É pela omissão do núcleo do composto e sua referência direta à entrada que esse efeito sinonímico se dá. No entanto, cabe ressaltar que a diferença gráfica marcada pelo uso do itálico materializa na língua uma diferença não dita. Assim, ainda que compartilhem um sentido comum, o itálico estabelece a diferença que intervém pela memória, significando o verbete *casa* e as acepções anteriores diferentemente.

Destaco a partir do que foi apontado que a) há uma memória que sustenta o efeito de evidência do que é uma *casa* (sem qualquer complemento) (todo mundo sabe que...), significada, portanto, como *lugar de habitação*, *morada*, *residência*, sinônimo de *lar* e *família*; que b) quando *casa* significa *casa de prostituição* a palavra *casa* vem

⁴ A partir de 1967, quando o Jardim Itatinga foi criado pelo poder público, quase todas as escrituras dos lotes estavam em nome de mulheres. Em seu início, como no bairro não havia nem nome de ruas, nem numeração nos lotes, as casas recebiam o nome das proprietárias e assim eram nomeadas: Casa da Lucía, Casa da Argentina, Casa da Cassilda, etc. (HELENE, 2015).

⁵ Segundo o autor, o dicionário reúne dezessete dicionários de língua portuguesa, condensando 109.188 artigos, informação posta em destaque que funciona sob o efeito de totalidade e de completude do dizer, como se, com esse gesto, fosse possível ser (o mais) completo e (o mais) preciso.

acompanhada de um qualificador que especifica de que casa se trata. À revelia, no movimento urbano do Jardim Itatinga, *de prostituição* funciona elipticamente. Desse modo, *casa*, sem complemento explícito na ordem da língua, significa *casa de tolerância*, *casa noturna*, *boate*, *bordel*, conforme as sequências destacadas abaixo. No entanto, quando *casa* deixa de significar *casa de tolerância* é necessário explicitar com um complemento: *casa de família*, *residência familiar*. Há, assim, em relação ao dicionário, uma inversão no sentido dominante de *casa* no bairro Jardim Itatinga.

[...] você tem **dono de casa** que pega e vai buscar 5, 6 mulheres lá no Paraná, paga as passagens delas, e aloja elas **na casa** [...]

[...] Têm umas meninas que trabalham que são fixas, **elas moram na casa**, né? [...]

[...] Aí decidi ficar e fui ficando. Aí eu primeiro fui morar **numa casa**, e aí nessa **casa** era assim: eu... eu tinha um contrato de acompanhar os clientes [...]



Figuras 1 e 2 – Jardim Itatinga

Fonte: Mirielly Ferraça.

Nos recortes destacados, *casa* é, então, empregada pelos entrevistados como referência a boate/bordel⁶. De um lado, na designação⁷ funciona uma elipse, *de prostituição*, assim como nas designações *dono de casa*⁸ [*de prostituição*], *dona de casa* [*de prostituição*]. De outro, essa elipse só funciona deste modo porque há em jogo relações de força que atuam na enunciação, por isso, na disputa pelos sentidos nessas condições de produção, não é necessário explicitar o qualificador: a palavra *casa* funciona

⁶ Na fachada das casas de prostituição é comum estar escrito *Boate*.

⁷ Designação aqui não é forma referencial. Considero o conceito de *designação* de Guimarães (2007, p. 82): “a designação é o modo pelo qual o real é significado na linguagem [...]. A partilha do real não se projeta sobre a linguagem diretamente. Ela é produzida pelo modo como a enunciação produz uma certa relação entre as palavras. O que é designado é uma construção de sentido, uma relação entre as palavras”.

⁸ Nota-se que o nome *dono de casa* [*de prostituição*] advém do feminino *dona de casa* [*de prostituição*]. Entretanto, enquanto no feminino coexistem em *dona de casa* dois sentidos diversos: aquela que cuida dos afazeres domésticos e aquela que gerencia uma casa de prostituição, para *dono de casa* há apenas um sentido possível: gerente.

na evidência de significar boate. Ou seja, as nomeações *casa* ou *casa de família* funcionam na divisão política desigual da sociedade (GUIMARÃES, 2005). É claro que esse efeito de evidência falha e a disputa de sentidos se materializa no equívoco da língua. Voltarei a este ponto. Na sequência, trabalho como tais trajetos de memória incidem sobre *casa* no movimento cidadão, considerando sempre a tensão e o jogo entre paráfrase e polissemia e as relações de força que dividem a cidade.

3 DE FAMÍLIA E DE PROSTITUIÇÃO: A CASA NO JARDIM ITATINGA

O acontecimento que a placa inscreve realiza-se no encontro de um memorável⁹: enunciações anteriores incidem na língua produzindo sentido no presente do acontecimento, projetando uma futuridade. Há uma memória que sustenta os qualificadores *familiar*, de residência, e *de família*, de casa. Ressoa nesses nomes compostos o trajeto de traços de memória presente nos verbetes destacados, em que *casa* significa *abrigo, lugar de habitação, residência, morada* e, mais do que isso, significa *lar e família*. Os processos históricos que colocam lado a lado *lar, família e casa* materializam-se em todos os verbetes dos dicionários aqui destacados. Assim, verbetes escritos por diferentes lexicógrafos, em países diferentes (Brasil e Portugal), de décadas diversas, amarram *lar e família a casa*. De fato, enquanto produções discursivas, os dicionários não estão fora do jogo político e histórico que constitui língua, sujeito, cidade e é nessa mesma rede parafrástica que os dizeres das placas se ancoram. No entanto, visto que a linguagem se assenta na tensão dos processos parafrásticos e polissêmicos, reitera-se que a urbanidade do Itatinga apaga os sentidos dominantes de *casa*, presentificados nos dicionários, e ao mesmo tempo ressignifica o que seja *lar, família, abrigo*¹⁰. No bairro, é preciso que tais sentidos para *casa* sejam lembrados, é necessário trazê-los à memória dos que habitam e circulam pelo local, visto que outros sentidos para *casa* estão em disputa.

De família ou *familiar* são postos nas placas como forma de distinção das demais *casas*; se esta na qual a placa se encontra é *de família*, as outras não são. Que *família* é essa? Ao reivindicar o qualificador *de família* para nomear a *casa*, a placa materializa o que historicamente se produz como ideal familiar e como ideal sexual feminino cisgênero, visto que parafrasticamente poderia ser pensado em mulher *de família*, moça *de família*, homem *de família*, expressões fortemente relacionadas a uma moral burguesa cristã, à honra sexual desses habitantes, seja pelo controle da vida sexual, no caso das mulheres, seja pela reiteração dos deveres masculinos para com a família. Trata-se do lugar *tranquilo e seguro*, do *abrigo* da família (burguesa), conforme reiterado pelos dicionários. Ainda, cabe lembrar o verbo *ascendência* que materializa essa memória patriarcal sobre família.

⁹ Para Guimarães (2005, p. 12), o presente e o futuro, próprios do acontecimento, funcionam a partir de um passado que os faz significar. O autor destaca que esse memorável não é “lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações”.

¹⁰ Essa ressignificação também se relaciona à resistência desses grupos.

Se, nos dicionários, as palavras não devem ser entendidas como etiquetas da realidade, tampouco isso se aplicaria aos nomes que circulam pelo Jardim Itatinga. No movimento de sentidos, *casa* não significa *apenas* boate, ela significa ambigualmente. Numa perspectiva materialista, a ambiguidade não é vista como disjunção lógica, mas como possibilidade de equívoco, lugar do real da língua: “a pesquisa linguística começaria assim a se deslocar da obsessão da ambiguidade (entendida como lógica do ‘ou...ou’) para abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc...” (PÊCHEUX, 2008, p. 50). Maria Cristina Leandro Ferreira, na tese *A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambiguidade ao equívoco* (1994), trabalha com a ambiguidade considerando-a caso-limite para se deparar com o equívoco: “ambigüidade passa de ‘um acidente’ a algo ‘inerente’ a todo discurso e que se expressa por uma indeterminação latente, cujo conhecimento e manipulação constituem-se em forma de poder.” (LEANDRO FERREIRA, 1994, p. 156). O equívoco é, desse modo, lugar onde a contradição vem se instalar, expondo a incompletude da linguagem (ELIAS DE OLIVEIRA, 2012) enquanto possibilidade de jogo, de movimento de sentidos. Considero, portanto, seguindo a perspectiva materialista, que a palavra, em sua relação ambígua e polissêmica, abre espaço para o conflito, para a contradição que a constitui.

No *corpus*, a palavra *casa* assume diversos efeitos de sentido: lar, residência; boate, bordel; empresa; prisão. Na opacidade e na contradição de seu funcionamento, a palavra deixa de ter um sentido unívoco e passa a significar o ambíguo simultaneamente, no encontro e no desencontro de significados distintos: boate, lar, empresa e, por vezes, prisão. Significados, talvez, *impossíveis* de serem atribuídos a um mesmo significante pelos dicionários, por exemplo, mas, como não se trata de uma relação unívoca, esses diferentes sentidos coexistem enunciativamente, significando pelo equívoco sujeitos e espaço. É essa *necessária incompletude das definições* – que a lexicografia tenta apagar – que faz com que uma palavra possa significar diferentemente, que possa ser significada no interior do acontecimento enunciativo a partir de uma posição que inscreve sujeito e história.

Para o *dono de casa*, *casa* é empresa:

(1)

Geralmente é o seguinte, eu respondo por mim, **na minha casa tem várias pessoas**, por exemplo, **eu tenho três funcionários, eu sou o dono, mas eu trabalho, eu faço a parte de um dos funcionários, mas tem a cozinheira**, como eu falei faz almoço pra elas, **eu tenho a gerente que cuida do balcão**, eu tô agora porque **ela** entra 6 horas, **ela** faz a comida de manhã e à noite **ela** vem trabalhar, **a gerente e a faxineira**. Então, eu trabalho dessa maneira, certo? (grifos meus).

(2)

Se você entrar em uma empresa, qual é o seu objetivo? Não é ganhar dinheiro e fazer sua vida? **Aqui é a mesma coisa se fosse uma firma, eu considero esse bairro inteiro como uma firma**, todo mundo ganha dinheiro por aqui, seja no sexo, seja... E você entendeu? (grifos meus).

Retomo o *Novo Aurélio do século XXI* (1999), em que *Estabelecimento, firma e empresa* abrem a acepção 7, e em que *casa de tolerância* e *casa noturna* são apontadas como possibilidades de sentido para a entrada. *Casa de tolerância*, desse modo, está em relação de correspondência com o trabalho e o modo de produção capitalista, sentido presente no verbete e na fala do entrevistado, proprietário de uma *casa*. Nas sequências enunciativas 1 e 2, os sentidos para *casa* funcionam na relação criada entre bordel e empresa. Para pensar nos sentidos produzidos pela sequência enunciativa 1, recorro ao conceito de *reescrituração* de Guimarães (2009, p. 53):

[...] o procedimento de reescrituração consiste em se **redizer o que já foi dito**. Ou seja, uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. **Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração)**. (grifos meus)

O processo de reescrituração coloca em funcionamento uma operação que constitui os sentidos do enunciado no acontecimento enunciativo, podendo ocorrer, segundo Guimarães (2007, p. 84), por *repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição*. No recorte destacado para a análise, a *reescrituração* funciona por *expansão enumerativa*. Assim, o enunciado inicial *várias pessoas* é reescrito trazendo sentidos para *casa* e para quem a habita. *Várias pessoas* é, então, reescrito por *três funcionários*, expressão expandida e reescrita por *dono, cozinheira, gerente, a gerente e a faxineira*. Desse modo, as relações de sentido criadas pela *reescrituração* determinam *várias pessoas*, significando-as numa relação de trabalho: trata-se do proprietário, o *dono*, e os demais, *cozinheira, gerente e faxineira*. Uma palavra reporta à outra, fazendo o enunciado significar no encontro de todas essas predicções, efeito metafórico em que *casa* metaforiza empresa e firma. A relação de trabalho que se estabelece ao enumerar essas profissões, relacionadas ao acontecimento enunciativo em que quem relata é um *dono de casa*, constrói enunciativamente o sentido empresarial para *casa*¹¹. Ao inscrever os membros dessa *casa* numa relação de trabalho, os sentidos para *casa* e para aqueles que a ocupam diferenciam-se daqueles descritos pelos dicionários, visto que agora se trata de *patrão e empregados*.

Em 2, o bordel marcado pelo dêitico de lugar *aqui* é colocado numa relação de igualdade com *firma*: *é a mesma coisa*. O *aqui* é também comparado a *firma*, mas a partir do modo subjuntivo que faz significar hipótese e possibilidade: [como] *se fosse uma firma*; então não é. De fato não é uma empresa, mas funciona como uma. *É a mesma coisa, é como se fosse, eu considero* marcam o trânsito dos sentidos que fazem *casa de prostituição* ser *firma* ao mesmo tempo que não pode ser. Apesar de as casas de prostituição funcionarem nos moldes comerciais de oferta e venda de serviços, constitucionalmente essa relação não poderia existir. Segundo os artigos 227, 228, 229 e

¹¹ Além do discurso empresarial que sustenta a relação de trabalho entre prostitutas e o dono da casa, incide também pela memória a luta histórica pela legalização da profissão, defendida pela Associação Mulheres Guerreiras de Campinas. Cito, como exemplo dessa luta, o Projeto de Lei Gabriela Leite, que, há anos, reivindica a legalização dos direitos trabalhistas das prostitutas.

230 do Código Penal¹², é crime induzir, incentivar alguém à prostituição, tirar proveito da prostituição alheia ou manter estabelecimento em que ocorra exploração sexual. Assim, constitucionalmente, *casa de prostituição* não poderia ser nomeada como uma empresa, uma *firma*; entretanto, no movimento citadino e no movimento dos sentidos, *casa* é, no Jardim Itatinga, *morada, bordel e firma*. A ilegalidade instaura o *como se*, fazendo lembrar que estes sujeitos e suas atividades estão postos à margem das relações sociais legitimadas jurídica e socialmente. É no encontro e desencontro dessas possibilidades de nomeação e de significação que a palavra *casa* se constitui, significando desse modo o espaço, os sujeitos que habitam essa *casa*, que por ela transitam, que nela trabalham.

No contraponto com as placas *casa de família e residência familiar* e na memória que atravessa as palavras *casa, família, lar e boate*, a casa de prostituição no Jardim Itatinga se constitui, encontrando-se nesse entremeio, significando e ressignificando os sentidos:

Quando a gente estava chegando, uma delas falou: “ah, o que você vai falar com meu **marido**?”. Elas chamam **você de marido** também?

(3)

N...é... elas chamam de **pai, painho**, né? É porque você sabe, a gente tem um.... carinho por elas, **é como se fosse isso aqui uma casa familiar... A minha casa, ela assim é vista como uma casa tipo familiar**, todo mundo é amigo, então todo mundo pede a ajuda de todo, então quer dizer às vezes elas tratam eu aqui como **painho**, a maioria delas. (grifos meus)

(4)

Esse risco a gente corre, **mesmo sendo uma casinha** que nem eu falo pra você **que é uma boate, mas uma boate assim social, uma boate familiar, que todo mundo se sente bem, cliente vem e se sente bem**, mas o risco não deixa de ter. (grifos meus)

Se *família* é um traço semântico definidor de *casa*, ainda que não seja a mesma *família* reivindicada na placa, na *casa [de prostituição]* os sentidos de organização familiar ecoam. O *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa* (Idéias afins) (1974), organizado por temas, coloca *casa* na entrada *ascendência*. Na rede associativa realizada pelo lexicógrafo, as figuras familiares são elencadas começando pelo masculino depois para o feminino até se chegar a *casa* e a *lar*, reiterando que o lugar da família é a *casa*, significando também que família é essa, além de perpetuar um modelo patriarcal familiar. Na sequência 3, a partir da pergunta proposta, a reescrituração é feita por substituição seguida de repetição: de *marido*, *marido* para *pai, painho, eu e painho*. É curioso como ao tomar a palavra o *dono de casa*, ao ser associado à figura do *marido*, substitui a palavra por *pai, painho*, negando com esse gesto a identificação a marido. Popularmente, a famosa figura do cafetão é nomeada como *marido*, tal como relata Gabriela Leite¹³, na

¹² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 5 mar. 2018

¹³ Foi uma prostituta e ativista social, fundadora da ONG Davida, organização que defende os direitos das prostitutas.

obra autobiográfica *Eu, mulher da vida*. Nega-se esse sentido primeiro associado à figura do cafetão e o discurso desliza para outro lugar: para uma relação paternal, na qual as prostitutas passam, então, a ser *filhas do dono de casa*. Ainda, a reescrituração realizada com o diminutivo, de *pai* para *painho*, acrescenta à substituição uma relação de proximidade e afetividade, tom inclusive reiterado na sequência: “É porque você sabe, a gente tem um... *carinho* por elas”. Na tessitura do dizer, *marido, pai, painho, esposa e filha* se imbricam com *dono de casa, gerente, proprietário* e com *prostituta, funcionária, inquilina* e, pela contradição, significam espaço e sujeito, atribuindo sentidos a *casa*. Desse modo, os efeitos de sentido para *casa* imbricam-se: *casa é firma, é lar, é boate*, como descrito e reiterado nas sequências 3 e 4.

A *reescrituração* e o direcionamento argumentativo trabalham os sentidos para *casa*. Em 4, *casinha* é reescrita por *boate*, depois por *boate assim social* e, por fim, *boate familiar*. *Mesmo sendo* e *mas* são operadores que, no enunciado, colocam em funcionamento uma ressalva argumentativa, uma relação adversativa para essa *casinha* que é *uma boate*. Desse modo, não é uma boate qualquer, é *uma boate assim social, uma boate familiar*. Assim, ao se reescrever por expansão *boate*, intervêm pela memória outros sentidos para essa *casa*, soma-se ao local de prostituição relações amigáveis e familiares; *casa* passa a significar no efeito de sentido estabelecido entre *boate* e *família*: *nessa casa todo mundo se sente bem*. *Todo mundo* é reescrito por *cliente*, ou seja, quem se sente bem na *casinha* é o cliente, é ele quem importa. Na sequência 1 *várias pessoas* reescreve os *funcionários* da *casa*; aqui, na sequência 4, *todo mundo* reescreve *cliente*, e mais uma vez *casa* passa a ser significada na relação com o discurso empresarial. É o trabalho que une essas pessoas na *casa de prostituição*.

Confinamento é uma palavra forte e presente nas entrevistas. É relatado que muitas mulheres vêm de outros estados para trabalhar nas *casas* do Jardim Itatinga¹⁴, e que algumas contraem dívidas de transporte, estadia e alimentação com os *donos e donas de casa* e, por isso, ficam confinadas até pagarem o que devem.

(5)

As meninas, por exemplo, elas ficam algumas em **cárcere**, elas têm horários para ficar nas **casas**, algumas devem para a **casa**, e a gente já tem a confiança do **dono da casa** para fazer os atendimentos aqui, porque é uma coisa rápida, elas marcam, qualquer coisa eles vêm olhar, e a identificação deles fica preservada.¹⁵ (grifos meus)

Sentidos outros habitam simultaneamente *casa*, significando espaço e sujeitos na contradição. Na opacidade da palavra, para além de *firma, bordel* e *morada*, um outro sentido se instala: *cárcere*. De moradoras a prisioneiras. É com naturalidade que uma agente de saúde relata sua rotina de trabalho no bairro: (5) “a gente já tem a confiança do dono da casa para fazer os atendimentos aqui [...]”. Naturalização de um certo tipo de habitar a *casa*, um modo de habitar recoberto pela interdição da circulação. Na sequência 5, a reescrituração de *cárcere* para *casa* ocorre por repetição e não por substituição. No Jardim Itatinga, *casa é cárcere*.

¹⁴ Sobre tráfico de mulheres: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2016/05/campinas_e_rmc/427885-homem-e-presos-por-trafico-de-mulheres-em-viracopos.html Acesso em 24 de fevereiro de 2018.

¹⁵ Agente de saúde.

Nota-se uma variedade de definições que tentam dizer o que é, então, *casa*. É nessa impossibilidade de definir (que também está presente nos dicionários, mas apagada pelo efeito de completude) nessa imbricação e na deriva de sentidos que *casa* significa no Jardim Itatinga. Ao mesmo tempo e contraditoriamente, *casa* significa *lugar de morada*, *abrigo*, *residência*, *empresa*, *local de trabalho* e, por vezes, *lar* e até *cárcere*.

Ao se determinar *casa* com *de família*, busca-se cercar o sentido, fazendo incidir uma memória burguesa sobre a palavra-núcleo. Ao contrário da determinação, a elipse abre para a incompletude da linguagem, o silêncio se instala e na brecha aberta sentidos outros podem intervir no acontecimento enunciativo. É a não-determinação causada pela elipse que possibilita o trânsito de sentidos. A elipse *desestabiliza os olhares e os sentidos* (LAGAZZI, s.d.), é uma ruptura na linearidade que abre para um excesso. Na sequência, interessa pensar no equívoco da língua como possibilidade de jogo político, histórico e ideológico a partir da elipse e sua falha.

4 O EXCESSO DA FALTA

Segundo Bechara (2002, p. 476), a elipse é a “omissão de um termo facilmente subentendido” por faltar onde normalmente aparece ou por ter sido “anteriormente enunciado ou sugerido” ou, ainda, “por ser depreendido pela situação, ou contexto”. Nessa perspectiva, a elipse significa falta e pressupõe uma intenção clara e racional de quem a emprega e um fácil reconhecimento de quem a ouve ou a lê, como se o sentido fosse unívoco e inescapável, como se o sujeito pudesse completar a “lacuna” sem margem de erro.

No texto *A elipse (falta necessária) e a incisa (acréscimo contingente): o estatuto da determinação na gramática e sua relação com a subjetividade* (2016), Claudine Haroche questiona justamente essa tradição gramatical que concebe a elipse como um procedimento de substituição, uma falta evidente ou ainda um complemento objetivo, características essas que reforçam o caráter linear da linguagem. Haroche (2016, p. 244) defende que essa falta, que funciona na elipse e nasce de uma ruptura do fio do discurso, “faz intervir algo que se encontra além, alhures” e “esse algo é também alguém, o sujeito...”.

Em um movimento semelhante, Orlandi (2007) também questiona a compreensão de *falta necessária* que a história gramatical faz da elipse. Em *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (2007, p. 47), a autora defende que o silêncio está na base dessas noções gramaticais: “o silêncio é assimétrico em relação ao dizer e a elipse é do domínio do silêncio”. A elipse é da ordem da incompletude, que instala a possibilidade de outros sentidos irromperem na ordem da língua, a depender do gesto de leitura realizado pelo sujeito, inscrito em uma posição. A incompletude, diz Orlandi (2007, p. 47), produz a possibilidade do múltiplo: “quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresentam”.

Em diálogo com a Análise de discurso, Guimarães (2010), ao considerar no acontecimento a língua posta em funcionamento pelo interdiscurso, inclui aí o silêncio, tal como compreendido por Orlandi (2007), como constitutivo da linguagem: “a relação

de contingência que consideramos diz que para significar é preciso que haja um fora. E o silêncio é o exterior absoluto da linguagem, que a faz significar. A linguagem significa, completamente, no equívoco” (GUIMARÃES, 2010, p. 88). É a presença do interdiscurso e do silêncio na enunciação que abre espaço para o equívoco. É esse lugar de “não-preenchimento” que possibilita o movimento dos sentidos e é nesse lugar que a palavra *casa* se instala. Dessa forma, para além de a elipse omitir um termo que pode ser “facilmente subentendido” ou “depreendido pela situação ou contexto” (BECHARA, 2002, p. 476), como prevê o discurso gramatical, no *corpus* ela funciona como ausência-presença; a elipse marca em sua falta um excesso, visto que o silêncio no qual ela se instala produz uma abertura equívoca para sentidos outros se instalarem e, desse modo, trabalharem a textualidade.

Em 1981, a ação da Igreja Católica no bairro Jardim Itatinga é noticiada na *Folha de S. Paulo*. Nesta ordem, aparecem as seguintes ocorrências para *casa*:

(6)

- a) Padre Chiquinho, como é conhecido, trabalhou nove anos no Paraná, em Comunidades Eclesiais de Base rurais. Está em Campinas desde 1979, estabelecendo seu campo de ação no Jardim Itatinga, **local para onde foram confinadas as casas de prostituição da cidade.**
- b) Visitas diárias, **de casa em casa**, marcaram o início de seu trabalho.
- c) O primeiro passo foi **fazer levantamento geral das casas**, do número de mulheres e problemas existentes.
- d) **Com ajuda do Instituto Santiago, padre Chiquinho alugou, no bairro, uma casa, que será utilizada, segundo escolha das prostitutas, como capela para cursos de batismo e missa**, para cursos profissionalizantes de corte, costura, crochê, bordado e para serviços de atendimento médico, psicológico e jurídico.

Logo no primeiro parágrafo (a), ao descrever o bairro Jardim Itatinga, o jornal utiliza a palavra *casa* seguida do qualificador *de prostituição*. Na sequência da notícia, o qualificador aparece elíptico, em (b) *de casa em casa* e (c) *levantamento geral das casas*, mas em (d) a elipse é barrada. É interessante marcar como *casa* em (b) e (c) funciona não só pela relação que estabelece com (a) ao recuperar, elipticamente, o sentido primeiro expresso na notícia, mas também por materializar na não explicitação do qualificador uma disputa pelos sentidos que circulam no bairro, colocando *casa* em correspondência com *bordel*, como apontado nas sequências enunciativas analisadas anteriormente. Ou seja, para além de um trabalho textual em que um elemento elíptico é simplesmente retomado, tem-se que esse elemento elíptico [*de prostituição*] funciona desse modo porque há em jogo relações sociais e políticas no espaço citadino do Jardim Itatinga em que o sentido dominante para *casa* (sem qualificador) é *bordel*. Assim, a elipse que se materializa no recorte do *corpus* não revela um vazio, ausência ou falta, mas funciona no excesso, na materialização de relações de forças que dividem a cidade.

Em (d) a elipse falha e um outro sentido para *casa* irrompe. *Casa*, usada sem complemento, ao contrário das ocorrências anteriores da notícia, comparece com um outro sentido (morada, abrigo). Há em jogo uma memória histórica que significa a evidência de casa em (d), inclusive porque o sujeito da oração é o padre Chiquinho, lugar que convoca outros sentidos para a palavra *casa*, não sendo mais significada aqui como *bordel*. Irrompe nessa quebra da elipse um sentido que intervém pela memória, no encontro do trajeto de sentidos discursivizados pelos dicionários aqui citados.

Ernst-Pereira (2009) trabalha com a noção de *estranhamento*. Para a autora, o estranho se localiza na quebra da ordem esperada, e, sob um efeito desconcertante, expõe o conflito existente entre formações discursivas. Assim, na ordem intradiscursiva, o interdiscurso “incide na cadeia significativa”, marcando, sob o efeito da imprevisibilidade, da inadequação e do “distanciamento daquilo que é esperado”, a “desordem no enunciado”. Poderíamos dizer que, ao seguir a textualidade da notícia, uma leitura possível para a sentença (d) seria completar *casa* com o complemento elíptico da sequência, o que causaria um *estranhamento*: “Com ajuda do Instituto Santiago, padre Chiquinho alugou, no bairro, uma casa [**de prostituição**][...]”. Aqui a elipse falha, falha na impossibilidade de a ordem da língua admitir que o complemento nominal de *casa*, nesse caso, seja *de prostituição*. Essa impossibilidade é estabelecida pelo interdiscurso, pela memória que se tem sobre o lugar social de padre, sobre a Igreja, sobre a prostituição e seus locais de trabalho. Assim, na falha da elipse o complemento exigido é outro, a leitura só poderia ser outra daquela construída ao longo da sequência da notícia; continuar completando *casa* com *de prostituição* instalaria o *estranhamento*. A elipse resvala, ela tropeça na memória cristalizada sobre *casa* e sobre padre. É, pois, na língua que se encontra o equívoco.

Há um sentido dominante na sociedade que preenche a elipse para *casa*, sentido reiterado na sequência pela explicativa. Dizer que a *casa* alugada *será utilizada como capela para cursos de batismo e missa, para cursos profissionalizantes de corte, costura, crochê, bordado e para serviços de atendimento médico, psicológico e jurídico* é barrar a elipse, é redizer que, de fato, esta não é uma casa de prostituição. Inclusive, não há *estranhamento* porque pela subordinada fica implícita a não realização da elipse, fica reiterado um outro sentido para *casa*. Assim, tanto a incidência da memória na língua quanto a própria sintaxe do enunciado (pela subordinada) trabalham os sentidos para *casa* e reafirmam e desencontro da elipse em (d) em relação às ocorrências anteriores.

A elipse, dessa forma, abre espaço para a incompletude, é uma entrada na sintaxe que permite o trânsito de sentidos. Trata-se do encontro do linguístico e do exterior: “a elipse é o lugar onde se encontram, inevitavelmente, o linguístico e o extralinguístico, formalismo e ideologia, língua e história.” (HAROCHE, 2016, p. 239-240).

A incidência da memória no interior da língua e a disputa pelos sentidos para *casa* também se materializam nas entrevistas; a elipse é barrada no interior do acontecimento enunciativo pelo exterior que intervém na ordem da língua. Assim, passa-se de *casas* [de prostituição] para *casa* [de família] sem a necessidade de explicitar o qualificador, mas ressalta-se que essa passagem de uma *casa* a outra não se dá de modo linear, visto que o exterior intervém com força movimentando os sentidos.

(7)

Minha vó, ela lavava roupa no Itatinga, né, lá pro.. pras... pro... **ela ia lá nas casas**, pegava a roupa, **levava pra casa dela**, lavava e depois devolvia passado, lavava e passava. E outras pessoas cuidavam de crianças, e isso era uma coisa que era bem comum lá no Maria Rosa¹⁶.
(grifos meus)

¹⁶ Morador do Maria Rosa, trabalhou no Jardim Itatinga como agente de saúde.

Há, nesta sequência, uma reescrituração por repetição em que *casas* em (a) “ela ia lá nas casas, pegava a roupa” reescreve *casa* em (b) “levava pra casa dela”. No entanto, *casas* em (a) não é a mesma *casa* de (b). Nesse trecho, o entrevistado relata que a avó lavava roupa para as casas de prostituição e que realizava o trabalho em sua própria casa. A elipse de (a) é barrada porque outra se instala: de *casas* [de prostituição] intervêm *casa* [de família]. É um memorável sobre *casa*, sobre *família*, sobre *moralidade*, sobre *trabalho* que preenche a lacuna deixada pela elipse, pela não determinação da palavra. Esse movimento elíptico trabalha com os deslizamentos de sentido, abrindo espaço para o equívoco.

Na sequência 8, a representante da associação fala sobre a relação de trabalho que ela tinha com a primeira *casa* em que morou, mencionando o acordo contratual estabelecido com o *dono de casa*, e diz que “algumas *casas* ainda funcionam da mesma maneira”.

De ter o contrato?

(8)

É... mas... mas **muitas casas, as meninas...** é... hoje **elas moram nas suas casas** e vêm todos os dias só trabalhar e vão embora... hoje, né?

Antes elas moravam **aqui** ?

Antes elas moravam mais na casa onde elas trabalhavam mesmo ¹⁷. (grifos meus)

De (a) *É... mas... mas muitas casas*, para (b) *hoje elas moram nas suas casas*, para (c) *Antes elas moravam aqui?*, para (d) *Antes elas moravam mais na casa onde elas trabalhavam*. Em (a), (c)¹⁸ e em (d), funciona elipticamente um [de prostituição], entretanto em (b) incide uma outra memória para *casa*, significando-a diferentemente das demais ocorrências. Assim como nas sequências analisadas anteriormente, não há um qualificador que determine a mudança de sentido de uma *casa* para outra, mas é a abertura da elipse, na não-determinação, que outros sentidos intervêm pelo interdiscurso, sinalizando a incompletude da linguagem. A *casa* em (b) não é mais *boate* (em que funcionam simultaneamente *local de trabalho, morada, lar*); *casa*, nessa ocorrência, se refere a um outro modo de habitar e ocupar tal espaço. Assim, muito mais que uma separação espacial, visto que essa *casa* não se localiza no Jardim Itatinga, há uma separação de sentido, uma barreira que divide *casa de família, lar, abrigo protegido, morada de casa de prostituição, bordel, empresa, cárcere*.

Trabalhar com a elipse a partir de uma perspectiva materialista da linguagem possibilitou questionar a visão gramatical segundo a qual a elipse é uma *falta necessária*, um termo oculto que pode facilmente ser preenchido ou recuperado sem margem de erro, como se os sentidos fossem evidentes, como se a língua fosse completa e linear. Foi com base em Haroche (2016), autora que considera na elipse o encontro do linguístico com o exterior; em Orlandi (2007), para quem o silêncio e a incompletude da linguagem, enquanto constitutivos, possibilitam o movimento dos sentidos; e em Guimarães (2005, 2010), autor da Semântica do Acontecimento, teoria que considera que sentido e

¹⁷ Prostituta e representante da Associação Mulheres Guerreiras.

¹⁸ O *aqui* reescreve, por substituição, *casa de prostituição*.

textualidade se constituem historicamente, sendo a memória organizada pelo presente do acontecimento, projetando uma futuridade, que foi possível deslocar a interpretação tradicional da elipse e passar a ver em sua *falta* um *excesso*. Desse modo, foi possível compreender o funcionamento da elipse e sua falha no *corpus* aqui trabalhado, considerando a falta enquanto fissura na sintaxe que abre espaço para o movimento de sentidos outros. Segundo Leandro Ferreira (1994, p. 62), “pelo viés da falta, da falha, *do* indefinido é que se dão os deslizamentos, as rupturas que fazem e desfazem sentidos. E é nesse jogo com e sobre a linguagem que tais fenômenos vêm à tona, ganhando corpo e significação”. Cidade, espaço e sujeitos se constituem na repetição da paráfrase que intervém pela memória, mas também na polissemia, no movimento, nesse trânsito de sentidos que se marca (n)a língua.

Casa aparece nem só/tão ao lado da ambiguidade e nem só/tão ao lado da polissemia, mas compreendida na diferença, na divisão material das relações sociais. Considerar a palavra em sua espessura é dar visibilidade ao funcionamento contraditório do político marcado na língua: “colocando-me no domínio das posições materialistas vou considerar o político como algo que é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem e [...] o acontecimento da enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p.15). Assim, ao considerar a palavra em movimento na cidade, disputada pelos sujeitos que falam sempre a partir de uma posição, num acontecimento enunciativo, é possível compreender o jogo político e histórico no qual ela se insere.

5 ESPAÇO, SUJEITO E SENTIDO

É preciso enfrentar as evidências da significação. Tal como concebido pelos teóricos materialistas que fundamentam este estudo, a língua não é espelho da realidade, não é transparente e não possui um sentido unívoco. É opaca e espessa. Mais do que nomear algo, na palavra está materializada a relação ideológica, histórica e política do sujeito e do social de que faz parte. Pela repetição há deslize. O que ressalto é que há movimento dos sentidos e dos sujeitos a partir da relação tensa em paráfrase e polissemia. Assim, sujeito, língua, espaço e cidade se constituem mutuamente e infinitamente, imbricados pela contradição.

Nesse percurso teórico-metodológico, a palavra *casa* foi a entrada possível para analisar sujeito, espaço e sentido. Na história de enunciações da palavra em diferentes dicionários de Língua Portuguesa foi possível vislumbrar o funcionamento da paráfrase e da polissemia ao se relacionar verbete e entrevistas. Se há repetição, tal como o funcionamento de *casa* e sua relação de correspondência com *lar* e *família*, há também ressignificações, há sentidos que escapam pelas fissuras da história, no equívoco da língua, podendo *casa* significar *bordel*, *empresa*, *cárcere* (simultaneamente, contraditoriamente).

É na falha da elipse que intervém o equívoco, o real da língua. Nós não descobrimos o real, diz Pêcheux (2008, p. 29), “a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”. A elipse foi analisada neste trabalho como excesso, como ruptura marcada na linearidade da língua que abre para a incompletude, não-preenchimento que possibilita o trânsito de sentidos. É na falha da elipse que outros sentidos intervém pela memória, pelo

interdiscurso. No movimento histórico, político e ideológico a palavra significa língua e sujeito; significa espaço e as relações entre sujeito e cidade, entre *casa* e rua, entre público e privado, em seus encontros e desencontros, em seus diálogos e contradições.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. Contribuição ao estudo do vocabulário da habitação: a palavra casa nos dicionários da Língua Portuguesa. *An. mus. paul.* [online], v. 5, n.1, p.163-172, 1997.
- AZEVEDO, F. F. dos S. *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa* (Idéias afins). Editora de Brasília, 1974.
- BECHARA, E. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. XII, 716 p.
- COSTA, A. *Dicionário geral de sinônimos e locuções da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Biblioteca Luso-brasileira LTDA, 1960.
- ERNST-PEREIRA, A. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO - SEAD, 4., Porto Alegre, 2009. *Anais do...* Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- ELIAS DE OLIVEIRA, S. Cidade e urbanidade: algumas relações entre palavras. *Web-Revista Discursividade: estudos linguísticos*, Campo Grande, n. 9, s.p., jan./maio 2012.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M.C. (Org.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas, SP: Pontes, 2007. p.77- 96.
- GUIMARÃES, E. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, jan./jun. 2009.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 4. ed. Campinas: Editora RG, 2010.
- HAROCHE, C. A elipse (falta necessária) e a incisa (acréscimo contingente): o estatuto da determinação na gramática e sua relação com a subjetividade. In: CONEIN, B. et al. *Materialidades discursivas: a espessura da linguagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- HELENE, D. *“Preta, pobre e puta”*: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. 334f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- LAGAZZI, S. Limites em movimento. In: *Escritos: percursos sociais e sentidos na cidade*. Vol. 1. Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb. Série Escritos. s.d. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos1.pdf> Acesso em: 25 jan. 2018.
- LEANDRO FERREIRA, M. C. *Da ambiguidade ao equívoco: da resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- LEITE, G. S. *Eu: mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- NUNES, J. H. O espaço urbano: a ‘rua’ e o sentido público. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001. 190 p.
- ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução E. P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.
- ROCHA POMBO, J. F. da. *Dicionário de sinônimos da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011. 526 p. (Coleção Antônio de Morais Silva; v. 10).
- ZIGGIATTI, L. Prostitutas são atendidas pela Igreja Católica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 jul. 1981.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Sheila Elias de Oliveira pela orientação da pesquisa, desenvolvida como trabalho de Qualificação de Área, na Pós-Graduação em Linguística da Unicamp.

Agradeço à equipe do Centro de Memória da Unicamp (CMU) por facilitar o acesso aos periódicos e às demais obras do acervo.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190307-9418>

**CONTINUUM DE PIADAS:
DAS NARRATIVAS PLANEJADAS
À ESPONTANEIDADE DO HUMOR
JOKES CONTINUUM:
FROM PLANNED NARRATIVES
TO THE HUMOR SPONTANEITY
CONTINUUM DE CHISTES:
DE NARRATIVAS PLANIFICADAS
HASTA LA ESPONTANEIDAD DEL HUMOR**

Ana Cristina Carmelino*

Paulo Ramos**

**Universidade Federal de São Paulo
Departamento de Letras
Guarulhos, SP, Brasil**

RECEBIDO EM: 28/11/18

APROVADO EM: 25/07/19

Resumo: *A proposta deste artigo é demonstrar que existe uma espécie de continuum de casos de piadas. Essa gradação iria de ocorrências mais narrativas e previamente conhecidas por quem as relata (casos das piadas prontas e das anedotas pessoais) a outras, menos previsíveis e próprias da interação verbal (situação das chamadas piadas conversacionais ou espontâneas). A análise é feita com base em enunciados orais, registrados em vídeos e veiculados na internet, de modo a identificar as marcas centrais das diferentes formas de apresentação da piada. O estudo ancora-se especialmente nos pressupostos teóricos de Raskin (1985), Norrick (1993), Marcuschi (2001) e Preti (2003).*

Palavras-chave: *Piada Conversacional. Piada Pronta. Continuum.*

Abstract: *The purpose of this article is to demonstrate that there is a kind of jokes continuum. This gradation would range from more narrative occurrences and previously known by those who report them (cases of canned jokes and personal anecdotes) to others, less predictable and proper to the verbal interaction (situation of conversational or spontaneous jokes). The analysis is based on oral statements, recorded in videos and broadcasted on the Internet, in order to identify the central marks of the different forms of joke presentation. The study is anchored especially in the theoretical assumptions by Raskin (1985), Norrick (1993), Marcuschi (2001) and Preti (2003).*

Keywords: *Conversational Joke. Canned Joke. Continuum.*

* Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora Associada do Departamento de Letras da Unifesp. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7576-0595>. E-mail: anacriscarmelino@gmail.com

** Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Professor Associado do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Unifesp. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5867-9920>. E-mail: contatopauloramos@gmail.com

Resumen: La propuesta de este artículo es demostrar que existe una especie de continuum de casos de chistes. Esta gradación iría de ocurrencias más narrativas y previamente conocidas por quienes las relata (casos de chistes listos y de anécdotas personales) a otras, menos previsibles y propias de la interacción verbal (situación de los llamados chistes conversacionales o espontáneos). El análisis es sobre la base de enunciados orales, registrados en vídeos y publicados en Internet, para identificar las marcas centrales de las diferentes formas de presentación de los chistes. El estudio se basa especialmente en los presupuestos teóricos de Raskin (1985), Norrick (1993), Marcuschi (2001) y Preti (2003).

Palabras-clave: Chiste Conversacional. Chiste Listo. Continuum.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem dois objetivos, unidos por um aspecto comum, as piadas. Mas, para que ambas as propostas fiquem mais claras, faz-se necessário, antes, observar uma dupla de exemplos sobre essa forma de produção humorística. Consideremos inicialmente o texto (1)¹, mostrado a seguir:

(1)

Piadeiro ... e vovô foi empregado da prefeitura de: Juazeiro... do No::rte... e lá botaram vovô no museu de Padre Cícero... e vovô não entendia nada... sete e meia chegou um casal de paulista... ele historiador e a esposa fotógrafa... aí bateu lá as coisa assim o que saiu ali que apontou pum chapéu e vovô “isso aí é de padim Padre Cí::cero” “e aquela bengala?” “é de padim Padre Cícer/” “e aquela máquina?” “é de padim Padre Cícero”... aí tinha dois esqueleto um grande e um pequeno... “e esse esqueleto aqui?” “é de padim Padre Cícero” “e esse menor aqui?” “é de Padim Padre Cícero quando era peque::no”

O texto (1) se aproxima de tantos outros que escutamos cotidianamente – e com os quais nos divertimos muito, não custa nada registrar. Eles têm a particularidade de serem histórias já ouvidas, armazenadas na memória a partir de outras conversas das quais participamos. Quem narra sabe de antemão de todos os elementos do relato e já antecipa qual será o ponto crucial que irá levar ao desfecho pretendido e que, espera-se, surpreenda seu(s) interlocutor(es), gerando o riso.

Esse excerto é uma transcrição de um trecho do filme-documentário “Piadeiros”, dirigido por Gustavo Rosa de Moura e exibido nos cinemas brasileiros nos meses finais de 2015. A proposta da produção era percorrer as cinco regiões do país e alguns municípios de Portugal para identificar em cada localidade pessoas comuns, conhecidas nas cidades onde moram por serem contadores de piadas – ou piadeiros, como indica o título da produção.

¹ PIADEIROS. Diretor: Gustavo Rosa de Moura. Produtor: Gustavo Rosa de Moura. Local: Brasil. Data: 2015. Duração: 90 minutos. Suporte: YouTube. Duração do vídeo: 39”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zENcmGkxNxY>. Acesso em: 30 out. 2018. Trecho transcrito: de 0’06” a 0’35”.

A história reproduzida aqui em (1) é uma das que compuseram o longa. Ela faz alusão a uma atração real, o Museu Vivo de Padre Cícero², criado em 1999 em Juazeiro do Norte. Foi na cidade cearense que Padre Cícero (1844-1934) se instalou. Popularmente batizado de Padim Ciço e alvo de fervorosa devoção, o pároco se tornou uma das figuras mais conhecidas da cultura nordestina.

Apenas reforçando o que já foi lido na piada: um fictício senhor de idade, empregado da Prefeitura de Juazeiro do Norte, é realocado no museu dedicado à memória de Padre Cícero. É importante salientar: o funcionário não entende nada do tema. Durante visita de um casal paulista, ele é torpedeado por perguntas sobre os objetos ali presentes. Chapéu, bengala, máquina, tudo é creditado a ter sido de Padre Cícero.

A pergunta final era sobre dois esqueletos, um grande, outro pequeno. O primeiro, como de praxe, foi associado ao próprio pároco. À questão sobre quem seria, então, o menor, surge a resposta inusitada: teria sido do mesmo padre, só que criança. Esse desfecho surpreendente é o que gera o humor da história.

Vejamos agora esta outra situação, mostrada em (2)³:

(2)

Ricardo Boechat ... a próxima pergunta é do candidato Eduardo Jorge candidato por favor...

Eduardo Jorge ... candida::ta Mari::na Sil::va... algumas ideias econômicas do PV... e ele tem... ((riso curto)) auditar a nossas dívida botar elas numa re/ numa ressonância... ela vai sair magri::nha parecida com você...

Plateia ((risos))

O texto de (2) também teve mote humorístico, tanto que provocou risos da plateia que assistia presencialmente ao debate presidencial de 2014, exibido pela TV Bandeirantes na noite do dia 26 de agosto daquele ano. Ao contrário do caso anterior, a situação engraçada surgiu durante a interação entre os então candidatos Eduardo Jorge, do Partido Verde (PV), e a concorrente Marina Silva, do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Como se depreende pela leitura da transcrição, trata-se de um momento em que os pleiteantes ao cargo presidencial fazem perguntas entre si com mediação do jornalista Ricardo Boechat. No caso em tela, Eduardo Jorge se dirigia à oponente, pessoa de estatura mediana e magra, características relevantes para elucidar o sentido humorístico provocado naquele texto oral. Isso porque, em dado momento, o candidato do PV usa o corpo dela para comparar a proposta de uma auditoria nas dívidas do país. Feito o procedimento, comparado a uma passagem por uma ressonância, como diz Jorge, o montante do que se deve ficaria magrinho, assim como Marina Silva.

² Museu Vivo de Padre Cícero. *Prefeitura de Juazeiro do Norte*. Disponível em: <http://www.juazeiro.ce.gov.br/Cidade/Museu-Vivo-de-Padre-Cicero/>. Acesso em: 30 out. 2018.

³ MARINA Silva vs. Eduardo Jorge – Debate Band 2014. Programa: Debate Band. Emissora: Band. Data: 27 ago. 2014. Suporte: YouTube. Duração do vídeo: 46”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Ef4UCqNto8>. Acesso em: 30 out. 2018. Trecho transcrito: de 0’00” a 0’17”.

A brincadeira feita pelo candidato foi compreendida como piada pelos interlocutores diretos, a plateia, que evidenciou isso com risos. Não seria equivocado supor que os espectadores indiretos, os que acompanharam a cena pela televisão, ao vivo, ou então por meio do vídeo reproduzido em páginas virtuais e em redes sociais, tenham tido reação semelhante, aspecto evidenciado pelo comentário deixado por uma das pessoas que assistiram ao vídeo, reproduzido no site YouTube – ela registrou sinais convencionados na linguagem da internet como sendo indicadores de riso (“kkkkkkkkkkkkkkkkkk”), seguidos da frase “isso é comédia pura”). Todos possivelmente fizeram a leitura de que se tratava de uma piada feita pelo candidato.

O ponto que procuramos demonstrar nesta exposição inicial é que os dois exemplos configuram casos de piada. Embora ambas se ancorem em um fragmento inesperado, elas se apresentam de maneiras distintas. Em uma, o contador sabe previamente o roteiro da história; em outra, a situação humorística é criada durante a interação verbal, sem que se tenha conhecimento de que ela fosse ocorrer. Em outros termos: elas são distintas na forma de apresentação e de estruturação, porém são semelhantes na maneira de nomeação e no uso de um elemento verbal inesperado.

Essa forma plural de construção da piada está na base do objetivo deste artigo. O tema já foi abordado em outros trabalhos, como os de Muniz (2004) e Ramos (2011), mas os pontos que se pretende discutir são outros. Como comentado, esta discussão traz duas propostas centrais, uma atrelada à outra. A primeira é entender teoricamente como seria o funcionamento humorístico de cada uma dessas ocorrências de piada, chamadas de piadas prontas e piadas conversacionais, respectivamente (cf. RASKIN, 1985), com particular interesse pelo segundo caso, comumente menos explorado que o primeiro.

A segunda proposta – onde reside o aspecto inovador e original deste artigo – é demonstrar que elas podem ser observadas em um *continuum*. Parte-se da hipótese de que essa gradação seja pautada no aspecto narrativo (planejado e ficcional, no caso das piadas prontas, e real, como visto nas anedotas pessoais de cunho humorístico, como será visto mais adiante) e espontâneo (situação das piadas conversacionais, construídas durante a interação verbal). Essas premissas serão aplicadas tanto nos exemplos lidos até aqui – (1) e (2) – quanto em um terceiro caso, extraído de telejornal, textos que irão compor o *corpus* de análise deste artigo.

2 PIADA PRONTA

Os dois textos vistos no tópico anterior deixam claro que há um uso polissêmico do termo *piada*⁴. Ela pode tanto sintetizar os casos de narrativas previamente conhecidas quanto as situações conversacionais em que surge um chiste humorístico. Para distinguir

⁴ Este texto não pretende discutir a questão de gênero, ou seja, se os dois tipos de piadas constituem gêneros distintos. Convém, no entanto, explicitar que a piada tende a ser caracterizada como um texto narrativo de humor, que traz como traços a brevidade e o final inesperado. Esses são os ingredientes mais comumente destacados por alguns estudiosos do assunto quando buscam definir esse tipo de produção textual, caso dos trabalhos de Gil (1991), Possenti (1998, 2010), Muniz (2004), Ramos (2011) e Travaglia (2015). Carmelino (2014, 2015) acrescenta que, além de narrativo, o texto pode apresentar-se também como dialogal.

uma situação da outra, cunhou-se a expressão *piada pronta* para o primeiro exemplo e *piada conversacional* para o segundo. Conforme Raskin (1985), que recupera essas expressões, a proposta de nomenclatura havia sido utilizada inicialmente pelo professor de psicologia William F. Fry⁵, um dos primeiros a defender o humor como uma área de estudos científicos.

No caso específico das piadas prontas, elas foram o alvo de estudo de Raskin (1985), que tinha a preocupação de atribuir um olhar linguístico a textos assim. Ancorado na Pragmática e, principalmente, na Semântica, o pesquisador desenvolveu um modelo próprio para a análise dessas produções verbais. Segundo ele, as piadas obedeceriam a duas condições gerais:

- a) conter dois *scripts* compatíveis, seja de forma parcial ou não;
- b) haver oposição entre os *scripts* apresentados.

Percebe-se que o conceito de *script* é elemento nevrálgico para o autor. Isso fica explicitado, inclusive, no título de seu modelo de análise, batizado de Teoria Semântica do Humor Baseada no *Script*⁶. Raskin (1985) define o conceito como sendo uma estrutura cognitiva que os falantes de determinada língua possuem e que sintetiza um conhecimento do mundo, de ordem pessoal ou social.

Se o modelo teórico for aplicado à história ambientada no museu de Padre Cícero, vista anteriormente em (1), teríamos um *script* inicial relacionado à visita guiada ao museu ou a uma determinada localidade turística qualquer. Nesse cenário, é comum os visitantes tirarem dúvidas com o(s) funcionário(s) presente(s) que, ao menos em tese, teria(m) domínio do conteúdo ali exposto.

A esse *script*, sobrepõe-se outro ao final, o de alguém que tenta enganar determinada(s) pessoa(s) por desconhecer dado assunto e que é popularmente conhecido como “enrolador”. Isso é explicitado pela resposta absurda dada pelo “vovô”: haver dois esqueletos de uma mesma pessoa (Padre Cícero adulto e criança, no caso)⁷.

Ainda de acordo com Raskin (1985), aliado ao conceito de *script*, haveria outro mecanismo presente na piada, chamado de gatilho (*trigger*). Seria um elemento linguístico, explícito ou implícito, que revelaria o segundo *script*, até então camuflado, e que apresentaria ao(s) ouvinte(s) a situação oposta, inverossímil, inesperada. O inusitado é que conduziria ao sentido humorístico, gerado por ambiguidade ou por contradição em relação ao conteúdo da narrativa apresentado até aquele ponto.

No exemplo com o qual estamos trabalhando, o gatilho fica presente na resposta dada pelo personagem “vovô”, alegando ser o esqueleto menor de Padre Cícero quando pequeno. O enunciado leva à revelação de que há, no relato, a presença dos dois *scripts* distintos e, por isso, incompatíveis. O contraste existente entre ambos é o que levaria à situação inusitada que revela o sentido humorístico.

⁵ A referência de Raskin é à obra *Sweet madness: a study of humor*, de Fry, publicada em 1963.

⁶ *Script-Based Semantic Theory of Humor*, no original.

⁷ O exemplo citado também poderia se enquadrar no que Travaglia (1989, p. 58) classifica como *script* do absurdo, já que “se contraria o senso comum, o conhecimento comum estabelecido, a razão, escapando a regras ou condições determinadas”.

A forma de análise pensada por Raskin (1985) ajuda a explicar casos como esse, de piadas prontas. Mas não o segundo, o das conversacionais. Ou, ao menos, não por completo. Essa limitação foi um dos motivos que levaram a uma revisão e a um redimensionamento do modelo da Teoria Semântica do Humor Baseada no *Script*. As alterações ocorreram seis anos depois da primeira versão, em artigo escrito por Raskin em parceria com Attardo (1991).

O modelo revisto foi chamado pelos autores de Teoria Geral do Humor Verbal⁸ e trazia como proposta ser mais amplo que o anterior. Os dois pesquisadores propuseram o cumprimento, de forma parcial ou completa, de seis parâmetros, que se fariam presentes em qualquer texto humorístico: língua; estratégia narrativa associada ao gênero ao qual a produção pertence; presença de um alvo da situação humorística; situação onde é produzido; mecanismo lógico que conduza ao sentido de humor; *scripts* opostos.

O que muda é não restringir toda a estratégia da produção do humor à oposição dos *scripts*. Estes ainda se fazem presentes, mas como um dos elementos a considerar. Esse roteiro de parâmetros poderia ser aplicado sem problemas ao caso da piada sobre o museu de Padre Cícero – texto (1):

- a) o texto foi produzido em língua portuguesa, compartilhada por falantes brasileiros e portugueses;
- b) tem como estratégia narrativa a revelação de uma situação inesperada no final, item próprio a piadas prontas;
- c) o alvo, no caso, é a inabilidade de um senhor de idade em expor itens de um acervo que não domina;
- d) relato apresentado em um filme sobre contadores de piada, estabelecendo interlocutores propícios para escutar tais histórias;
- e) há o mecanismo linguístico de apresentar um gatilho que revela os dois *scripts*;
- f) presença em si da dupla de *scripts* incompatíveis.

Por se propor a ser mais amplo, esse segundo modelo teórico teria também a incumbência de dar respostas teórico-metodológicas para casos de piadas conversacionais, como a do debate presidencial apresentado em (2). Aplicando o mesmo roteiro de análise sugerido por Attardo e Raskin (1991) ao exemplo do debate eleitoral – texto (2), também integrante do *corpus* de análise –, teríamos:

- a) texto produzido em português, língua compartilhada pelos interlocutores do debate e pelos demais participantes dele (mediador, plateia presente ao evento, espectadores);
- b) estratégia narrativa se calca na presença de uma fala inesperada, explicitada em uma situação (debate eleitoral) em que não há a expectativa de um chiste; observe-se que não é algo comum ao gênero em questão;
- c) candidata Marina Silva se torna alvo do chiste, ao ter a magreza comparada ao resultado da proposta de auditoria das dívidas;
- d) debate eleitoral, situação em que não se esperam falas chistosas;

⁸ *General Theory of Verbal Humor*, no original.

- e) não é evidente a presença de dois *scripts*; entende-se que haja apenas um, o do debate eleitoral, em que é utilizado um chiste em uma das falas;
- f) não haveria *scripts* opostos.

Cabe reiterar que o novo modelo de Attardo e Raskin (1991) não se obriga a que todos os parâmetros sejam cumpridos completamente. Apesar da ressalva, o exemplo ajuda a demonstrar que se trata de uma aplicação bastante pertinente para piadas prontas, que são tendencialmente narrativas e planejadas, mas não necessariamente para conversacionais, como fica evidenciado com o exemplo do debate eleitoral. Para situações como essa, há a necessidade de um outro olhar teórico para explicar a contento seu funcionamento humorístico.

3 PIADA CONVERSACIONAL

Até este ponto, parece ter ficado claro que o termo *piada* é polissêmico e que a classificação entre as prontas e as conversacionais revela serem distintas as formas de produção do humor nos textos. Restaria entender teoricamente, como já dito, como seria o funcionamento das conversacionais e de que modo se daria o processamento textual que levaria ao sentido humorístico, um dos dois objetivos deste texto.

Norrick (1993) ajuda a dar algumas respostas. O autor tem estudo específico sobre piadas conversacionais. A análise se baseou em *corpus* formado por gravações de situações informais e cotidianas de fala, como a de dois casais de amigos conversando na cozinha após um jantar. O pesquisador destaca que os áudios não tinham como finalidade inicial a investigação das piadas espontâneas, forma sinônima como ele se refere a elas. Mas havia ali casos suficientes para abordar também essas ocorrências.

O recorte de análise adotado, destaca Norrick (1993), tem o mérito de ser um registro concreto de falas do modo como efetivamente ocorreram, em situações pessoais de difícil captação. Ele divide a ocorrência das piadas conversacionais em três níveis de análise: 1) organização na conversação; 2) dimensão interpessoal; 3) função metalingual (e não metalinguística, para fugir da análise estrita do código e destacar o que é visto como risível entre os falantes). Vejamos o trio de níveis, um a um.

Os vários estudos de Sachs, Schegloff e Jefferson (1974, entre outros) sobre conversação serviram de base para muitas das observações feitas por Norrick (1993) a respeito da organização da piada espontânea. Os autores serviram de alicerce para o modo como a Análise da Conversação se consolidou a partir da década de 1970, inclusive no Brasil. São creditados aos estudos deles o modo como se desenvolveram os conceitos de turno, pares adjacentes e as estratégias de tomada de turno e de correção (MARCUSCHI, 2001).

Especificamente sobre a questão do par adjacente, entendido como “uma sequência de dois turnos que coocorrem e servem para a organização local da conversação” (MARCUSCHI, 2001, p. 35), como a pergunta e a resposta, Norrick (1993) delega a estudo de Schegloff a presença do par em algumas das situações humorísticas vistas na conversação. Nos casos em que a piada é vista em uma troca simples de turnos entre

falantes, o primeiro trecho funciona como o cerne da ocorrência engraçada, chamado, assim, de primeira piada (*joke-first*). A segunda parte completa a ideia iniciada.

Um caso assim, bastante comumente ouvido em festas familiares brasileiras, é a sequência: “Alguém quer pavê?”; “Mas é ‘pa vê’ ou ‘pa comê’?”. A graça está na proximidade entre a pronúncia das sílabas que compõem a palavra “pavê” com a redução da preposição “para” (“pa”) e do final do verbo “ver” (“vê”), que, no caso, gera ambiguidade: “pavê” pode ser lida como o doce (que seria reforçado pela forma “pá comê”) ou a ação de “ver” (“olhar”). O turno inicial seria a primeira piada do par adjacente. O seguinte evidenciaria o sentido humorístico.

O riso suscitado, segundo Norrick (1993), não estaria vinculado ao par, mas seria uma consequência, uma resposta apropriada a ele – ou não, no caso de a piada não ser entendida, algo que o silêncio muitas vezes ajuda a evidenciar. De todo modo, o riso serviria como um marcador discursivo do fim do tópico de determinados trechos humorísticos.

O par adjacente, evidentemente, seria uma das possíveis ocorrências. O humor poderia estar contido também em frases jocosas, como “e falando no diabo, eis que ele aparece”, em exemplo dado pelo próprio Norrick (1993, p. 26). Em outras situações, no entanto, o trecho humorístico é perceptivelmente maior e pode ocorrer em diferentes momentos da fala, com distintas funções na organização da conversação. Segundo o autor:

Piadas espontâneas, claro, também ocorrem em pontos cruciais da fala: para quebrar o gelo nos inícios e nas boas-vindas a novos participantes, para encerrar um antigo tópico e introduzir um novo, ou para acalmar a conversa e se despedir. (NORRICK, 1993, p. 27, tradução nossa⁹)

As piadas espontâneas podem aparecer, portanto, em quaisquer trechos da conversação e tenderiam a compor um tópico próprio – ou, como registra Norrick (1993), levar à mudança de tópico. Ainda segundo o autor, muitas delas se mostram agressivas, por meio do uso de trocadilhos, jogos de palavras ou sarcasmo para usar algum aspecto do interlocutor – ou de outro – como alvo da exposição cômica.

A expressão usada por Norrick (1993) para o segundo nível de análise da piada conversacional, a dimensão interpessoal, é tomada de empréstimo de Halliday (2004). Para este autor, a língua poderia ser dividida em três metafunções: 1) ideacional, que teria como foco a maneira como as experiências humanas são refletidas em palavras; 2) interpessoal, que se preocupa com a interação entre as pessoas; 3) textual, com interesse em aspectos estruturantes do texto, como a coesão.

Norrick (1993) entende que diferentes formas de piada podem ser construídas no contato interpessoal. Ele cita especificamente as anedotas pessoais, os jogos de palavras (como os trocadilhos, a hipérbole e a alusão), a zombaria e o sarcasmo. É relevante observar que a proximidade entre os falantes parece autorizar um uso maior de

⁹ “Spontaneous joking, of course, also occurs at crucial points in conversation: to break the ice in openings and in welcoming new participants, to close down an old topic and move into a new one, or to wind down the conversation and take leave.”

ocorrências de humor e até de depreciação em relação ao interlocutor. O histórico de contatos anteriores (baseados no uso do humor) também é um fator decisivo para isso. Segundo o autor,

alguns amigos e colegas desenvolvem o que eu tenho chamado de relação de brincadeiras habituais, onde a brincadeira rotineiramente toma a forma de ataque verbal, competição de jogos de palavras, provocações a assim por diante. (NORRICK, 1993, p. 44, tradução nossa¹⁰).

No caso das anedotas pessoais, merece menção que elas se aproximam do modo de contar uma piada pronta: trata-se de uma narrativa, da qual a pessoa tem conhecimento prévio, com a presença de uma situação jocosa. Seria um relato semelhante a este, vivenciado por um dos autores deste texto:

(3)

Outro dia, estava dando aula para uma turma do primeiro ano de Letras quando um aluno levantou a mão. Eu esperava uma pergunta sobre o tema da aula. Foi quando ele me surpreendeu: “Professor, é comum ter latas de lixo com o nome do curso?”. “Não”, respondi. “Por quê?”. “Porque a lata de lixo aí da frente da sala tem um selo escrito Letras.” O pior é que tinha mesmo. E o cesto estava cheio de papel e de embalagens de suco e de bolachas. Foi uma risada só.

A distinção entre a piada pronta e a anedota pessoal, como se vê, seria que o conteúdo desta é baseado em uma situação real – e não ficcional –, vivida por quem a relata e desconhecida pelo(s) ouvinte(s). Do ponto de vista de preservação da face do falante, esta muitas vezes é posta em risco, já que histórias assim costumam revelar momentos embaraçosos ou de inaptidão – seriam, enfim, exposições sobre os próprios erros.

Outro diferencial apontado por Norrick (1993) é que, em situações assim, ele registrou presença de risadas em momentos anteriores ao desfecho do relato. A leitura que faz é que as anedotas, diferentemente das piadas prontas, tem uma presença mais ativa do(s) interlocutor(es), o que fica manifestado na estrutura da troca de turnos (o ouvinte não aguarda passivamente o desfecho cômico, mas tende a coparticipar da exposição dele). Com base nessas marcas, o pesquisador sintetiza desta forma a produção da anedota pessoal:

O falante estabelece a trama básica ou o tema da narrativa, então conta (e recicla) a história, dramatizando o diálogo e enfatizando aspectos diferentes a cada vez. A participação da audiência pode suceder a qualquer momento depois da declaração inicial da trama ou do tema. Normalmente começa com risada, mas, uma vez que os ouvintes puderam rir, eles fornecem comentários livremente e inventam diálogos deles próprios. (NORRICK, 1993, p. 51, tradução nossa¹¹)

¹⁰ “[...] some friends and colleagues develop what I have been calling a customary joking relationship, where joking routinely takes the form of verbal attack, competitive wordplay, teasing, and so on.”

¹¹ “The teller states the basic plot or theme of the narrative, then tells (and recycles) the story, dramatizing dialogue and stressing different aspects each time. Audience participation can ensue any time after the

O trecho de Norrick (1993) já deixa claro que se trata de um processo colaborativo entre falante e ouvinte(s), algo, aliás, próprio da interação oral. Haveria casos em que a cooperação é ainda mais acentuada. Seriam situações em que a narrativa humorística é produzida em conjunto entre os pares. Um determinado trecho é alvo de algum comentário jocoso ou irônico e os participantes da conversação passam a brincar verbalmente com aquilo.

O terceiro nível de análise de Norrick (1993), o da função metalingual, está preocupado em observar o que aquele grupo de falantes vai entender – e aceitar – como passível de riso. O foco da brincadeira verbal pode tanto ser um elemento interno ao grupo quanto externo, situação que se torna uma forma de teste prático dos conhecimentos prévios dos participantes daquela interação. Em qualquer dos caminhos, interno ou externo, percebe-se um diálogo muito estreito entre o conteúdo abordado e o fato de ser – ou não – socialmente compartilhado.

Embora percorram caminhos distintos, os três níveis propostos pelo autor não são excludentes. Na prática, somam-se à meta de dar luzes ao modo de funcionamento verbal das piadas conversacionais. Fica evidenciado que se trata de casos plurais, tanto no tamanho quanto na forma de apresentação – uma anedota pessoal, por exemplo, é distinta de uma brincadeira espontânea.

Articulando essa discussão à apresentada anteriormente por Raskin (1985), partimos da hipótese, como já comentado, de que existe uma espécie de *continuum* de casos de piadas, indo de ocorrências mais narrativas e previamente conhecidas por quem as relata (as piadas prontas e as anedotas pessoais) a outras, menos previsíveis, próprias da interação. É a esse segundo grupo que se aproximam as piadas conversacionais, fenômenos linguísticos orais, presentes na interação conversacional e nela surgidos, em geral de situações verbais imprevistas.

4 PIADAS CONVERSACIONAIS EM ANÁLISE: ESPONTANEIDADE E HUMOR

Pode-se dizer que a piada conversacional é fartamente percebida em conversas cotidianas. Sua presença, no entanto, contrasta com a captação dela. Inesperada, é difícil saber quando será utilizada na conversação. Informal, ela é comum a situações de fala bastante corriqueiras, do dia a dia, em que, uma vez mais, torna-se difícil seu registro para eventual análise. Uma saída para análise delas é a apropriação de piadas conversacionais produzidas em cenas arquivadas pela mídia e por ela (re)produzidas.

Entendemos que determinados momentos da atividade jornalística contemporânea têm se valido da reprodução de situações informais de fala para criar junto ao espectador/ouvinte um efeito de proximidade. Um dos recursos seria justamente o emprego de piadas conversacionais.

Percebe-se nitidamente tal tendência em produções jornalísticas veiculadas por emissoras de rádio e TV. Será desta última o exemplo a ser analisado a seguir e que,

initial statement of the plot or theme. It usually begins with laughter, but once the listeners have laughed, they freely offer comments and invent dialogue of their own.”

somado aos textos (1) e (2), constitui o *corpus* deste artigo. O caso selecionado – que é do telejornal *Bom Dia Brasil*, programa exibido diariamente pela TV Globo no começo da manhã – foi ao ar no dia 14 de maio de 2015. Tratava-se da última reportagem mostrada naquela edição.

A matéria vinha de Recife e apresentava uma mãe que deu à luz a filha na calçada, enquanto esperava por um táxi. A mulher foi entrevistada no leito do hospital. Ela disse à reportagem que não desconfiava da gravidez e que não havia percebido a barriga crescer. “Minha barriga é assim, porque eu sou gordinha mesmo”, afirmou à jornalista que a ouvia. Ela também informou não ter tido enjoos durante a gestação de seu décimo terceiro filho.

A curiosidade que pautou a reportagem era o fato de ela ter dado à luz na calçada. Mas foi a não percepção de estar grávida o foco dos comentários dos jornalistas do estúdio ao final da reportagem, possivelmente motivados pela última fala da entrevistada: “O pai também não acreditou, ele ficou doidinho”.

Estavam no estúdio, em pé, os dois apresentadores do telejornal, Ana Paula Araújo e Chico Pinheiro, e seus interlocutores em São Paulo, Brasília e Londres, respectivamente Rodrigo Bocardi, Giuliana Morrone e Renato Machado. Estes eram mostrados em um telão. Em dado momento, todos riem. O motivo do humor foi um comentário feito pelo jornalista Rodrigo Bocardi a respeito da reportagem exibida há pouco no telejornal. À provocação do apresentador Chico Pinheiro sobre o susto que o marido daquela mulher deve ter tido ao saber do nascimento do décimo terceiro filho, Bocardi respondeu, em tom de brincadeira, que estaria com medo de ele mesmo estar grávido.

Foi a piada conversacional que motivou o riso dos colegas. Tudo isso ao vivo, não custa registrar, já que o telejornal era exibido em tempo real para todo o país. Vejamos na transcrição a seguir como se deu esse diálogo no exemplo (4)¹²:

(4)

Linha	Participante	Texto transcrito
1	Ana Paula Araújo	((riso curto)) mas que li::nda a nenenzinha...
	Chico Pinheiro	é pra ficar doidinho e me::io né?
		[
	Ana Paula Araújo	((risos))
5	Ana Paula Araújo	doidinho ((risos)) não doidinho TREze vezes agora são TRE::ze filhos né?
	Chico Pinheiro	(agora) imagina o pai... bom

¹² BOCARDI Piada Bom Dia Brasil. Programa: Bom Dia Brasil. Emissora: TV Globo. Data: 14 mai. 2015. Suporte: YouTube. Duração do vídeo: 2’58”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zOteQ1ac6_U. Acesso em: 30 out. 2018. Trecho transcrito: de 1’36” a 2’14”.

- [
- 10 Ana Paula Araújo imagina o susto ((risos))
- Chico Pinheiro acabou o “Bom Dia Brasi:l”... amanhã a gente tá de volta né? Rodrigo Bocardi já pensou que susto?
- Ana Paula Araújo nossa sem saber hein? ((risos))
- [
- 15 Rodrigo Bocardi ô nem me fala... eita de repente uma surpresa assim ai ai ai...
- Ana Paula Araújo ((risos))
- Rodrigo Bocardi tô com medo de eu estar grávido... sem perceber... (...)((risos))
- Ana Paula Araújo ((risos))...
- 20 Chico Pinheiro pois é...
- Ana Paula Araújo ((risos)) vai vai vai vai num médico Rodrigo...((Giuliana Morrone é vista gargalhando no telão))
- Rodrigo Bocardi (não tem a menor condi/)
- 25 Chico Pinheiro a Giuliana tá aqui morrendo de rir aqui ó...
- [
- Ana Paula Araújo e ((risos))
- Rodrigo Bocardi
- Rodrigo Bocardi ((risos))... vamos lá vai é o seguinte tem coisa séria pra falar não não deixa pra lá pessoal até amanhã tá bom ()
- 30 Giuliana Morrone ((risos))

Percebe-se que havia uma clara tentativa da dupla de apresentadores em dar um tom mais informal à conversa com os demais jornalistas. Isso fica evidente ao observarmos os trechos indicados pelos números de um a seis. Foram temas do diálogo o ar gracioso da criança (linha um) e o susto que o pai deve ter tido ao saber do nascimento do décimo terceiro filho (linhas dois a nove).

É sobre os comentários a respeito da suposta reação do pai que surge a primeira piada conversacional, presente logo no início do diálogo. No segundo turno (linhas dois e três), Chico Pinheiro comenta que o nascimento inesperado seria algo para “ficar doidinho”, expressão que sugere a presença de alguma dificuldade ou contratempo por conta de uma situação inesperada.

A expressão provoca risos na apresentadora, que passa a trabalhar de forma colaborativa com a primeira piada conversacional criada. Ela afirma que o marido não ficaria apenas doidinho, mas “doidinho treze vezes”, posto que o casal já havia tido outros doze filhos. Nas linhas dez e onze, Chico Pinheiro se vale desse diálogo inicial para introduzir a fala final de Rodrigo Bocardi – no encerramento do telejornal, há os destaques finais dos jornalistas mostrados no telão, cada um expondo fatos da região de onde fala(m).

Pinheiro pontuava ao colega se ele não concordava ser motivo de susto aquela situação exposta na reportagem. Surge nesse ponto, como lido nas linhas 17 e 18, a afirmação que levou a outra piada conversacional. Bocardi fala que estaria, ele mesmo, com medo de estar grávido, e sem saber disso. Dado que levou os colegas, e ele próprio, a rirem uma vez mais.

O riso foi gerado, novamente, por uma fala inesperada, vista agora em um trecho mais adiantado do diálogo. O inusitado seria o jornalista, um homem, aventar, em tom de brincadeira, a possibilidade de estar esperando um filho. O conhecimento de mundo atesta ser impossível tal cenário, o que leva ao humor.

Pautando-nos no que descreveu Norrick (1993), vê-se que se trata de situações construídas durante a conversação (próprias à dimensão interpessoal), ambas inesperadas e presentes em diferentes momentos da interação verbal. Elas evidenciam ainda uma proximidade entre os falantes, ainda que se trate de um telejornal. O recurso, como comentado anteriormente, é resultado de uma estratégia de dar maior informalidade ao contato entre os jornalistas, de modo a aproximá-los do espectador.

Não só os jornalistas que vivenciaram a cena enquadraram aquela situação como sendo uma piada. Os espectadores também. O que autoriza essa leitura é o título dado ao vídeo inserido no site YouTube sobre esse trecho do telejornal. A pessoa que colocou o conteúdo na página virtual intitulou o caso como “Bocardi Piada Bom Dia Brasil”. Ou seja: o jornalista teria feito uma piada durante a exibição do noticiário matinal. Piada conversacional, poderíamos acrescentar, aquela que se afasta das narrativas planejadas (caso das piadas prontas e das anedotas pessoais), já que consistem em fenômenos linguísticos orais, presentes na interação conversacional e nela surgidos, em geral de situações verbais imprevistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta exposição com duas piadas (piada pronta e piada conversacional – terminologias recuperadas por Raskin), para mostrar que a leitura delas nos faz perceber que se trata de fenômenos com características distintas. Com base nisso, nosso foco foi abordar os casos de piadas surgidas na conversação, a fim de descrever e entender o funcionamento desse tipo de produção oral, bem como de verificar de que modo se dá o processamento textual que leva ao sentido humorístico.

Como exposto, consideramos a existência de um *continuum* entre os dois tipos de piadas, indo de uma situação mais narrativa a outra mais ancorada na conversação. No primeiro grupo, o narrativo, figurariam as piadas prontas e as anedotas pessoais. Estas se distinguiriam daquelas por se pautarem em relatos pessoais e supostamente reais, apesar de haver tendência de certa dose de exagero em determinados momentos da exposição. O interlocutor também é elemento presente no processo de condução da história.

As piadas prontas, por outro lado, mostram-se mais ancoradas em situações fictícias. Os dois casos (de anedota e piada pronta), no entanto, têm como elementos comuns o uso de narrativas e de apropriação de uma situação inesperada como parte relevante da trama – é nela, na surpresa, no inusitado, que se revela o sentido humorístico do texto.

No outro extremo do *continuum*, estariam as piadas conversacionais. Como dito, elas se baseiam em situações inesperadas surgidas durante a interação entre os falantes. Se as piadas prontas e as anedotas pessoais são *contadas* (trata-se de um relato sobre algo ocorrido e trazido em tela em um momento de fala), as conversacionais são *feitas* (improvisadas) no momento da fala (enunciação). As expressões “contar uma piada” e “fazer uma piada” talvez possam evidenciar as ações que distinguem os tipos de piadas em questão.

Nem todas as piadas conversacionais ou espontâneas conseguem ser explicadas pelo modelo teórico-analítico pensado por Raskin e Attardo. Norrick ajuda a lançar algumas luzes sobre o tema, clareando o modo como se processam na conversação. Para o autor, elas se constroem no contato entre as pessoas (dimensão interpessoal), em diferentes momentos e situações da fala (organização da conversação), podendo ser construídas por apenas um falante ou em coautoria com o(s) interlocutor(es).

Norrick destaca também que o nível de familiaridade entre as pessoas que participam da conversação e o histórico existente entre elas (de uso regular de piadas) são elementos que ajudam a fomentar tais ocorrências (função metalingual). Em muitas delas, ressalta o pesquisador, chega-se a situações que ficam no limite da ofensa ou do sarcasmo. Uma vez mais, a proximidade e a informação de outros eventos semelhantes entre os envolvidos autorizariam a apropriação desses processos, mesmo que excessivamente jocosos, não raras vezes sobre os próprios falantes. Essas seriam algumas das marcas que trariam regularidade às piadas conversacionais.

A reflexão sobre as piadas conversacionais nos permite dizer que elas são criadas e empregadas pelos falantes em situações conversacionais espontâneas e informais, sejam elas realizadas em ambiente pessoal (em casa, em reunião de amigos etc.) ou público (como os telejornais analisados ajudaram a evidenciar). Além de divertir e de mostrar uma situação inusitada, elas teriam também como função a busca em se aproximar do ouvinte/telespectador. Nesse sentido, podemos considerar que esta exposição procura não apenas sistematizar, mas também avançar a discussão sobre tais produções.

REFERÊNCIAS

- ATTARDO, S.; RASKIN, V. Script theory revis(it)ed: joke similarity and joke representation model. *Humor: International Journal of Humor Research*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, vol. 4-3/4, p. 293-347, 1991.
- CARMELINO, A. C. Estereótipos do brasileiro em piadas. *Intersecções* (Jundiaí), 13. ed., n. 3, ano 7, p. 98-112, 2014. Disponível em: http://www.portal.anchieta.br/revistas-e-livros/intersecoes/pdf/intersecoes_ano_7_numero_3.pdf. Acesso em: 15 dez. 2017.
- CARMELINO, A. C. Piada de brasileiro: para além da representação regional. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 44, p. 928-941, 2015. Disponível em: <http://revistadogel.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1026/607>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- GIL, C. M. C. *A linguagem da surpresa: uma proposta para o estudo da piada*. 1991. 220 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to Functional Grammar*. 3. ed. London: Hodder Arnold, 2004.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. 5. ed. 3. reimpr. São Paulo: Ática, 2001.
- MUNIZ, K. S. *Piadas: conceituação, constituição e práticas – um estudo do gênero*. 149f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2004.
- NORRICK, N. R. *Conversational joking*. Indianapolis: Indiana University Press, 1993.
- POSSENTI, S. *Os humores da língua*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- POSSENTI, S. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.
- PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. 7. ed. São Paulo: Humanitas, 2010. (Série Projetos Paralelos, v. 1).
- RAMOS, P. *Faces do humor: uma aproximação entre piadas e tiras*. Campinas, SP: Zarabatana Books, 2011.
- RASKIN, V. *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1985.
- SACHS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A simplest systematic for the organization of turn talking for conversation. *Language*, v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974.
- TRAVAGLIA, L. C. O que é engraçado? Categorias do risível e humor brasileiro na televisão. *Estudos Linguísticos e Literários*, v. 5 e 6, p. 42-79, 1989.
- TRAVAGLIA, L. C. Texto humorístico: o tipo e seus gêneros. In: CARMELINO, A. C. (Org.). *Humor: eis a questão*. São Paulo: Cortez, 2015. p. 49-90.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190308-0619>

**SISTEMATICIDADE NA ORGANIZAÇÃO INTERNA
DE SEGMENTOS TÓPICOS MÍNIMOS EM EDITORIAIS
DE JORNAIS PAULISTAS DO SÉCULO XXI
SYSTEMATICITY IN INTERNAL ORGANIZATION OF
MINIMAL TOPIC SEGMENTS IN NEWSPAPERS EDITORIALS
OF THE STATE OF SÃO PAULO IN 21ST CENTURY
SISTEMATICIDAD EN LA ORGANIZACIÓN INTERNA
DE SEGMENTOS TÓPICOS MÍNIMOS EN EDITORIALES
DE PERIÓDICOS DEL ESTADO DE SÃO PAULO EN EL SIGLO XXI**

Aline Gomes Garcia*

Universidade Estadual Paulista – UNESP
Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas
São José do Rio Preto, SP, Brasil

RECEBIDO EM: 15/02/19

APROVADO EM: 31/08/19

Resumo: Fundamentado na Gramática Textual-Interativa, este trabalho discute o reconhecimento de uma unidade linguística essencialmente sistemática no domínio da organização textual da língua. Para tanto, investiga a Organização Tópica em editoriais paulistas do século XXI, objetivando avaliar se, em editoriais, a organização interna de Segmentos Tópicos mínimos (SegTs), constituinte da Organização Tópica, configura-se como um processo sistemático, podendo ser descrito segundo uma regra geral de organização, ou se é um processo essencialmente variável. Seguindo o método de análise tópica, que possibilita a análise textual com base na categoria do tópico discursivo, analisa 25 editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo e mostra que os SegTs mínimos nos editoriais se organizam segundo um mesmo princípio, que envolve a combinação potencialmente recursiva de duas unidades de organização intratópica – posição e suporte, o que permite defender que o texto é altamente regular, fundado em propriedades constitutivas próprias.

Palavras-chave: Gramática Textual-Interativa. Organização Tópica. Segmento Tópico. Organização intratópica. Editorial.

Abstract: Based on the theoretical framework of Textual-Interactive Grammar, this work discusses the recognition of a basically systematic linguistic unit in the field of the textual organization of language. Therefore, it investigates the Topic Organization in newspaper editorials of the state of São Paulo in 21st century, with the aim of evaluating if, in editorials, the internal structuring of minimal Topic Segments (SegTs), part of the Topic Organization, is configured as a systematic process, which can to be described according to a general rule of organization, or if is an essentially variable process. Using the method of topic analysis that enables the textual analysis based on the category of the discourse topic, the paper analyzes 25 editorials from newspapers Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo, and it

* Doutoranda em Estudos Linguísticos na UNESP, campus de São José do Rio Preto. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6348-9179>. E-mail: aline.gomes.garcia@gmail.com.

shows that the minimal SegTs in the editorials are organized according with a single principle, that involves the potentially recursive combination of two units of intratopic organization – position and support, which allows arguing the text is highly regular, founded in own constitutive properties.

Keywords: Textual-Interactive Grammar. Topic Organization. Topic Segment. Intratopic organization. Editorial.

Resumen: Basado en el marco teórico de la Gramática Textual-Interactiva, este trabajo discute el reconocimiento de una unidad lingüística esencialmente sistemática en el ámbito de la organización textual de la lengua. Para ello, investiga la Organización Tópica en editoriales del Estado de São Paulo del siglo XXI, con el objetivo de evaluar si, en editoriales, la organización interna de Segmentos Tópicos mínimos (SegTs), que es parte de la Organización Tópica, se constituye como un proceso sistemático que puede ser descrito según una regla general de organización, o si es un proceso esencialmente variable. Desde el método de análisis tópica, que posibilita el análisis textual basado en la categoría del tópico discursivo, analiza 25 editoriales de los periódicos Folha de S. Paulo y O Estado de S. Paulo, y enseña que los SegTs mínimos en los editoriales se organizan conforme el mismo principio, que comprende la combinación potencialmente recursiva de dos unidades de organización intratópica – posición y sustentación, lo que permite decir que el texto es altamente regular, estructurado según propiedades propias de constitución.

Palabras clave: Gramática Textual-Interactiva. Organización Tópica. Segmento Tópico. Organización intratópica. Editorial.

1 INTRODUÇÃO

Os trabalhos realizados no contexto do *Projeto de Gramática do Português Falado*, especialmente aqueles desenvolvidos pelo grupo de pesquisa de Organização Textual-Interativa, coordenado por Ingedore Grunfeld Villaça Koch, elaboraram uma proposta teórico-metodológica para a análise textual, conhecida como *Gramática Textual-Interativa* ou *Perspectiva Textual-Interativa*, sistematizada principalmente em Jubran (2007, 2015a). Desde o término do projeto, a aplicação dos pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Textual-Interativa (GTI), por vários pesquisadores, a uma diversidade de fenômenos textuais vem demonstrando a existência de uma unidade linguística sistemática no domínio da organização textual da língua, fundada em propriedades próprias de organização, que se diferenciam daquelas estabelecidas, por exemplo, no nível da frase. Este trabalho situa-se, justamente, nesse âmbito de comprovação da sistematicidade da organização textual, apresentando uma análise de um dos níveis de funcionamento da Organização Tópica, processo central de construção textual reconhecido pela GTI.

Ao analisar o gênero *relato de opinião*, Penhavel (2010) constatou que os Segmentos Tópicos mínimos (SegTs mínimos), que podem ser entendidos, de forma geral, como “unidades linguísticas de organização textual” (PENHAVEL; DINIZ, 2014, p. 22), organizam-se internamente segundo uma regra geral de estruturação, atestando, dessa forma, que a organização interna de SegTs mínimos, no gênero analisado, é um processo profundamente sistemático, podendo ser descrito conforme uma regra geral de organização. A partir dessa constatação, o autor formulou a hipótese de que o processo de estruturação interna de SegTs mínimos, nos diversos gêneros textuais, seria altamente ordenado, hipótese que, se confirmada, já poderia contribuir para a indicação da existência de uma unidade linguística regular no âmbito da organização textual da língua,

particularmente na dimensão da Organização Tópica. Diante de tal hipótese, uma questão que nos parece pertinente e relevante a ser investigada envolve a análise da existência de uma regra geral de organização interna de SegTs mínimos em um gênero diferente do investigado por Penhavel (2010), a fim de verificar, por exemplo, se essa organização, nos mais variados gêneros, seria, de fato, um processo sistemático, o que poderia demonstrar, então, que o texto é uma atividade fundamentalmente estruturada, que apresenta regularidades específicas de organização. O presente trabalho insere-se, especificamente, nesse contexto de investigação da regularidade da organização textual por meio da análise do processo de organização interna de SegTs mínimos em um gênero diferente do relato de opinião.

Dessa forma, neste artigo, analisamos o processo de organização interna de SegTs mínimos em editoriais de jornais paulistas do século XXI com o objetivo de verificar se, no gênero editorial, os SegTs mínimos configuram-se como uma unidade textual sistemática, passível de ser descrita segundo uma regra geral de estruturação interna, ou se é um uma unidade essencialmente variável, que não chega a apresentar uma regra geral de organização. A hipótese que guiou nosso trabalho foi a de que, de fato, seria possível identificar uma regra geral de estruturação interna de SegTs mínimos em editoriais atuais de jornais paulistas e que essa regra seria, em certa medida, similar à regra detectada no gênero relato de opinião (discutida na seção 3), dado o fato de que editoriais apresentariam uma natureza predominantemente argumentativa, assim como relatos de opinião.

Para cumprir tal objetivo, organizamos este trabalho da seguinte maneira: na seção seguinte, apresentamos uma síntese da GTI e do processo de Organização Tópica, além de esclarecer a noção de SegT mínimo, unidade linguística analisada neste trabalho; na seção 3, retomamos Penhavel (2010) a fim de tratar do princípio de estruturação intratópica identificado pelo autor no gênero relato de opinião; na seção 4, analisamos a organização interna de SegTs mínimos nos editoriais paulistas atuais; por fim, na seção 5, apresentamos as conclusões.

2 A GTI, A ORGANIZAÇÃO TÓPICA E A NOÇÃO DE SEGMENTO TÓPICO MÍNIMO

Como se pode afirmar a partir de Jubran (2007, 2015a), a GTI constitui-se como uma vertente da Linguística Textual que considera a linguagem como forma de ação verbal exercida entre pelo menos dois interlocutores, inseridos em uma localização contextual, em que um se situa reciprocamente em relação ao outro, considerando as circunstâncias de enunciação. Essa concepção de linguagem está intimamente ligada a dois princípios teóricos da GTI. O primeiro é o de que os fenômenos textuais têm suas propriedades e funções definidas em seu contexto de uso, nas situações concretas de interlocução, envolvendo as circunstâncias enunciativas. O segundo é o de que os fatores interacionais constituem o texto e são inerentes à expressão linguística, considerando que há uma introjeção natural de dados de natureza interativa no processamento verbal de um ato comunicativo. Nesse sentido, os dados pragmáticos não são vistos como uma moldura dentro da qual se processa o intercâmbio linguístico, mas são constitutivos do texto e inerentes à expressão linguística.

Na GTI, reconhecer que a construção textual se dá segundo seu contexto de uso implica assumir que a atividade verbal é repleta de regularidades, definíveis por princípios de processamento de estruturas textuais. Dessa forma, a construção de uma gramática do texto, como a GTI, encontra justificativa no princípio de que a formulação textual é carregada de regularidades atreladas a seu contexto de processamento. Nesse âmbito, Jubran (2007) afirma que a GTI tem o papel de descrever as regularidades relacionadas ao processamento textual, observando o caráter sistemático desse processamento pela análise da recorrência dos procedimentos de construção do texto em contextos definidos, das marcas formais que os caracterizam e do preenchimento de funções textual-interativas que os especificam. Nesse sentido, assumimos, neste trabalho, que a identificação de regularidades no processo de Organização Tópica em um gênero específico oferece subsídios não só para a descrição textual-interativa do gênero editorial, mas também para a legitimação da GTI como uma gramática de texto.

Com base, principalmente, nesses conceitos e princípios teóricos, a GTI toma o texto como objeto de estudo, a fim de investigar o processo de Organização Tópica, outros processos de construção textual que atuam concomitantemente a esse processo, tais como Referenciação, Parentetização, Tematização/Rematização, Parafraseamento, Repetição e Correção, bem como as expressões linguísticas que gerenciam o funcionamento desses processos, os chamados Marcadores Discursivos.

Considerando que o processo de Organização Tópica (também conhecido como Topicalidade) é objeto de investigação neste trabalho, a seguir, focalizaremos a definição de tal processo.

O processo de Organização Tópica consiste na organização do texto mediante a construção e a articulação linear e hierárquica de grupos de enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes concernentes entre si e em relevância em determinados pontos do texto (cf. GUERRA; PENHAVEL, 2010; JUBRAN, 2015b; PINHEIRO, 2005). Seguindo essa definição, postula-se que o processo em estudo compreende duas propriedades particularizadoras – centração e organicidade. A centração diz respeito à propriedade de concentração da interação verbal em um determinado conjunto de referentes, explícitos ou inferíveis, concernentes entre si e em relevância em determinados pontos do texto, e apresenta os traços de concernência, relevância e pontualização. Grosso modo, a concernência pode ser entendida como uma relação de interdependência semântica entre os elementos constitutivos dos enunciados de um segmento textual, firmada por mecanismos coesivos de sequenciação ou referenciação, que se constitui como a relação pela qual se dá a integração desses enunciados em um conjunto específico de referentes explícitos ou inferíveis. Já a relevância corresponde à proeminência de certos elementos textuais na constituição desse conjunto de referentes, decorrente da posição focal sobre esses elementos assumida pelos interlocutores, em determinado ponto do texto, considerando o processo textual-interativo. Por último, a pontualização define-se pela localização concreta desse conjunto, tido como focal, em determinado ponto do texto, levando em consideração a concernência e a relevância de seus elementos interacionalmente instaurados.

Quanto à segunda propriedade particularizadora da Organização Tópica, entende-se que a organicidade se estabelece por meio de relações de interdependência tópica

estabelecidas simultaneamente em dois planos: o hierárquico, no qual se dão as relações de dependências de superordenação e subordinação entre os tópicos que se organizam segundo o grau de abrangência do assunto, e o linear, que envolve as relações intertópicas em termos de adjacência ou interposições de diferentes tópicos, na relação de encadeamento entre unidades textuais que materializam os tópicos.

A partir da definição de Organização Tópica apresentada, assume-se que cada grupo de enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes concernentes entre si e em relevância em determinados pontos do texto são materializados em segmentos do texto, ou seja, em trechos do texto, e são esses trechos que concretizam os chamados *tópicos discursivos*. Assim, cada trecho do texto correspondente a um tópico discursivo constitui a unidade reconhecida como *Segmento Tópico* (SegT), e os menores SegTs de um texto, isto é, aqueles que materializam os tópicos discursivos mais específicos do texto, que não se desdobram em tópicos ainda mais particulares no que tange ao nível de abrangência do assunto em questão, são, então, os chamados “SegTs mínimos”.

Convém esclarecer que, na GTI, a categoria *tópico discursivo* diz respeito ao tema, ou assunto, interacionalmente construído pelos interlocutores em determinado ponto do texto. Nesse sentido, Pinheiro (2005) reconhece que o tópico discursivo é uma categoria analítica abstrata, ao passo que o *Segmento Tópico* é o segmento textual concreto que preenche as propriedades dessa categoria.

Voltando a tratar particularmente do processo de Organização Tópica, sublinhamos que tal processo apresenta dois níveis de funcionamento – o intertópico e o intratópico. O intertópico consiste na combinação *entre* tópicos discursivos (no que diz respeito à especificação do texto em partes e subpartes relativamente à organização temática interacionalmente construída pelos interlocutores no texto), bem como na combinação, na linearidade textual, *entre* os segmentos textuais que concretizam esses tópicos. Em outras palavras, este nível diz respeito à combinação hierárquica entre tópicos discursivos (desde tópicos mais amplos até os mais específicos), assim como à articulação linear entre SegTs, inclusive entre os SegTs mínimos. Já o intratópico consiste na estruturação interna de SegTs mínimos, isto é, na divisão interna de SegTs mínimos em grupos e subgrupos de enunciados. No presente trabalho, focalizaremos apenas esse segundo nível de funcionamento da Organização Tópica, conforme demonstraremos a partir da seção seguinte.

3 A ORGANIZAÇÃO INTRATÓPICA EM RELATOS DE OPINIÃO

Penhavel (2010) demonstra que, no gênero *relato de opinião*, os SegTs mínimos constituem-se como uma unidade linguística altamente sistemática, organizando-se internamente com base na combinação potencialmente recursiva de grupos de enunciados que constroem referências centrais e grupos de enunciados que constroem referências subsidiárias em relação ao tópico discursivo do SegT. Dessa forma, o autor defende que, em relatos de opinião, a organização intratópica baseia-se no princípio central-subsidiário, também denominado posição-suporte. O SegT em (1) ilustra esse princípio de organização intratópica:

- | | | |
|-----|---|------------------|
| (1) | então eu acho que <u>nossa cidade é uma das cidades boa né</u> | 1 |
| | porque nossa população é grande... e ainda tem os de fora também que (estuda) aqui né... porque cê vê (doc.: sei) quantos e quantos que vem de LONGE... cê vai no Hospital de Base lá cê fala – “não eu num tô em Rio Preto” – ... de tanta ambulância que você vê de cidades de fora né... | 2
3
4
5 |
| | então eu acho que <u>nossa cidade é uma cidade boa né...</u> | 6 |
| | contentar todo mundo eu acho que o prefeito num vai contentar mesmo (doc.: num tem como né)... num tem como... ninguém vai contentar né... | 7
8 |
| | mas eu acho <u>uma cidade muito boa</u> e gosto daqui... | 9 |
| | inclusive num tenho vontade de mudar daqui não (doc.: é isso é verdade) vou morrer aqui mesmo tá (inint.) (PENHAVEL, 2010, p. 58). | 10
11 |

Penhavel (2010) nomeia o tópico do SegT em (1) como *Nossa cidade é uma cidade boa*. Conforme sublinhado no exemplo, há três enunciados muito similares que expressam esse tópico de maneira direta (linhas 1, 6 e 9). Os demais enunciados expressam, cada um de forma particular, aspectos específicos desse tópico. O grupo de enunciados nas linhas 2-5 aborda o fato de a cidade ter uma população grande e comportar ainda pessoas que vêm de outros lugares para estudar ou para cuidar da saúde. Dessa forma, a cidade parece ser boa porque tem uma grande população e ainda recebe pessoas de outros municípios. O grupo de enunciados nas linhas 7-8 trata do prefeito e, nesse trecho, parece ficar evidente que a cidade é boa apesar de o prefeito não conseguir contentar todos os moradores, já que seria normal nem todos os municípios aprovarem o trabalho do prefeito. Por fim, o conjunto de enunciados nas linhas 10-11 mostra que a informante não pretende se mudar da cidade, o que pode ser visto como uma evidência de que a cidade é boa.

É a relação depreendida da variação entre os grupos de enunciados que constroem referências centrais e os grupos de enunciados que constroem referências específicas em relação ao tópico do SegT que permite dizer, então, que a organização intratópica desse SegT se baseia na relação *posição-suporte*. Assim, os enunciados nas linhas 1, 6 e 9 constituem-se como três unidades de posição que abordam, de forma mais direta, o tópico do SegT. Já os grupos de enunciados nas linhas 2-5, 7-8 e 10-11 constituem três unidades de suporte que desenvolvem aspectos mais específicos desse tópico.

Além de todo o SegT poder se estruturar com base na relação *posição-suporte*, no gênero relato de opinião, partes do SegT também se estruturam segundo essa relação. Essa constatação indica que segmentos identificados como *posição* e *suporte* podem, recursivamente, ser organizados com base nessa forma de estruturação. O SegT em (2a) exemplifica essa recursividade:

- | | | |
|------|---|------------------------|
| (2a) | bom e isso é uma parte d/da adolescência mas é claro que a <u>gente não tem... só isso</u> claro | 1 |
| | que <u>tem aquelas pessoas que sabem aproveitar</u> (sabe) aquelas pessoas que tão sempre contando... com a mãe... com o pai com a família... que é/ com o namorado claro mas o namorado também eu acho que (não) tem que ser tudo na vida a gente tem que... saber ter amigos <u>saber aproveitar...</u> | 2
3
4
5 |
| | <u>ir numa balada não precisa beber tudo o que tem na balada...</u> bebe o:: tem/o:: tanto que você acha que você vai agüentar... o tanto que você acha que vai ser legal pra VOcê se divertir não pra você passar mal... porque <u>o bom de uma balada</u> não é você beber e depois sair vomitando e ficar... né todo mundo lá te olhando feio tal... (inint.) o legal é você beber pra ficar alegre... pra brincar não pra ficar estúpido com ninguém e tal... | 6
7
8
9
10 |
| | (PENHAVEL, 2010, p.62). | |

O tópico do SegT em (2a) é nomeado por Penhavel (2010) como *Saber aproveitar a adolescência*. O conjunto de enunciados nas linhas 1-5 pode ser analisado como posição, pois veicula referências mais centrais em relação ao tópico, como mostram os enunciados sublinhados no exemplo. Já o grupo de enunciados nas linhas 6-10 pode ser interpretado como suporte, visto que desenvolve um aspecto particular do tópico. Nesse sentido, essa unidade de suporte poderia ser nomeada como *Beber moderadamente em uma balada*.

O suporte de (2a), por sua vez, pode também ser estruturado segundo a relação posição-suporte. Assim, os enunciados nas linhas 6-8 (até a barra) são interpretados como posição, pois veiculam, de forma mais direta, a ideia nuclear *Beber moderadamente em uma balada*, e os enunciados nas linhas 8-10 (a partir da barra) são analisados como suporte, já que desenvolvem um aspecto específico da referida ideia central. Dessa forma, conforme indicam os enunciados sublinhados, a concernência específica nas linhas 8-10 pode ser chamada de *O bom de uma balada não é beber exageradamente*. A partir dessa análise, o SegT em (2a) seria estruturado da seguinte forma:

- | | | |
|------|--|----|
| (2b) | bom e isso é uma parte d/da adolescência mas é claro que a <u>gente não tem... só isso</u> claro | 1 |
| | que <u>tem aquelas pessoas que sabem aproveitar</u> (sabe) aquelas pessoas que tão sempre | 2 |
| | contando... com a mãe... com o pai com a família... que <u>é/</u> com o namorado claro mas o | 3 |
| | namorado também eu acho que (não) tem que ser tudo na vida a gente tem que... saber ter | 4 |
| | amigos <u>saber aproveitar...</u> | 5 |
| | <u>ir numa balada não precisa beber tudo o que tem na balada...</u> bebe o:: tem/o:: tanto que | 6 |
| | você acha que você vai agüentar... o tanto que você acha que vai ser legal pra VOcê se | 7 |
| | divertir não pra você passar mal... | 8 |
| | porque <u>o bom de uma balada</u> não é você beber e depois sair vomitando e ficar... né | 9 |
| | todo mundo lá te olhando feio tal... (inint.) o legal é você beber pra ficar alegre... | 10 |
| | pra brincar não pra ficar estúpido com ninguém e tal... (PENHAVE, 2010, p.62). | 11 |

Então, no âmbito de todo o SegT, o trecho nas linhas 1-5 é identificado como posição e o trecho nas linhas 6-11 é analisado como suporte. Da mesma forma, no contexto do segmento nas linhas 6-11, as linhas 6-8 são identificadas como posição e o trecho nas linhas 9-11, como suporte.

A recursividade da relação posição-suporte instaura, dentro de um SegT, o que Penhavel (2010, 2011) chama de *domínio de estruturação intratópica*. Trata-se de unidades textuais particulares que comportam, no interior de um SegT, relações de construção tópica, como de posição e de suporte, no caso do gênero *relato de opinião*. Assim, um domínio seria uma unidade composta de uma posição e seus respectivos suportes. Nesse sentido, conforme o autor, o próprio SegT como um todo constitui um domínio, já que sua estruturação interna é baseada na relação posição-suporte. A cada vez que uma unidade de posição ou de suporte se subdivide, com base na mesma relação de estruturação intratópica, um novo domínio é instaurado. Em (2b), por exemplo, podem ser reconhecidos dois domínios: domínio 1 (linhas 1-11), estruturado conforme a combinação posição (linha 1-5) - suporte (linhas 6-11); domínio 2, estruturado segundo a combinação posição (linhas 6-8) - suporte (linhas 9-11).

A regularidade na identificação da relação posição-suporte no interior dos SegTs investigados por Penhavel (2010), assim como a recursividade dessa relação, constituem uma evidência do caráter fundamental de tal relação na estruturação intratópica em relatos de opinião. Desse modo, pode-se dizer que o SegT, no gênero investigado pelo autor, é uma unidade linguística carregada de regularidades, tal como os SegTs nos editoriais, conforme demonstraremos na seção seguinte.

4 A ESTRUTURAÇÃO INTERNA DE SEGTS MÍNIMOS EM EDITORIAIS PAULISTAS DO SÉCULO XXI

Nesta seção, discutimos dados extraídos de editoriais de jornais paulistas atuais, avaliando se, no gênero editorial, os SegTs mínimos constituem-se como uma unidade essencialmente sistemática, que poderia, portanto, ser descrita com base em uma mesma regra geral de estruturação interna. Contudo, antes da análise de dados, explicaremos brevemente o material e os procedimentos de investigação utilizados em nosso estudo.

Nosso *corpus* reúne 25 editoriais extraídos dos jornais paulistas *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, coletados durante o mês de agosto de 2016. Utilizamos o *método de análise tópica* (JUBRAN, 2015b), que permite, por meio de uma análise desenvolvida com base nas propriedades de centração e organicidade, a identificação, em qualquer texto, do processo de Organização Tópica. Dessa forma, primeiramente, distinguimos os tópicos discursivos dos editoriais e seus respectivos SegTs mínimos, o que resultou no reconhecimento total de 75 SegTs mínimos. O próximo passo consistiu no início da análise intratópica. Nesse ponto, a metodologia utilizada é semelhante à adotada em Penhavel (2010, 2017), que envolve a identificação da estruturação interna de SegTs mínimos mediante a apuração da maneira como se manifestam os traços componentes da centração tópica – concernência, relevância e pontualização – no interior dos SegTs mínimos em um determinado gênero textual.

Uma vez empreendidas as considerações sobre o *corpus* e a metodologia de pesquisa, passamos a ilustrar, a partir de agora, nossos dados acerca dos SegTs nos editoriais paulistas do século XXI, mostrando que a estruturação interna de SegTs nos editoriais também se constitui como um processo sistemático, que se organiza, assim como nos relatos de opinião, com base no princípio central-subsidiário, ou combinação posição-suporte.

- | | | |
|-----|---|-------------|
| (3) | <u>Sobressaem, nesse quadro de penúria, debates sobre as poucas inovações que podem ser feitas a baixo custo</u> – a exemplo das ciclovias e da redução dos limites de velocidade para automóveis, marcas da gestão de Fernando Haddad. | 1
2
3 |
| | Em busca de um novo oposicionismo com vistas ao eleitorado de classe média – lógica que explica sua aliança com Andrea Matarazzo, antes também candidato pelo PSD – <u>Marta Suplicy (PMDB) fala em rever a política de ciclovias.</u> | 4
5
6 |
| | <u>João Doria Jr. (PSDB) promete elevar a velocidade permitida nas marginais. O tucano também cogita privatizar os corredores de ônibus e até a gestão das ciclovias.</u> (Debate incipiente, <i>Folha de S. Paulo</i> , 1 ago. 2016). | 7
8
9 |

O editorial do qual extraímos o exemplo em (3) destaca o início dos debates pela prefeitura de São Paulo nas eleições municipais de 2016. Nesse contexto, com base na propriedade da centração, pode-se dizer que o tópico ilustrado em (3) se centra na ideia *Destaque dos debates sobre inovações a baixo custo*. Como realçam os trechos sublinhados no exemplo, as linhas 1-3 apresentam o tópico do SegT, ou seja, expressam diretamente a ideia nuclear do SegT, enquanto o conjunto de enunciados nas linhas 4-9 trata de um aspecto subsidiário em relação a tal ideia, abordando, especificamente, as promessas de *alguns* dos candidatos sobre inovações que podem ser feitas a baixo custo, como evidenciam os enunciados *Marta Suplicy (PMDB) fala em rever a política de ciclovias* (linha 6), *João Doria Jr. (PSDB) promete elevar a velocidade permitida nas marginais* (linha 7) e *O tucano também cogita privatizar os corredores de ônibus e até a gestão das ciclovias* (linhas 7-9). Por isso, chamamos os enunciados nas linhas 1-3 de posição e os enunciados nas linhas 4-9, de suporte.

O SegT em (4) mostra mais um caso em que identificamos as unidades de organização intratópica de posição e suporte:

- | | | |
|-----|---|--------------------|
| (4) | <u>A soma dos gastos normalmente contabilizados com a folha com aqueles que continuam ocultos nas demonstrações financeiras certamente mostraria uma situação muito mais dramática do que aquela que aparece nos relatórios convencionais.</u> | 1
2
3 |
| | <u>A secretária da Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão Costa – que busca apresentar ao público demonstrações financeiras mais confiáveis –, estima que os gastos com o pessoal podem superar 80% da receita líquida.</u> Sobra muito pouco para outras atividades. | 4
5
6
7 |
| | Excessos de contratações e de generosidade na concessão de aumentos e benefícios armaram uma bomba-relógio nas contas dos Estados. Mas, <u>por causa das falhas de registro dessas despesas, não há certeza sobre o potencial destrutivo do artefato.</u> (Pior do que parece, <i>O Estado de S. Paulo</i> , 1 ago. 2016) | 8
9
10
11 |

Segundo nossa análise, o tópico do SegT em (4) pode ser nomeado como *Possibilidade de existência de uma situação mais dramática do que se imagina nas contas dos Estados*. Note-se que o primeiro conjunto de enunciados destacados no exemplo, linhas 1-3, estabelece esse tópico de forma direta, o que nos motivou, portanto, a classificar esse trecho como a unidade de posição do segmento.

Os dois grupos de enunciados na sequência podem ser identificados como duas unidades de suporte, tratando, cada um, de aspectos secundários relativamente à ideia nuclear do tópico. Nas linhas 4-7, a concernência específica gira em torno da *Estimativa da secretária da Fazenda de Goiás sobre os excessivos gastos com pessoal*, como indicam as passagens *A secretária da Fazenda de Goiás* (linha 4) e *os gastos com pessoal podem superar 80% da receita líquida* (linhas 5-6). No conjunto de enunciados nas linhas 8-11, a concernência verifica-se, particularmente, em relação à *Incerteza acerca dos efeitos destrutivos dos gastos não contabilizados nas contas dos Estados*, conforme sugere o enunciado *não há certeza sobre o potencial destrutivo do artefato* (linhas 10-11). Observe-se que os dois segmentos distinguidos como suportes podem ser interpretados como manifestando um mesmo grau de relevância entre si dentro do SegT, estando ambos igualmente subordinados ao que consta na posição, em termos de abrangência temática.

Em nossos dados, também identificamos a recursividade da relação posição-suporte, uma vez que 62,67% dos SegTs (47/75 SegTs) apresentam mais de um domínio de estruturação intratópica, mostrando que as unidades de posição e de suporte também se especificam com base nessa mesma relação. Em (5a-b), ilustramos essa recursividade:

- (5a) Existe um setor da economia brasileira – e da mundial – em que ninguém fala de crise. No campo das fontes alternativas de energia, o vento só sopra a favor. 1
2
- Em 2015, as novas turbinas eólicas erguidas no mundo agregaram 63 gigawatts (GW) à capacidade instalada de geração elétrica. É o equivalente a quase seis usinas como Belo Monte e acarretou um investimento de US\$ 329 bilhões. 3
4
5
- Nesse mesmo ano, enquanto o PIB brasileiro se retraía 3,8%, a geração de energia eólica avançava impressionantes 77,1%. O dado se encontra no “Balanço Energético Nacional 2016”, recém-divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e recebeu destaque no caderno especial “Brasil que Dá Certo – Energia Renovável”, publicado na quinta-feira (28) por esta **Folha**. 6
7
8
9
10
- O desempenho da energia eólica permitiu que fornecesse 5,81% da eletricidade gerada no país. Com isso, sua contribuição firmou-se à frente da fatia das usinas nucleares (1,3%) na produção nacional. 11
12
13
- (Novos ventos na energia, *Folha de S. Paulo*, 1 ago. 2016).

A nosso ver, o tópico em (5a) pode ser nomeado como *Aspectos favoráveis ao campo das fontes alternativas de energia nos cenários nacional e mundial*. No interior do SegT que concretiza esse tópico, identificamos a unidade de posição nos enunciados nas linhas 1-2 e três unidades de suporte nas linhas 3-5, 6-10 e 11-13.

Cada uma dessas unidades de suporte apresenta uma ideia subsidiária no interior do SegT relativamente a seu tópico. No agrupamento nas linhas 3-5, conforme destacamos, os enunciados abordam a grande produção de energia eólica em 2015, como indica o trecho *as novas turbinas eólicas erguidas no mundo agregaram 63 gigawatts (GW) à capacidade instalada de geração elétrica* (linhas 3-4). Assim, a ideia parece ser a de que a grande produção de energia eólica no referido ano pode ser um dos aspectos que favorecem o campo das fontes alternativas de energia. No grupo de enunciados nas linhas 6-10, o segmento *enquanto o PIB brasileiro se retraía 3,8%, a geração de energia eólica avançava impressionantes 77,1%* (linhas 6-7) evidencia que a concernência específica do trecho argumenta que a energia proveniente do vento avançou significativamente apesar da retração do PIB brasileiro, o que pode ser visto como uma evidência de que há questões favoráveis às fontes alternativas de energia. Finalmente, no conjunto de enunciados nas linhas 11-13, discute-se a respeito da contribuição da energia eólica no setor de energias brasileiro, como mostra o trecho *O desempenho da energia eólica permitiu que fornecesse 5,81% da eletricidade gerada no país* (linhas 11-12), o que colabora para a sustentação da ideia acerca dos aspectos favoráveis às fontes alternativas de energia.

No SegT em questão, ainda é possível observar que uma das unidades de suporte se organiza internamente também com base na relação posição-suporte. Nesse sentido, o exemplo em (5a) poderia ser segmentado da seguinte forma:

- (5b) Existe um setor da economia brasileira – e da mundial – em que ninguém fala de crise. No campo das fontes alternativas de energia, o vento só sopra a favor. 1
2
- Em 2015, as novas turbinas eólicas erguidas no mundo agregaram 63 gigawatts (GW) à capacidade instalada de geração elétrica. É o equivalente a quase seis usinas como Belo Monte e acarretou um investimento de US\$ 329 bilhões. 3
4
5
- Nesse mesmo ano, enquanto o PIB brasileiro se retraía 3,8%, a geração de energia eólica avançava impressionantes 77,1%. 6
7
- O dado se encontra no “Balanço Energético Nacional 2016”, recém-divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e recebeu destaque no caderno especial “Brasil que Dá Certo – Energia Renovável”, publicado na quinta-feira (28) por esta Folha. 8
9
10
11
- O desempenho da energia eólica permitiu que fornecesse 5,81% da eletricidade gerada no país. Com isso, sua contribuição firmou-se à frente da fatia das usinas nucleares (1,3%) na produção nacional. 12
13
14
- (Novos ventos na energia, *Folha de S. Paulo*, 1 ago. 2016).

Nesse exemplo, no trecho nas linhas 6-11, as referências giram em torno da ideia central *O impressionante avanço da energia eólica apesar da retração do PIB*, como sugere o enunciado destacado nas linhas 6-7. As linhas 8-11, por sua vez, oferecem uma informação acerca da ideia apresentada em 6-7, centrando-se, especificamente, nos referentes sobre as *Fontes do dado sobre o avanço da energia eólica*, como mostra o trecho *O dado se encontra no “Balanço Energético Nacional 2016”* (linha 8). Nesse contexto, no âmbito do SegT como um todo, o segmento nas linhas 6-11 adquire estatuto de suporte, ao passo que, no âmbito do trecho nas linhas 6-11, as linhas 6-7 constituem-se como uma posição e as linhas 8-11, como suporte. De acordo com essa análise, em (5b), observamos dois domínios de estruturação intratópica: domínio 1 (linhas 1-14), formado por uma posição (linhas 1-2) e três suportes (linhas 3-5, 6-11 e 12-14); domínio 2 (linhas 6-11), constituído por uma posição (linhas 6-7) e um suporte (linhas 8-11).

O exemplo em (6) ilustra mais um caso em que ocorre recursividade da relação posição-suporte no interior dos SegTs nos editoriais. Nesse exemplo específico, além de algumas unidades de suporte se subdividirem, formando novos domínios, também a posição se subdivide conforme a combinação posição-suporte:

- (6) Examinada pelos critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a situação financeira da maioria dos Estados é muito ruim. No ano passado, 17 deles, além do Distrito Federal, registraram gastos com pessoal superiores aos limites de prudência estabelecidos pela legislação. 1
2
3
4
- Mas, na prática, em muitos Estados a situação pode ser ainda pior do que aparenta, pois, por meio de interpretação criativa, despesas que devem ser lançadas como gastos com pessoal são contabilizados em outras rubricas. O resultado é que, se já parecia escasso, o volume de recursos de que os governos estaduais podem dispor para aplicar na melhoria, modernização e expansão dos serviços públicos é menor do que se imaginava. 5
6
7
8
9
- Benefícios conhecidos dos servidores públicos, como auxílio-paletó (este utilizado sobretudo por parlamentares), auxílio-combustível, auxílio-moradia, precatórios relativos a alimentação, além de pensões e aposentadorias estão entre os gastos não contabilizados como despesas com pessoal. Também estão fora da lista os pagamentos a terceirizados e a prestadores de serviços contratados por meio de organização social. 10
11
12
13
14
15
- Para especialistas em finanças públicas, não é simples caracterizar essas práticas como ilegais. 16
17

Algumas foram aprovadas por Tribunais de Contas dos Estados (TCEs) e 18
 outras, reconhecidas pela Justiça como legítimas. 19

Assim, as demonstrações contábeis e financeiras que os governos 20
 estaduais precisam enviar regularmente para o Tesouro Nacional, 21
 para comprovar o cumprimento dos limites impostos pela Lei de 22
 Responsabilidade Fiscal, excluem diversas despesas dos gastos com 23
peçoal. 24

“O que temos nos Estados é a pior das contabilidades criativas”, disse ao **Estado** o 25
 economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas. 26

Isso porque práticas que distorcem as demonstrações são referendadas pelos 27
TCEs ou pela justiça – em alguns, o próprio Tesouro Nacional as autoriza. 28
 (Pior do que parece, *O Estado de S. Paulo*, 1 ago. 2016). 29

Em (6), o tópico pode ser nomeado como *Situação pior do que aparenta na contabilidade dos gastos dos Estados*, como sugerem principalmente os enunciados nas linhas 5-9. No âmbito de todo o SegT, ou seja, no primeiro domínio de organização intratópica (linhas 1-29), as linhas 1-9 têm estatuto de posição, ao passo que os agrupamentos nas linhas 10-15, 16-24 e 25-29 se constituem como três diferentes suportes. Cada um desses suportes centra-se especificamente nas ideias *Gastos não contabilizados como despesas com pessoal*, *Dificuldade em caracterizar gastos não contabilizados como ilegais* e *Péssima contabilidade criativa nos Estados*, respectivamente.

No exemplo em (6), podemos verificar ainda que outros quatro segmentos mais específicos também podem ser analisados internamente em segmentos centrais e subsidiários. No âmbito das linhas 1-9, as linhas 1-4 podem ser analisadas como suporte, veiculando especificamente a ideia *Situação financeira ruim da maioria dos Estados brasileiros*, e o trecho em 5-9, como posição, instaurando diretamente o tópico como *Situação pior do que aparente na contabilidade dos gastos dos Estados*. No contexto das linhas 16-24, o trecho em 16-17 centra-se especificamente na ideia *Dificuldade em caracterizar gastos não contabilizados como ilegais*, constituindo-se como uma posição, e as referências em 18-24 giram em torno da *Aprovação na Justiça dos gastos não contabilizados*, formando um suporte. Já no âmbito das linhas 25-29, o segmento em 25-26 centra-se na ideia *Péssima contabilidade criativa nos Estados* e constitui-se, pois, como uma posição, e o agrupamento em 27-29 desenvolve especificamente a ideia *Aprovação na Justiça de práticas que distorcem as demonstrações contábeis*, consistindo, assim, em um suporte. Por fim, há outra porção textual que ainda pode ser segmentada em posição e suporte menores. No contexto das linhas 18-24, o trecho em 18-19 veicula diretamente a ideia *Aprovação na Justiça dos gastos não contabilizados*, adquirindo, então, estatuto de posição, enquanto o agrupamento de enunciados em 20-24 desenvolve uma consequência dessa ideia, centrando-se especificamente na *Exclusão dos gastos com pessoal das demonstrações contábeis* e constituindo-se, pois, como um suporte.

Segundo essa análise, em (6), podem ser reconhecidos cinco domínios de estruturação intratópica: domínio 1 (linhas 1-29): uma posição (1-9) e três suportes (10-15, 16-24 e 25-29); domínio 2 (linhas 1-9): um suporte (1-4) e uma posição (5-9); domínio 3 (linhas 16-24): uma posição (16-17) e um suporte (18-24); domínio 4 (linhas 25-29):

uma posição (25-26) e um suporte (27-29); e domínio 5 (linhas 18-24): uma posição (18-19) e um suporte (20-24).

Cabe aqui justificar a classificação das linhas 1-4 como um suporte dentro do segmento que identificamos como segundo domínio de organização tópica do exemplo em questão, e não dentro do primeiro domínio (linhas 1-29). A nosso ver, o trecho nas linhas 1-4 opera como uma contextualização (semelhante à *preparação*, nos termos da Teoria de Estrutura Retórica, de Mann e Thompson (1988)) da unidade de posição distinguida nas linhas 5-9. Por isso, acreditamos que, no âmbito de todo o SegT, as linhas 1-4 fazem parte da posição e, então, não podem ser analisadas como pertencentes ao mesmo nível de organização intratópica que as unidades discriminadas em 10-15, 16-24 e 25-29. Em outros termos, como um segmento de contextualização, parece-nos que o segmento em 1-4 é mais intrínseco ao trecho nas linhas 5-9 do que os três grupos de enunciados nas linhas 10-15, 16-24 e 25-29.

Em nossa análise, apuramos que as unidades de posição e de suporte podem se combinar de diferentes formas no interior de cada domínio, formando combinações do tipo posição-suporte, suporte-posição, suporte-suporte,¹ suporte-posição-suporte ou posição-suporte-suporte-posição-suporte.² O exemplo em (3) pode ser considerado um caso prototípico da combinação posição-suporte, a mais recorrente em nossos dados, ocorrendo em 42,39% dos domínios. Já o exemplo em (7) ilustra uma combinação suporte-posição, a segunda mais comum em nossos dados, tendo ocorrido em 21,19% dos domínios:

- (7) Militares não deveriam realizar o trabalho que cabe apenas à polícia, salvo na 1
vigilância das fronteiras. 2
Mas já que de quando em quando são equiparados pela tarefa à polícia, que como ela 3
respondam por seus atos na Justiça comum, a mesma dos demais cidadãos. 4
(Os militares e a segurança pública, *O Estado de S. Paulo*, 1 ago. 2016).

A fim de esclarecer como procedemos para a identificação da combinação entre as unidades de organização intratópica ilustradas em (7), sintetizaremos o contexto em que se insere o exemplo em pauta. O editorial em que se encontra esse SegT debate um projeto de lei que altera o Código Penal Militar, transferindo à Justiça Militar o julgamento de militares em caso de crimes contra civis. Em dois SegTs anteriores ao SegT ora ilustrado, o editorial focaliza a tramitação do projeto de lei que atesta a fragilidade da segurança

¹ Como mostramos neste artigo, encontramos em nossos dados casos de SegTs que não apresentam a posição explicitamente. Mesmo assim, consideramos que esses casos não afetam a noção de domínio de estruturação intratópica, postulada por Penhavel (2010, 2011), porque esses domínios também são organizados segundo a relação de organização intratópica típica dos editoriais (posição-suporte), de modo que a posição pode ser identificada pela apreensão de uma ideia comum ao que é tratado em todas as unidades de suporte desses domínios. Assim, esclarecemos que esses casos não constituem um desvio da regra de organização intratópica em editoriais, mas uma possibilidade de efetivação dessa regra.

² Em nosso estudo, decidimos por entender combinações como posição-suporte-suporte, exemplificada em (4), ou suporte-suporte-suporte-suporte, ilustrado adiante, em (8), como variáveis das combinações posição-suporte e suporte-suporte, respectivamente. Dessa forma, todas as combinações identificadas em nossos dados podem ser agrupadas nos cinco conjuntos citados.

pública no Brasil ao tentar transferir o julgamento de militares à Justiça Militar no contexto de crimes contra civis e a ideia de que o projeto apresenta uma série de problemas que o tornam de má qualidade. Então, no SegT em (7), o último SegT do editorial, a centração volta-se para a *Pertinência do julgamento de militares na Justiça comum*, como sugere o enunciado destacado na linha 4.

Feita uma síntese desse editorial, podemos, enfim, tratar da combinação entre as unidades de posição e suporte distinguidas no caso aqui discutido. Como salientamos, o SegT em (7) apresenta o suporte antecedendo a posição; assim, a primeira unidade é distinguida nas linhas 1-2 (*Reprovação da atuação militar em operações policiais*) e a segunda, nas linhas 3-4 (*Pertinência do julgamento de militares na Justiça comum*). Para se reconhecer a ideia central do segmento, ou seja, a sua posição, levamos em conta todo o editorial do qual retiramos o exemplo em (7). Assim, concluímos que em um editorial que apresenta o primeiro SegT tratando da tramitação de um projeto que sinaliza a fragilidade da segurança pública no Brasil ao tentar transmitir a responsabilidade do julgamento de militares à Justiça Militar e o segundo SegT focalizando a ideia de que tal projeto é problemático, a posição do SegT em pauta teria, então, a função de defender, mais explicitamente, o que todo o editorial já vinha deixando implícito – a opinião de que os militares devem ser julgados na Justiça comum. É nesse contexto que estabelecemos, então, que a ideia de que os militares não devem realizar o trabalho que cabe à polícia, expressa nas linhas 1-2, é subsidiária, ou seja, é um suporte em relação à opinião de que o julgamento dos militares deve ser realizado na Justiça comum, identificada como posição do SegT nas linhas 3-4. É nesse sentido, portanto, que argumentamos que a combinação em (7) é do tipo suporte-posição.

Esse exemplo chama a atenção para a necessidade de uma análise da organização intratópica que seja fiel à propriedade da centração tópica, considerando, além do traço de *concernência* de cada conjunto de referentes no interior do SegT, a *relevância* desse conjunto de enunciados no *ponto* do texto em que está inserido. Assim, só conseguimos determinar que o conjunto de enunciados nas linhas 3-4 é central no interior do SegT em (7) relativamente ao trecho nas linhas 1-2 quando nos voltamos para a relevância desse conjunto dentro do editorial como um todo. Nesse cenário, destacamos que, na identificação das unidades de organização intratópica, estamos considerando estritamente os traços caracterizadores da centração tópica para distinguir quais partes e subpartes podem ser tomadas como centrais e como subsidiárias.

Na sequência, mostramos um exemplo de combinação suporte-suporte-suporte-suporte (variável da combinação suporte-suporte):

- | | | |
|-----|--|----|
| (8) | <u>O projeto</u> , do deputado Esperidião Amin (PP-SC), <u>altera o Código Penal Militar</u> , | 1 |
| | introduzindo um parágrafo segundo o qual crimes dolorosos cometidos por | 2 |
| | militares contra civis serão da competência da Justiça Militar da União se forem | 3 |
| | praticados no contexto “do cumprimento de atribuições que lhes forem | 4 |
| | estabelecidas pelo presidente da República ou o ministro de Estado da Defesa” e | 5 |
| | “de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem | 6 |
| | ou atribuição subsidiária”. | 7 |
| | A menção ao presidente, diz a justificativa do projeto, visou a “ampliar a guarida a | 8 |
| | ser conferida aos militares que estejam sendo empregados em atividades | 9 |
| | excepcionais”, pois não seria incomum, prossegue o texto, que o chefe de governo | 10 |

determine “o emprego das Forças Armadas em missões atípicas”. A margem para a arbitrariedade que esse trecho da lei proporciona é gritante, ao deixar à imaginação quais situações permitirão que os militares acusados de crimes dolorosos contra civis sejam julgados por seus pares, e não pela sociedade.

A menção à manutenção da lei e da ordem é igualmente grave, posto que tem sido recorrente o uso das Forças Armadas como órgão de segurança pública, conforme lembra o próprio projeto de lei, a título de argumentação a favor do texto: “Dessa forma, estando cada vez mais recorrente a atuação do militar em tais operações, nas quais, inclusive, ele se encontra mais exposto à prática da conduta delituosa em questão, nada mais correto do que buscar-se deixar de forma clarividente o seu amparo no projeto de lei”. Errado: nada pior do que tentar corrigir um erro com outro.

O autor do projeto reconhece que se trata de um “improviso na lei penal”, mas diz que é necessário para dar segurança jurídica aos militares que trabalham em policiamento ostensivo. Ou seja, em vez de combater o sucateamento da polícia, criam-se mecanismos provisórios para conviver com seus efeitos nefastos.

(Os militares e a segurança pública, *O Estado de S. Paulo*, 1 ago. 2016).

Assim como procedemos na discussão do exemplo em (7), consideramos fundamental, para a compreensão da identificação da unidade de posição e das unidades de suporte distinguidas em (8), sintetizar o contexto em que se inscreve o exemplo em questão. Esse SegT foi extraído do mesmo editorial no qual se insere o SegT em (7). Além dos SegTs exemplificados em (7) e em (8), o editorial comporta outros dois SegTs, que focalizam, respectivamente, o projeto de lei que atesta a fragilidade da segurança pública no Brasil e um exemplo negativo de atuação militar em operação policial para a qual os militares não foram treinados. Feita essa contextualização, podemos discutir como reconhecemos a posição e os suportes do SegT ora em análise.

Com base na propriedade da centração e no contexto em que se encontra o SegT em (8), identificamos que a ideia central desse SegT, ou seja, a sua posição, é *Projeto de má qualidade*. Note-se que há quatro porções textuais que sugerem a ideia de que o projeto de lei discutido no editorial não é de boa qualidade (como apontamos nas linhas sublinhadas em todo o SegT). No primeiro conjunto de enunciados, nas linhas 1-7, as referências giram em torno da ideia *Alteração do Código Penal pelo Projeto*; no segundo agrupamento de enunciados, nas linhas 8-14, o foco recai especificamente sobre a *Arbitrariedade da lei*; no terceiro conjunto, nas linhas 15-22, o conjunto referencial parece se concentrar na ideia *Gravidade na menção da manutenção da lei e da ordem*; por fim, no quarto excerto, nas linhas 23-26, as referências centram-se na ideia *Improviso na lei penal*. Identificamos, então, todos esses quatro diferentes conjuntos de enunciados como quatro unidades de suporte na estruturação interna do SegT.

As quatro unidades de suporte identificadas dão indícios a respeito da ideia *Projeto de má qualidade*, como sugerem os trechos *O projeto altera o Código Penal Militar* (linha 1), *A margem para a arbitrariedade que esse trecho da lei proporciona é gritante* (linhas 11-12), *A menção à manutenção da lei e da ordem é igualmente grave* (linha 15), *nada pior do que tentar corrigir um erro com outro* (linhas 21-22) e *um improviso na lei penal* (linha 23), porém, não há um enunciado ou um conjunto de enunciados que expressem o tópico do SegT de modo explícito, indicando, pois, a posição desse SegT. Desse modo, a apreensão da ideia central do SegT decorre do reconhecimento de uma ideia mais geral, comum ao que é tratado nos quatro grupos de enunciados distinguidos no SegT.

Observe-se a importância de tomarmos em conta o contexto para identificar as unidades de organização intratópica no interior de um domínio. Uma análise que desconsiderasse o contexto poderia propor, por exemplo, que o trecho em 23-26, especialmente o enunciado *em vez de combater o sucateamento da polícia, criam-se mecanismos provisórios para conviver com seus efeitos nefastos*, nas linhas 25-26, manifestaria a posição do domínio no SegT em questão, já que a posição, em muitos casos, pode estar associada à ideia de opinião e o enunciado em 25-26 parece justamente oferecer-nos um posicionamento a respeito do assunto focalizado no interior do SegT aqui discutido. Contudo, todo o editorial do qual recortamos o SegT em (8) nos dá subsídios para defender que a posição do SegT é, de fato, *Projeto de má qualidade*.

O tópico central do editorial, ou seja, o mais abrangente tematicamente, focaliza um projeto de lei que altera o Código Penal Militar. Além disso, outros três SegTs mínimos do editorial – além do exemplificado em (8) – focalizam (i) a ideia de que o projeto de lei atesta a fragilidade da segurança pública no Brasil; (ii) um exemplo negativo de atuação militar em operação policial para a qual os militares não foram treinados; e (iii) a pertinência do julgamento de militares na justiça comum. Nesse contexto, pode-se dizer que a ideia de que o projeto seria um mecanismo provisório para conviver com os efeitos nefastos do sucateamento da polícia, destacado no trecho em 23-26, atua como um argumento, do mesmo nível de relevância na organização intratópica que a alteração do Código Penal pelo Projeto, a arbitrariedade da lei e a gravidade na menção da manutenção da lei e da ordem, assuntos focalizados nos três agrupamentos de enunciados nas linhas 1-7, 8-14 e 15-22, em (8), para convencer-nos de que o projeto em questão é de má qualidade. É nessa direção que consideramos que a ideia de que o projeto é de má qualidade perpassa todo o SegT, mas não aparece explicitamente no interior do SegT, tornando-se reconhecível pela depreensão de uma ideia comum ao que é tratado em todos os quatro conjuntos de enunciados identificados em (8).

Em resumo, conforme procuramos mostrar a partir dos exemplos analisados nesta seção, os SegTs nos editoriais constituem-se como uma unidade linguística eminentemente regular, uma vez que apresentam uma regra geral de estruturação interna organizada de acordo com a combinação de duas unidades de estruturação intratópica – posição e suporte. Como discutimos, essas duas unidades tendem, com frequência, a subdividirem-se no interior do SegT com base na mesma relação depreendida no SegT como um todo, dando origem, então, a variados domínios de estruturação intratópica. Essa recursividade na relação posição-suporte nos editoriais evidencia que, também nesse gênero, tal relação é um princípio fundamental de estruturação intratópica, que rege toda a sua organização textual-interativa.

Adicionalmente a essas questões, demonstramos que os grupos de enunciados com estatuto de posição e aqueles com estatuto de suporte podem se organizar de variadas formas dentro de cada um dos domínios dos quais fazem parte, formando combinações como posição-suporte, suporte-posição, suporte-suporte e outras. Essas diferentes combinações das mesmas unidades de organização intratópica também comprovam que a relação posição-suporte está na base da organização intratópica dos SegTs nos editoriais, uma vez que não chegamos a identificar combinações de enunciados que não poderiam ser descritos com base na relação posição-suporte.

5 CONCLUSÕES

Neste trabalho, objetivamos verificar se a estruturação intratópica em editoriais de jornais paulistas atuais constitui-se como um processo sistemático, que poderia ser descrito em termos de uma regra geral de estruturação. Nossa análise demonstra que, de fato, há sistematicidade na organização interna de SegTs mínimos nos editoriais em estudo, haja vista que o interior desses SegTs se organiza com base na combinação potencialmente recursiva das unidades de organização intratópica de posição e suporte. Essa constatação já confirma a hipótese da semelhança na estruturação interna de SegTs mínimos no gênero editorial, investigado por nós, e no gênero relato de opinião, analisado por Penhavel (2010), o que pode ser explicado pelo fato de ambos os gêneros terem natureza essencialmente argumentativa.

Ao atestar a sistematicidade na estruturação interna de SegTs mínimos em editoriais, acreditamos que nosso trabalho evidencia que a organização textual, com efeito, é altamente sistemática e que o texto é uma unidade linguística ordenada segundo regularidades particulares de organização, podendo, pois, ser analisada com base em uma abordagem gramatical própria e, nesse mesmo sentido, fundamentar a construção de uma gramática do nível de organização textual da língua. Por essa razão, é ao apontar regularidades no processo de Organização Tópica em um gênero específico, como o editorial, que acreditamos que nosso trabalho contribui não apenas para a descrição textual-interativa desse gênero em particular, mas também, e de forma especial, para uma maior sistematização e validação da GTI, uma proposta genuinamente brasileira de gramática de texto.

REFERÊNCIAS

- GUERRA, A. R.; PENHAVAL, E. O processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos mínimos em cartas de leitores de jornais paulistas do século XIX. *Confluência*, Rio de Janeiro, v. 37-38, p. 137-161, 2010.
- JUBRAN, C. C. A. S. Introdução. In: JUBRAN, C. C. A. S. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015a. p. 27-36.
- JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015b. p. 85-126.
- JUBRAN, C. C. A. S. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A. T. et al. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas; São Paulo: Pontes; FAPESP, 2007. p. 313-327.
- MANN, W. C.; THOMPSON, S. Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization. *Text*, Berlin, v.8, n.3, p. 243-281, 1988.
- PENHAVAL, E. Estudo do processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos Mínimos em diferentes gêneros textuais. Relatório Final de Pesquisa. São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista, 2017.
- PENHAVAL, E. *Marcadores Discursivos e Articulação Tópica*. 168f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- PENHAVAL, E. O funcionamento dos marcadores discursivos no processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 27/28, p. 63-84, 2011.

PENHAVEL, E.; DINIZ, T. C. G. O processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos Mínimos em Cartas de Leitores mineiras do início do século XXI. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 8, n. 11, p. 21-38, 2014.

PINHEIRO, C. L. *Estratégias textuais-interativas: a articulação tópica*. Maceió: EDUFAL, 2005.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por ter financiado, no contexto do *Projeto de História do Português Paulista II* (processo FAPESP nº 11/51787-5), o desenvolvimento da pesquisa que resultou neste artigo (processo FAPESP nº 2016/09046-1).

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UNESP, *campus* de São José do Rio Preto, por ter oferecido auxílio, via recursos do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de financiamento 001 –, à apresentação oral de uma versão deste texto no VII Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa (SIMELP), realizado em 2019, em Porto de Galinhas – Pernambuco, Brasil.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.